

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

**Coletânea
Letras e etc 2**

**Aroldo Magno de Oliveira
(Org./Ed.)**

2020

2020

2020

2020

Niterói – RJ

Revista Querubim 2020 – Ano 16 – Coletânea Letras e etc. 2 – 106p. (novembro – 2020)
Rio de Janeiro: Querubim, 2020 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos. I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor

Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Andre Silva Martins
Elanir França Carvalho
Enéas Farias Tavares
Guilherme Wyllie
Hugo Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luiza Helena Oliveira da Silva
Marcos Pinheiro Barreto
Mayara Ferreira de Farias
Paolo Vittoria
Pedro Alberice da Rocha
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Aroldo Magno de Oliveira – Apontamentos sobre o ensino de língua portuguesa nas escolas de educação básica	05
02	Aroldo Magno de Oliveira – Gramática e ensino de língua: perspectivas científicas e ideológicas	12
03	Bruno Gomes Pereira – Women’s empowerment in the world’s pop music: systemic-functional linguistics as theory of analysis of the female figure in the song <i>Lady Marmalade</i>	18
04	Gabriel Al-Samir Guimarães Sales et al – Letramento escolar no extremo norte do Tocantins: práticas de produção redacional no contexto de pandemia	25
05	Janete Silva dos Santos – A função autor e os indícios de autoria	34
06	João Carlos de Carvalho – A mulher e a morte no romance do século XIX	39
07	João Carlos de Carvalho – Em torno de alguns dos grandes romances latino-americanos do século XX	44
08	José Carlos de Freitas – O cidadão empobrecido: sua representação sobre o poder político	55
09	Jussara Bittencourt de Sá e Liomar Vanderlan Fernandes – O desejo e o interdito no <i>Desmundo</i> : (in) possíveis entrelaçamentos	77
10	Jussara Bittencourt de Sá – <i>Sangue limpo</i> : amor e preconceito à dor da pele	83
11	Luiza Helena Oliveira da Silva – Silenciamento dos sentidos: relatos de observação de aulas de leitura	91
12	Pedro Albeirice da Rocha – José Mauro de Vasconcelos e o livro <i>Meu pé de laranja lima</i>	103

Apresentação

A Coletânea *Letras e etc* constitui uma iniciativa da Revista Querubim que busca promover um diálogo entre os campos de investigação tanto nos estudos linguísticos quanto nos estudos literários. Um espaço onde o leitor poderá acompanhar os resultados de pesquisas e reflexões sobre a linguagem de modo que possibilite estabelecer relações entre os conteúdos referenciais dos textos produzidos pelos autores da área de Letras para compreender a linguagem e seu funcionamento da forma mais abrangente possível.

Os resultados de pesquisas nas áreas de Linguagem e de Literatura apresentaram (e apresentam) um significativo e extraordinário avanço em nosso país, sobretudo em função dos novos e inusitados desafios deste início do século XXI no campo discursivo quando se leva em consideração a economia, a política, a ideologia, a cultura, os meios de comunicação e as redes sociais. O referido avanço processa e expõe os conflitos sociais, políticos e culturais, e suas origens, do século XX.

Espera-se que neste início de século XXI as áreas em questão possam fornecer possibilidades de superação dos conflitos e das contradições detectadas ao longo do século passado tanto no campo específico de investigação quanto na vida social.

Entendemos que as áreas de pesquisa em ciências humanas/sociais/linguagem/educação se integram no processo de compreensão ininterrupta da relação entre os seres humanos na dinâmica da vida social, o que ressignifica, reorienta e reconfigura práticas sociais no sentido de qualificar a vida e o convívio ente os seres humanos.

APONTAMENTOS SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Aroldo Magno de Oliveira¹

Resumo

Artigo trata de alguns aspectos teóricos entendidos como significativos no processo de formação/qualificação de professores de língua portuguesa da educação básica. Esses aspectos compõem a fundamentação teórica que muito pode contribuir na formação linguística dos alunos da educação básica. Dentre os referidos aspectos, destaca-se aqui a ciência e seus universos discursivos, as concepções e distinções entre conhecimento e saber e, finalmente, a distinção e origem das ciências naturais e ciências humanas.

Palavras – chave: Língua Portuguesa; Ensino/Aprendizagem; Formação de Professores.

Resumen

Este artículo trata algunos aspectos teóricos entendidos como significativos en el proceso de formación / cualificación de los profesores portugueses de educación básica. Estos aspectos constituyen la base teórica que puede contribuir en gran medida a la formación lingüística de los estudiantes de educación básica. Entre estos aspectos destacan la ciencia y sus universos discursivos, las concepciones y distinciones entre conocimiento y saber y, finalmente, la distinción y origen de las ciencias naturales y las ciencias humanas.

Palabras clave: lengua portuguesa; Enseñanza / Aprendizaje; Formación de profesores.

Introdução

Nossa experiência como professores nas disciplinas de Prática de Ensino e Estágio Supervisionado proporciona contatos com relatos relevantes para uma significativa compreensão do processo ensino-aprendizagem de língua portuguesa nas escolas de educação básica. Observa-se que alguns aspectos teóricos que consideramos de extrema importância na formação de professores de língua não são de conhecimento de uma parte significativa de professores, sejam aqueles que já atuam há alguns anos sejam aqueles recém-ingressados na atividade de magistério.

Entretanto, podemos apontar com certa margem de segurança que avanços significativos ocorreram ao longo das duas últimas décadas, sobretudo no que tange à metodologia e à concepção teórica de alguns itens do conteúdo e relação necessária com a metodologia adotada. Observa-se também a maior frequência do trabalho com o texto: leitura e produção. Em nossas observações, os trabalhos realizados em sala de aula aproximam-se um pouco mais da interação necessária entre os sujeitos do processo: aluno, professor e conteúdo referencial.

Observa-se ainda na prática de ensino que o trabalho com a gramática está gradativamente se assentando em sintonia com os pressupostos teóricos da Linguística da Enunciação e o sociointeracionismo. A concepção de linguagem como forma de interação, apesar da estrutura burocrática do sistema educacional, está apontando com mais frequência na prática dos professores.

¹ Professor – Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense.

Da mesma forma as atividades epilinguísticas estão mais presentes em detrimento das atividades metalinguísticas que, por sua vez, estão sendo apresentadas de uma forma mais moderada.

Outro ponto positivo observado está relacionado com as atividades orais, proporcionando aos alunos condições de desenvolvimento de habilidades de elaboração do discurso adequado aos contextos situacionais, e em conformidade com a variedade regional. As referidas atividades entendem adequadamente a necessidade do ensino/aprendizagem da norma culta urbana falada pelos setores médios da população.

Apesar desses avanços significativos, entendemos que ainda há a necessidade de um aprofundamento de alguns aspectos teóricos que podem contribuir no processo de formação/qualificação dos professores de Língua Portuguesa da educação básica, sobretudo da rede pública de ensino.

Dentre esses aspectos necessários, destacaremos aqui três: 1 – distinção entre conhecimento e saber; 2 – distinções entre ciências naturais e ciências humanas e 3 – ciência e os universos discursivos. Certamente estes aspectos fazem parte de um conjunto mais amplo, mas que trataremos em outro artigo.

Conhecimento e saber

Saber

Ao longo dos anos (séculos e milênios) o ser humano vem se desenvolvendo em um processo evolutivo que veio a tomar uma grande propulsão a partir do século XIX. A Ciência passou a ser uma referência fundamental para a elucidação dos fatos, fenômenos e ocorrências tanto na natureza quanto nas relações humanas (vida social) proporcionando melhor qualidade de vida aos seres humanos e uma melhor compreensão das necessidades humanas e formas de superação.

Durante muitos séculos o ser humano manteve uma relação conflituosa e contraditória com o conhecimento (ou saber?), pois este se mantinha baseado em leituras não baseadas nos pressupostos científicos tais como conhecemos hoje. As explicações sobre determinados fatos e/ou fenômenos baseavam-se mais na metafísica ou no sobrenatural do que na relação entre os princípios lógicos. Entretanto, os saberes mobilizados no cotidiano sempre estiveram (e estão) presentes nas relações/práticas sociais, tendo em vista que tanto a curiosidade e a necessidade humana de autopreservação são parte integrante da natureza humana, e assim as leituras e a compreensão são reconfiguradas.

Nesse sentido, muitas descobertas foram (e são) realizadas ao longo do tempo, mas em certa medida não categorizadas e não registradas, e por isso uma parte significativa é descartada e esquecida no tempo-espaço. Tal processo pode ser considerado plenamente natural, pois as experiências humanas são dinâmicas e dialéticas. Entretanto, mesmo as descobertas categorizadas quase sempre não são devidamente registradas, uma vez que o volume de experiências é muito além do que é possível registrar.

Vale ressaltar que entendemos a categorização como um processo no qual o objeto é conhecido/reconhecido em sua forma e função prática. O registro, por sua vez, entendemos como um processo de fixação de utilização do objeto na prática social. Isto quer dizer que o saber (ou saberes) dos sujeitos encontra-se em processo como prática social ininterrupta, onde alguns se fixam e outros não.

No plano mais objetivo, os saberes se constituem nos processos interativos. Os sujeitos na relação com as coisas descobrem modos de fazer e de entender tudo que se apresenta no cotidiano por meio de uma experiência que pode ser chamada de ensino-aprendizagem, ou seja, no fazer as coisas os sujeitos aprendem conforme essa experiência concreta na qual o próprio fazer em si ensina. Nesse sentido, a experiência concreta que o sujeito tem com o objeto desenvolve e qualifica a aprendizagem.

O saber (ou saberes), portanto, se caracterizam pela ausência de uma sistematização e organização que se orientam pelos princípios lógico-científicos. Os sujeitos apenas saber e desenvolvem alguns saberes na prática social, na experiência concreta.

Conhecimento

Enquanto o saber está presente na experiência concreta dos sujeitos em suas práticas sociais, o conhecimento encontra-se em um plano parcialmente distanciado do saber: no plano da ciência constituída com o rigor necessário à delimitação do objeto. Isso quer dizer que há uma distinção pouco ou quase nunca apresentada e compreendida por uma parte significativa dos professores em geral.

Considerando o saber (os saberes) como atrelado à experiência concreta e dinâmica no cotidiano dos sujeitos, situamos aqui a constituição do conhecimento como um processo no qual extraído da experiência concreta e dinâmica aspectos que são delimitados, sistematizados e organizados com os critérios rigorosos e próprios da ciência. Isto quer dizer que enquanto o saber é dinâmico, o conhecimento é uma espécie de retrato com todos os detalhes pormenorizados do objeto.

A linguagem em si é dinâmica, todos os sujeitos a utilizam no cotidiano para interagir. Esses mesmos sujeitos no dinamismo da interação também formulam um saber correspondente à utilização da linguagem. No momento em que circunscrevemos e delimitamos a sintaxe ou a pragmática ou a ortografia como aspectos circunscritos para estudo, vamos nos dedicar ao levantamento das correntes teóricas que se constituíram na história para realizar esses estudos.

As correntes teóricas e os princípios básicos da ciência irão nortear toda a descrição dos itens aos quais nos referimos no parágrafo anterior. E assim, nos deparamos com o conhecimento como sendo o resultado de estudos registrado por escrito em um compêndio. Vale ressaltar que a ciência delimitou a própria linguagem como objeto de investigação científica.

Tendo em vista que o acesso ao conhecimento científico se dá por meio da medição de registros escritos ou fixados em algum tipo de suporte de registro, esse conhecimento está na instância estática e não dinâmica como ocorre com o saber. O que se costuma chamar de dinamismo no conhecimento (ciência) é a incessante pesquisa que se faz sobre o objeto, ou seja,

cada vez que um pesquisador se dedica a uma determinada pesquisa, ele lança mão da leitura de pesquisas/registros anteriores para a elaboração de outro registro, e assim por diante.

Em resumo podemos dizer que o saber está no cotidiano, no dinamismo das interações humanas, e o conhecimento está nos registros que são resultados de pesquisas que empregam uma determinada fundamentação teórica (rigor científico) para a descrição e análise.

O conhecimento da distinção entre saber e conhecimento para os professores torna-se importante na medida em que se faz necessário observar e conhecer os saberes dos alunos, sobretudo o linguístico, uma vez que este saber dinâmico revela categorias que podem se tornar fundamentais no processo ensino-aprendizagem. Isto que dizer que o saber linguístico dos alunos está significativamente contemplado na concepção de língua como um conjunto de variedades.

Ciências naturais e ciências humanas

A ciência se desenvolveu ao longo dos séculos de forma sinuosa e não linear, seja por questões políticas seja por questões específicas no interior dos grupos dedicados à demonstração da verdade. Aqui tratamos a questão a partir da ciência moderna que teve seu início nos séculos XVI – XVII, onde foi possível verificar a relação sistemática entre coleta de dados, experimentação, análise de dados e método de análise.

A ciência moderna passou a integrar as instâncias de estudos superiores que se desenvolveram ao longo da consolidação da sociedade burguesa a partir do início do século XIX. Universidades foram disseminadas nos principais países europeus, espalhando-se pelos outros países de outros continentes. Essa ampliação de universidades e pesquisas fazia parte de um projeto de poder e de um programa econômico que visava aumentar as condições não só do lucro mas também de potencialização da “liberdade” econômica nos moldes do liberalismo.

Nesse período consolidou-se a constatação de que os seres humanos se relacionavam (se relacionam) somente com dois “mundos”: o mundo natural e o mundo social, ou seja, a vida do ser humano se dá na relação com a natureza e na relação entre os próprios seres humanos.

As grandes áreas da ciência levaram em consideração essas únicas duas relações fundamentais para a manutenção/preservação da vida, de modo que as ciências naturais se ocuparam (se ocupam) dos campos de investigação presentes da relação do ser humano com a natureza, enquanto as ciências humanas/sociais se ocuparam (se ocupam) dos campos de investigação da realidade do ser humano com os outros seres humanos.

Durante os séculos XIX e XX, as grandes instituições de pesquisa no mundo dedicaram-se ao desenvolvimento das pesquisas nessas grandes áreas. Dessa forma, gradativamente foram se estabelecendo os recortes em subáreas dentro de cada grande uma dessas duas grandes áreas. Podemos observar que foi estabelecida uma distinção tênue entre ciências humanas e ciências sociais, quando ambas representam a grande área de humanas. Outra circunscrição ocorreu com a subárea Letras dentro da grande área de Humanas, e assim por diante.

O conhecimento dessas distinções fundamentais por parte dos professores é importante, uma vez que possibilita um trabalho na educação básica onde será possível ao professor melhor situar a disciplina Língua Portuguesa e seu ensino não só para a formação linguística dos alunos, mas também para a formação cultural.

O ensino de língua (materna e estrangeira) está na grande área de ciências humanas, onde a formação linguística faz parte dessa formação mais integral na relação entre os seres humanos. A linguagem é a matéria prima do discurso, isto é, o discurso materializa a linguagem. No ensino aprendizagem da língua os seres humanos criam condições de aprimoramento do conhecimento e do saber universal ao ter acesso a textos diversificados que registram o conhecimento constituído ao longo da história.

Além disso, o professor de língua cria as condições de ampliar e qualificar os processos interativos quando utiliza o tripé fundamental do ensino de língua: produção de textos, leitura e textos e análise gramatical. Dessa forma, o ensino de língua possibilita ao alunos analisarem os efeitos de sentido produzido nos discursos, o que se configura em aspecto fundamental na construção do conhecimento.

Ciência e os universos discursivos

A ciência, ao longo de seu desenvolvimento, foi se estabilizando na formação das academias e centros de pesquisas em função dos resultados apresentados e disponibilizados para o atendimento a determinados fins sociais, culturais, políticos e econômicos. O reconhecimento e o fortalecimento dessas academias e centros de pesquisas no mundo desenvolveram-se no âmbito do discurso de cada uma grandes áreas, sobretudo na apresentação dos resultados das investigações científicas.

Esses discursos precisavam demonstrar desta ou daquela maneira a validade dos resultados para os fins relacionados no parágrafo anterior. Para tanto os discursos precisavam estar adequados às especificidades de cada uma das duas grandes áreas da ciência. As adequações se referem às distinções dos procedimentos metodológicos que orientam essas áreas. Nas ciências naturais, onde se observa a natureza, os fenômenos naturais e a interferência do homem, os critérios adotados são distintos dos critérios adotados nas ciências humanas, onde se observa o comportamento humano tanto no plano individual quanto no coletivo no processo de organização da sociedade.

Os procedimentos adotados pelas ciências naturais consistem na observação empírica dos fenômenos, levantamento dos dados e análise baseada no emprego de determinados princípios que possam corroborar ou corresponder aos dados levantados e caracterizados. Tais princípios podem ser chamados de lógicos, pois se caracterizam por apresentar respostas correspondentes com as observações e constatações concretas dos fenômenos. Por exemplo, um objeto lançado por uma força para cima com certeza irá cair após chegar ao ponto zero que pode ser variável conforme o peso do objeto e a intensidade da força empregada no lançamento.

Nesse sentido, os testes realizados após a utilização das variáveis circunscritas, irão fornecer os elementos necessários para a descrição e apresentação dos dados, assim como a análise

necessária que atenda a um determinado objetivo. A argumentação será empregada na defesa de que a caracterização baseada na observação empírica servirá ou não para o atendimento do objetivo.

Portanto, o universo discursivo das ciências naturais estabiliza-se na caracterização dos princípios lógicos adotados na experiência realizada, pois esta fornecerá os elementos necessários à argumentação.

Os procedimentos adotados nas ciências humanas, de forma genérica, não diferem dos das ciências naturais. Entretanto, é preciso atentar para o fato de que as experiências humanas nas relações entre os próprios seres humanos possuem especificidades que não encontramos na relação do ser humano com a natureza, com o seu habitat natural.

Para estabilizar o universo discursivo nas ciências humanas foi necessário observar a relação entre os princípios lógicos e a argumentação, pois distinguem-se, sobretudo no processo argumentativo. Enquanto no discurso das ciências naturais os princípios lógicos fornecem os elementos para a argumentação, nas ciências humanas o princípio lógico por ser instável na observação empírica, a argumentação passa a ser o elemento fundamental no processo de estabilização discursiva.

Isto quer dizer que se, por exemplo, observamos um fato social como o comportamento de uma classe social, constatar-se-á que esta é composta por uma diversidade de subclasses que se comportam de uma forma homogênea apenas quando se trata de defender um interesse específico conforme as condições sociais concretas em um determinado período histórico. O comportamento da classe social em si é um conjunto diversificado de ações, e que proporciona uma ou outra argumentação, e é nesta que determinados princípios podem se assentar.

Nesse sentido, a argumentação no discurso das ciências humanas supera a força dos princípios lógicos, pois estes se ajustam ao processo argumentativo, ou seja, este processo configura e reconfigura os princípios lógicos, o implica dizer que a argumentação, inclusive, envolve e recobre a própria concepção de princípios lógicos.

As ciências humanas trabalham com um nível significativo de instabilidade nos planos conceitual e metodológico, o que pode ser verificado nos próprios discursos produzidos que apresentam os resultados das pesquisas.

Decerto que a questão discursiva nas ciências é bastante complexa e não se reduz ao aqui apresentado. Entretanto, esta síntese chama a atenção para o fato de que no processo de formação de professores em geral, e mais especificamente, na área de Letras os formandos e os professores em formação não se deparam de forma substancial com a complexidade do tema discursivo nas duas grandes áreas da ciência.

A nossa tese é a de que a instabilidade no discurso das ciências humanas não configura um universo não substancialmente palpável, mas que está na própria instabilidade a força e a estabilização necessárias para caracterizar as ciências humanas como uma instância privilegiada da argumentação.

Considerações finais

Desenvolveu-se aqui um conjunto de aspectos relativos à formação de professores no que tange à relação entre saber e conhecimento; ciências naturais e ciências humanas e ciência e universos discursivos. Considerou-se como importantes aspectos na formação de professores em geral, sobretudo porque situa a área de Letras nas Ciências Humanas: o grande campo de conhecimento e pesquisa que trata da relação entre o ser humano e os seus semelhantes na vida social. Chamou-se a atenção do papel importante do conhecimento linguístico para a qualificação da vida e das relações humanas.

Referências

- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**. Campinas: Editora da Uicampo, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**. SP: Pontes, 2011.
- GERALDI, J. Wanderley. **Portos de passagem**. SP: Martins Fontes, 2002.
- GERALDI, J. Wanderley. **Linguagem e Ensino: Exercícios de Militância e Divulgação**. SP: Mercado de Letras, 1996.
- MARX, Karl. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MARX, Karl. **Manuscrito econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

GRAMÁTICA E ENSINO DE LÍNGUA: PERSPECTIVAS CIENTÍFICAS E IDEOLÓGICAS²

Aroldo Magno de Oliveira³

Resumo

O presente artigo trata de dois olhares sobre a gramática e ensino de língua: científico e ideológico. A base que norteia o conteúdo do texto é um diálogo entre descrição linguística e os efeitos de sentido nos discursos produzidos sobre a disciplina gramática, sobretudo no que tange à constituição histórica do sentido predominante nos diversos níveis do ensino de língua: ensino básico e ensino superior.

Palavras-Chave: gramática; ensino de língua; linguística; discurso.

Abstract

The present article treats of glances on the grammar and language teaching: scientific and ideological. The base that orientates the content of the text is a dialogue between linguistic description and the sense effects in the speeches on the grammatical discipline, above all in it plays him/it to the historical constitution of the predominant sense in the several levels of the language teaching and higher education.

Key word: grammar; language teaching; linguistic; speech.

“Porque isto de falar ou escrever bem tem de ser dentro das margens. Como um rio manso e leve; tão educado que não acorde poeta no fundo. Um rio que passe com essa eterna transparência que, verdade autografada, só a morte possui. Seja então a pureza pela morte trazida e por ela conservada.”
(Couto, Mía. *Cronicando*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1993, p.163-5)

Introdução

O presente artigo é representação de uma certa unanimidade no desencanto com a disciplina Língua Portuguesa, e mais especificamente com o ensino de gramática. Nesse sentido, coloca-se em questão não só os cursos de formação de professores na área de Letras, mas também as complexidades das correntes teóricas, que muitas vezes confundem e pouco esclarecem os fundamentos teóricos que orientam a disciplina e o seu ensino.

Falar sobre gramática e ensino é uma tarefa comparada ao caminhar sobre um tapete de ouriços, uma vez que os discursos produzidos no decorrer da história internalizaram valores e modelos – barreiras difíceis de serem ultrapassadas - pois promovem categorias de pensamento que não podem mudar de uma ora para outra. Entretanto, como os estudos não podem (e não devem) parar, é preciso divulgar alguns pensamentos outros assentados em pesquisas com uma fundamentação teórica alternativa sem deixar de ser consistente ou palpável.

² Texto atual revisado. Elaborado a partir de palestra proferida no encerramento da Semana Acadêmica de Letras do Campus Universitário de Araguaína – Fundação Universidade do Tocantins no ano de 2001. Publicado na Revista Querubim – seção especial no ano de 2005.

³ Professor – Faculdade de Educação – Universidade Federal Fluminense.

O ponto de vista apresentado aqui defende a idéia de que a contribuição do ensino da gramática para o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita em todas as disciplinas, só se dará se todos os professores de todas as disciplinas revisarem conceitos e imagens correntes da disciplina *gramática*. Portanto, nossa reflexão se pautará nos seguintes conceitos políticos correntes de gramática, tal como foram enfocados por Sírio Possenti - (Possenti, 1983):

- 1 – **gramática** – conjunto de regras para quem quer falar e escrever corretamente; (corresponde à gramática normativa)
- 2 – **gramática** – conjunto de regras sistematizadas por um teórico a partir da coleta e análise de dados de uma determinada variedade lingüística; (corresponde à gramática teórico-descritiva)
- 3 – **gramática** – conjunto de regras utilizadas pelos falantes para atender as necessidades de interação. (corresponde à gramática implícita ou internalizada)

De início, podemos chegar à conclusão de que os discursos sobre o ensino de gramática estão assentados no “falar e escrever corretamente” e nas descrições metalingüísticas da gramática teórico-descritiva. Ensinar a falar e escrever corretamente seriam aprender as regras da gramática normativa e um rol de nomenclaturas. A gramática implícita é considerada um conjunto de desvios, uma vez que não atende às regras pré-estabelecidas nas gramáticas 1 e 2. Nesse sentido, saber português, pois, é saber empregar regras de acentuação e ortografia prescritas na gramática do tipo 1; e reconhecer categorias gramaticais e funções sintáticas, na gramática do tipo 2, etc. Diante dessas considerações, a nossa questão centrará a atenção em duas perspectivas: a científica e a ideológica.

Perspectivas científicas

Do ponto de vista científico, o conceito de gramática normativa – conjunto de regras para o bem falar e escrever – não se sustenta, uma vez que “bem falar e bem escrever” são avaliações subjetivas, em nenhum outro campo de estudo encontramos tal tipo de avaliação, imaginem um biólogo dizendo que as células humanas são boas e as células de uma vaca não são, ou um geógrafo dizendo que um continente é melhor do que outro. No mínimo, a pergunta a ser feita é: o que é falar e escrever bem?

O falar em si atende à necessidade que todo falante tem de interagir com outro, constituindo uma prática social própria de todas as comunidades. Portanto, “falar e escrever bem”, mesmo apoiando-se nos “grandes escritores” não é corroborado pelos princípios científicos. Uma atualização do conceito de gramática normativa deveria ser um conjunto de regras de uma variedade lingüística, a culta, para fins pedagógicos.

A gramática descritiva, ainda bastante presente no conteúdo de ensino língua portuguesa nas escolas, é o resultado de uma pesquisa fundamentada em uma determinada corrente de investigação sobre a linguagem: comparativismo, estruturalismo, gerativismo, funcionalismo, etc para descrever/caracterizar uma determinada variedade, normalmente a culta. Todo objeto de investigação é descrito por meio de uma linguagem especializada, uma metalinguagem.

Termos como sujeito, objeto, sintagma, morfema, etc servem para nomear e sistematizar os fatos lingüísticos investigados. Além disso, é possível observar que temos descrições gramaticais da língua portuguesa que se distinguem: descrição tradicional, descrição estruturalista, descrição

gerativista e assim por diante, cada uma utilizando nomenclaturas e interpretações distintas dos fatos da língua portuguesa.

As pesquisas científicas constituem um componente cultural próprio de toda sociedade letrada e grafocêntrica, cujo objetivo é contribuir para o aprimoramento da sociedade, atendendo às reais necessidades da população, integradas à possível transformação de determinadas estruturas. Um dos equívocos no ensino de língua e gramática se dá a partir do momento que se confunde objeto de investigação científica com objeto de ensino de língua.

A metalinguagem, linguagem especializada para descrever o funcionamento da própria linguagem (língua e sua gramática), tornou-se o próprio objeto de ensino na educação básica. Ensina-se toda uma nomenclatura e uma gama de conceitos provisórios como se fossem perpétuos, inquestionáveis e cristalizados.

A linguagem, como objeto de ensino, é ou deveria ser analisada em seu funcionamento nos textos, entendendo-os como uma das mais importantes práticas sociais, proporcionando ao aluno a observação e o emprego de certos recursos expressivos em contextos situacionais diversos vividos no cotidiano, seja por meio do texto oral, seja por meio do texto escrito. Assim, o objetivo é atingir uma interação mais significativa para os sujeitos envolvidos no processo.

Portanto, o trabalho de análise textual na escola consistiria em uma constante testagem de hipóteses para a produção dos discursos para conseguir os efeitos de sentido esperados pelo autor e, concomitantemente, entendendo que nem sempre os efeitos esperados ocorrem, mesmo quando se atinge um nível satisfatório de compreensão da relação sintático-semântica.

A gramática implícita ou internalizada, considerada como desvio do padrão ou deficiência lingüística (Soares, 1990), é outro fator que merece algumas considerações. Entendendo a gramática como um conjunto de regras que o falante aprendeu desde os primeiros anos de vida para atender a necessidade de interação, é possível dizer que, na pior das hipóteses, que os desvios também constituem um conjunto de regras que chamamos de gramática.

De posse de um conceito de gramática associado à variedade “padrão” da língua, é (seria) lícito dizer que os usuários que não fazem uso dessa variedade não sabem a gramática da língua, portanto não sabem falar e não sabem interagir. Entretanto, se levarmos em conta os princípios científicos, veremos que o objeto de uma pesquisa é considerado no seu todo, e neste caso, o todo é a língua que, por sua vez, constitui-se como um conjunto de variedades, cada qual com regras distintas, cujas bases permitem interações no contexto social mais amplo.

As frases “os meninos estão aqui” e “os menino tá aqui” são elaboradas com regras gramaticais distintas sem prejuízo no processo interativo. Enquanto a primeira utiliza a redundância nas concordâncias nominal e verbal, a segunda utiliza a cumulação, ou seja, o morfema gramatical –s –empregado no determinante assume a função pluralizadora nas referidas concordâncias. Um ensino de gramática produtivo poderia levar em consideração a gramática implícita como ponto de partida, desde que os professores comecem a analisar as diferentes regras gramaticais empregadas pelos alunos nos processos interativos – tão legítimas quanto às legitimadas pela gramática normativa prescritiva.

Perspectivas ideológicas

Para tratar a gramática numa perspectiva ideológica é preciso atentar para o discurso produzido sobre essa disciplina, identificando quem o produz para quem e para que. Gnerre (1991) aponta que “A separação entre a variedade culta ou padrão das outras é tão profunda devido a vários motivos; a variedade culta é associada à escrita, é associada à tradição gramatical, é inventariada nos dicionários e é portadora legítima de uma tradição cultural e de uma identidade nacional.” Tomando emprestado este trecho, acredito que é possível formar a base do quadro a ser traçado.

A vinculação da gramática à escrita diz respeito a uma tradição que consiste no registro e sistematização de uma variedade eleita como padrão pela classe que detém o poder político/econômico, e cujo objetivo era (ou será ainda?) a comunicação entre os membros dessa classe através de um código específico que exclui a classe estigmatizada e dominada. O argumento utilizado para justificar a gramática era (é) a legitimidade dos valores de uma cultura que caracterizava (caracteriza) uma identidade nacional – ou seria parte de uma identidade nacional?

Os discursos com os quais nos deparamos em diversos níveis de ensino: fundamental – médio – superior, não são diferentes dessa tradição. Falas como “os alunos não sabem português”, “a gramática normativa serve para não deixar as pessoas transformarem a língua numa barbárie”, “se continuar assim, o que será da nossa língua?” nada mais são do que uma reprodução (perpetuação) de um sistema de referência construído no decorrer da história da constituição da sociedade brasileira.

Entretanto, é de se admitir que os fatos não sejam tão simples. A gramática normativa, tradicionalmente entendida e enraizada na maioria das escolas brasileiras, assume o papel de manutenção de uma ideologia que se propõe a que os indivíduos não se reconheçam como cidadãos capazes de assumirem a protagonização de seus papéis na construção de uma sociedade alternativa e, pior, não se reconheçam como sujeitos. O aluno pertencente às classes menos favorecidas durante as primeiras séries depara-se com um arsenal de conceitos, regras e nomes estranhos que precisam ser memorizados e reproduzidos nas avaliações, pois a nota comprovará se esse aluno está aprendendo ou não a própria língua – no caso a portuguesa.

De fato, não é difícil verificar, já ao final do ensino fundamental, do ensino médio e até do superior, o aluno se vendo como um incapaz de aprender a língua e, embutido nesta constatação, a idéia de que ele, aluno, ocupa uma posição social “inferior”. Se, de fato, houvesse o objetivo de ensinar a gramática normativa, o procedimento ou metodologia seria outro: a criação de condições efetivas de acesso aos textos escritos na variedade culta atentando para as regras específicas dessa variedade, que dão forma aos conteúdos referências.

O que verificamos, portanto, é um discurso de que é preciso ensinar a gramática normativa para que as pessoas falem, escrevam, leiam e ouçam melhor, o que de fato não ocorre. Pelo contrário, deparamo-nos com a sonegação dessa gramática, à qual chamamos de normativa, ao nosso povo. Os conteúdos aprendidos no processo de formação dos professores de língua portuguesa apresentam-se fragmentados e de difícil acesso, uma vez que o normativo confunde-se com o descritivo e, para enlouquecer os mais sensíveis, a aprendizagem não se desloca para os usos da linguagem. O óbvio, tão próximo, parece inatingível: só aprendemos a aprimorar a nossa

capacidade de interagir através da leitura e a produção dos textos, pois foi assim que aprendemos desde crianças, ouvindo e falando. Ler e escrever, portanto, são apenas modalidades de interação numa sociedade grafocêntrica como a nossa.

Semelhante à gramática normativa, o discurso da gramática descritiva tradicional apresenta o resultado de uma pesquisa como algo definitivo e, ainda, sem uma fundamentação teórica explícita. Atrelada aos princípios apontados por Gnerre, a Gramática Tradicional e outras que incorporaram algumas noções do estruturalismo e do gerativismo, vê a língua como estática e imutável, assim como sua descrição: inquestionável. O texto é produzido de tal forma que as hipóteses, as teses e os argumentos inexistem, dessa forma não convidam o leitor a compartilhar opiniões e posicionamentos, caracterizando-se como um discurso único e irrefutável, discurso onde ficam escondidas as complexidades próprias do objeto de investigação científica.

Ideologicamente, o discurso das referidas gramáticas parece objetivar a perpetuação da idéia de que tudo está pronto e não é preciso pensar de forma alternativa. Nas escolas, em sua maioria, ainda encontramos o compêndio gramatical como a melhor solução para se aprender língua. Compêndios esses que apenas apresentam alguns resultados de pesquisas, mas que dimensionam como inquestionáveis e hegemônicos. Não é demais acrescentar que muitos professores de todos os níveis de ensino assumem o mesmo discurso e a mesma postura metodológica como se fossem donos de um saber irrefutável. As complexidades, que deveriam ser estudadas e que proporcionam o aprimoramento intelectual do indivíduo, são simplesmente deixadas de lado.

Os discursos sobre a gramática implícita também têm um cunho ideológico. Os alunos das classes menos favorecidas aprendem a variedade não “padrão”, conhecendo portanto, uma gramática que não está de acordo com o padrão lingüístico estabelecido. Dessa forma, os conceitos *certo* e *errado* passam a prevalecer no espaço escolar, quem não fala como o padrão estabelecido fala errado, ou seja, a grande maioria do nosso povo.

Nesse sentido, essa perspectiva ideológica responde a determinadas necessidades e determinados interesses que perpetuam e dão manutenção ao poder político de uma determinada classe social.

Considerações finais

O discurso escolar, pautado na imutabilidade da língua, articula três pontos centrais da ideologia dominante:

- 1 – a gramática normativa é a língua portuguesa;
- 2 – quem não aprende a gramática normativa não aprende a língua portuguesa;
- 3 – o falar em desacordo com a gramática normativa (falar da maioria do nosso povo) é estigmatizado como desvios.

Esta articulação cria uma situação artificial, na qual o aluno se vê em um espaço onde o seu código lingüístico que o permite interagir em todas as situações, é desprezado. Desprezada a sua linguagem, desprezado o seu ser sujeito.

Estas sucintas considerações possuem como objetivo chamar a atenção para a importância da gramática na formação de habilidades de leitura e escrita. Entendendo a nossa disciplina –

gramática – nas perspectivas aqui apresentadas, acredito que será significativo dar mais um passo adiante para formar leitores e produtores de textos de uma maneira mais adequada e coerente. A tarefa não é fácil, pois será preciso ultrapassar os limites de um sistema de referência constituído no curso de nossa história. Todavia, se foi a linguagem que o constituiu, é essa mesma linguagem que há de proporcionar as condições alternativas, e necessárias, para a constituição de um outro sistema de referência.

Referências

- Abaurre, Maria Bernadete Marques; Raquel Salek Fiad; Maria Laura Trindade Mayrink-Sabinson. *Cenas de aquisição da escrita: o sujeito e o trabalho com o texto*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.
- Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 8ª ed., 1997.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997
- Benveniste, E. *Problemas de lingüística geral*. Vol.I. Campinas: Pontes, 2000.
- _____. _____. Vol.II. Campinas: Pontes, 2000.
- Bowman, Alan K. e Woolf, Greg (org.) *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Ática, 1994.
- Britto, Luiz Percival Leme. *A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1997.
- Chomsky, Noam. *Linguagem e pensamento*. Petrópolis, RJ: Vozes, s.d.
- Desbordes, Françoise. *Concepções sobre a escrita na Roma Antiga*. São Paulo: Ática, 1995.
- Eco, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Ática, 1991.
- Franchi, Carlos. *Linguagem: atividade constitutiva*. *Cadernos de estudos lingüísticos* 22:9 IEL/Unicamp.
- Geraldi, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed., 1995.
- _____. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.
- Gnerre, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 3ª ed., 1991.
- Manacorda, Mario A. *História da educação: da antigüidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 7ª ed., 1999.
- Orlandi, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 4ª ed., 1996.
- _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 4ª ed., 1999.
- Osakabe, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- Pêcheux, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2ª ed., 1997.
- Possenti, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- Saussure, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- Searle, John R. *Expressão e significado: estudo da teoria dos atos de fala*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

WOMEN'S EMPOWERMENT IN THE WORLD'S POP MUSIC: SYSTEMIC-FUNCTIONAL LINGUISTICS AS THEORY OF ANALYSIS OF THE FEMALE FIGURE IN THE SONG *LADY MARMALADE*

Bruno Gomes Pereira⁴

Abstract

This article aims to analyze how the representation about women is constructed in the music *Lady Marmalade*, launched in the 1970s, by Patti Labelle, being re-recorded several times later by the singer herself and several others as well. We are inserted in the interdisciplinary field of Applied Linguistics (AL), using Systemic-Functional Linguistics (SFL) as the main contribution for microanalysis. The research is of the documentary type and with a qualitative interpretative approach. The analyzes reveal that a woman represented from her physical attributes, exploring the idea of a fatal and sensual woman too much.

Keywords: Ideology. Systemic-Functional Linguistics. Woman. Applied Linguistics.

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar como a mulher é representada na música *Lady Marmalade*, lançada na década de 1970 por Patti Labelle, sendo regravaada várias vezes pela própria cantora e por várias outras também. Estamos inseridos no campo interdisciplinar da Linguística Aplicada (LA), tendo a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) como principal contribuição para a microanálise. A pesquisa é do tipo documental e com abordagem qualitativa. As análises revelam que uma mulher representava a partir de seus atributos físicos, explorando demasiadamente a ideia de mulher figura e sensual.

Palavras-chave: Ideologia. Linguística Sistêmico-Funcional. Mulher. Linguística Aplicada.

Introduction

It is known that music is a manifestation of language loaded with different ideologies. Therefore, it has the role of representing social contexts that are, cognitively, captured and signified in people's minds. This achievement leads to a series of catharses that bring the song, or the lyrics of the song, as some prefer, to the social, cultural and even affective context of the listener.

In this work, we investigate how the female figure is represented in the lyrics of the song *Lady Marmalade*, trying to understand how extratextual factors work as propellant springs for the understanding of sociosemiotic constructions. The conception of representation that we adopt in this approach is anchored in Systemic-Functional Linguistics (SFL), more precisely in the ideational metafunction, with representation being seen, in this sphere, as the way in which the world itself has its image constructed (cf. HALLIDAY, 1994; HALLIDAY, MATHIESSEN, 2004; 2014; EGGINS, 2004; THOMPSON, 2014).

⁴ Doutor em Letras (Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Docente do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

Our methodology is of the documentary type, since we understand that song as a semiotizing document of an anachronistic social position in relation to the time when it was materialized. For this, in the scope of applied social studies, this type of research helps us to understand the corpus that were created from very specific social behaviors, being, therefore, a good opportunity to investigate human behavior. (cf. SÁ-SILVA, 2009)

In addition to this Introduction, Final Considerations and References, this article consists of the following sections: Dialogues between applied linguistics and systemic-functional linguistics; Women in the 21st century: detachment from the fragile sex, A little bit of the history of the music in question and Analyzing the discursive representation of women.

Dialogues Between Applied Linguistics and Systemic-Functional Linguistics

The SFL has an Australian origin and was born, basically, for the teaching of the English language (FUZER, CABRAL, 2010; PEREIRA, 2015a; SILVA, 2014). In this sense, we can affirm that this current of functionalist studies was born as a result of the need for innovation in language teaching, based on new perspectives on the already latent problems. Over time, systemic-functional linguistics has been used for linguistic analysis materialized in other social contexts, not just those aimed at teaching. (Cf. PEREIRA, 2015b; MUNIZ DA SILVA, 2014)

This is very close to the concepts of applied linguistics, theoretical and methodological concepts of language research, based on concrete social issues. Originating in the context of World War II (cf. PEREIRA, 2014), Applied Linguistics has undergone several modifications within its own core. Many controversies have been established about applied linguistics as a discipline or as an emerging and different way of doing research. (cf. SIGNORINI, 1998; MOITA LOPES, 2006; 2013; MELO, 2015; PEREIRA 2016a)

However, what makes applied linguistics very close to SFL is the imminently interdisciplinary character. Therefore, the fact that they recognize themselves as possibilities of analysis open to dialogues with other sources causes the approximation that we seek, with the aim of making the analysis of the data more palpable. The idea of interdisciplinarity that we deal with here is part of the contributions of Fazenda (2009), when the author lists different levels of interdisciplinarity, placing it as something natural to social and cultural studies, with language as an example.

In his work, Orlando Vian Jr. (2013) unfolds in an attempt to establish a harmonious dialogue between Applied Linguistics and SFL. For the author, this relationship occurs in a very natural way, considering that the phenomena of language are always of a social nature, that is, what is written is nothing more than a representation of a larger social context. In this case, it is necessary to understand the dialogic movements established in a two-way order, because, with that, the idea of linguistic simultaneity and interdisciplinarity of knowledge arises.

Women in the 21st Century: Detachment from the weaker sex

The female figure has already gone through several moments in the social structure. Women, secularly known as the weaker sex, have increasingly sought equality of social rights and expression. However, it is still possible to find strong remnants of a predominantly macho culture. However, let us not now go into the merits of this issue. Let's leave it for another moment.

In their most recent work on this subject, Pereira, Reis and Brito (2017) make a kind of timeline, in which they map the main feminist developments and achievements along a historical outline they propose. This chronology is crucial to understand the construction of a paradigm in which the male figure overlaps the female, and, therefore, some woman's attitudes, even in the 21st century, still shock and cause furor. Even because breaking paradigms is a difficult, arduous and, mainly, procedural task.

Regarding the role of women in the labor market, Priore (2007) emphasizes that there was a greater participation in the 1950s, especially with regard to works of a collective nature. However, women were seen as assistants, those who would not be able to carry out any activity in a protagonist manner with the same effectiveness as men.

Perhaps this was what most troubled the most feminist and revolutionary women of soul. Over time, the woman started to occupy social positions hitherto unimaginable. Reis and Brito (2012) problematized this issue when analyzing how the 21st century woman is seen in beer advertisements. The authors understood that the cult of form and the exaggeration of sensuality in advertisements exposed women to an unfavorable condition to the original idea of equal rights.

One of the answers to this was to understand this manifestation of language as a kind of self-defense mechanism, since, historically, women, in various parts of the world, use beauty to assume a commanding position in relation to the influence that this exercise on the male figure. This is very close to what is possible to see in the song that we will analyze in one of the sections of this article.

In a dialogical perspective between semiotics and discourse analysis, Silva, Oliveira and Delbianco (2015) argue that, often, the way women are exposed in the media is something more of a capitalist rather than a social nature. In other words, according to the authors, the text in which the image of the woman is conveyed often uses stereotypes to encourage consumption. What happens a lot in advertising, more specifically in beauty products, as is also discussed in Pereira (2016b).

A Little History of the Song in Question

Lady Marmalade is a song of American origin, released in 1974 by the American group *LaBelle*, composed only by women, with singer *Patti LaBelle* as vocalist. It became the main song on the album *Nightbirds*, which earned the group many awards. However, it was in the voice of the vocalist, Patti Labelle, that it became a song immortalized in the memory and in the hearts of people spread all over the world.

To this day, *Lady Marmalade* is re-recorded by several singers, and is also the most anticipated song at Patti Labelle's concerts, even in her solo career, and is always the most applauded song in the shows.

The song revived its peak when it was re-released in the feature film *Moulin Rouge*, in 2001, having been re-recorded by singers Christina Aguilera, Lil 'Kim, Mýa and Pink. The resounding success of the film, starring Nicole Kidman, is also due to the apotheosis caused by the music just mentioned, which proves its timelessness. At the time, the song's success was so resounding that it paid homage to him during the *Grammy Hall of Fame* ceremony in 2002.

Analyzing the Discursive Representation of Women

In this section, we analyze some fragments in which the woman is seen as the main actor in the actions developed in the orational axis. As we deal with the notion of representation in SFL, as we have already explained in the introduction, we chose to consider, in our analysis, only the lexical-grammatical elements that, in some way, help us to visualize the female image portrayed in the referred music.

Table 1 is a scheme consisting of two columns. In the first, there is the lyrics of the song in its original version, in English.

Hey Sister, Go Sister, Soul Sister, Go Sister Hey Sister, Go Sister, Soul Sister, Go Sister
He met Marmalade down in Old New Orleans Struttin' her stuff on the street She said "Hello, Hey Joe, you wanna give it a go?" Mmm, Mmm.
Itchi Gitchi Ya Ya Da Da Itchi Gitchi Ya Ya Here Mocha-choca-lata Ya Ya Creole Lady Marmalade
Voulez-vous coucher avec moi ce soir? Voulez-vous coucher avec moi?
He sat in her boudoir while she freshened up The boy drank all her magnolia-wine On the black satin sheets oh I swear he started to freak
Itchi Gitchi Ya Ya Da Da Itchi Gitchi Ya Ya Here Mocha-choca-lata Ya Ya Creole Lady Marmalade
Voulez-vous coucher avec moi ce soir? Voulez-vous coucher avec moi?
Hey, Hey, Hey Touching her skin feelin' silky smooth The colour of cafe au lait Made the savage beast inside Roar until it cried, More, More, More
Now he's back home doing 9 to 5 Living his grey flannel life But when he turns off to sleep Old memories creep, More, More, More
Itchi Gitchi Ya Ya Da Da Da Itchi Gitchi Ya Ya here Mocha-choco-lata Ya Ya Creole Lady Marmalade
Voulez-vous coucher avec moi ce soir? Voulez-vous coucher avec moi? Voulez-vous couchez avec moi ce soir? Voulez-vous coucher avec moi? Mmm, Hmmm
Itchi Gitchi Ya Ya Da Da Itchi Gitchi Ya Ya Here Mocha-choco-lata Ya Ya

Let's look at the first fragment:

FRAGMENT
Voulez-vous coucher avec moi ce soir? Voulez-vous coucher avec moi? Voulez-vous couchez avec moi ce soir? Voulez-vous coucher avec moi? Mmm, Hmmm
Itchi Gitchi Ya Ya Da Da Itchi Gitchi Ya Ya Here Mocha-choco-lata Ya Ya

The aforementioned excerpt is actually the chorus of the song, where the representations occur more clearly. Let us begin our analysis with the choices of some grammatical actors. The choices of the actors you, us and them, mainly, help us to understand the way the woman sees herself in the actions she practices, as well as her dominant posture of the situation.

The term you, used more than once to designate a male figure, is an expression of an exophoric nature, since it implements in the discourse the notion of man as a patient of communicative and interactional movements. The way it is used implies a very poignant power struggle between a man and a woman. This empowerment is merely symbolic, in the words of Bourdieu (1989), since it serves to signify a relationship between subordinate and subordinate that must be known to all.

We are an actor that involves all the women portrayed in music. The idea of collectivity legitimizes the notion of female rebelliousness, since it is not just a single woman who has this posture as correct, but a group of them who unite and share the same point of view.

They refer to all other people in society, known as “conservatives”, who build a certain opinion about Lady Marmalade's habits. This element, therefore, replaces a whole group of people who, socially, condemn the behavior of *Lady Marmalade*. However, this personification of conservative rigidity does not seem to be something that upsets Marmalade.

The processes that want to sleep, survive and confuse are, in fact, the core of the representations that we have talked about since the beginning.

The want to sleep is a dubious phrase, since it suggests sex between different speech actors. However, it is a sexual relationship that has the woman who chooses whether it will occur or not. We have, again, the question of female power.

However, the idea of a woman as a person of strength is taken up in the choice of the surviving process, which semiotizes the feminine firmness and courage. In other words, discursively, positioning yourself and having an “atypical” posture is something that needs strength and personality, since the woman assumes herself as someone who thinks and practices what she thinks.

The confusing process is also a very important element for understanding speech. Followed by the term prostitutes, there is in this case the suggestion of a mistake on the part of people who do not know these women as they really are. Such are assumed to be independent, however they do not see problems of someone paying their bills, implying the idea of equality of values.

Final Considerations

In this work, we try to show how women are represented in the discursive sphere of the music *Lady Marmalade*. In our view, it is a kind of cry for female freedom, which encompasses a series of annoyances and silences that the female gender has been a victim for centuries.

In short, we note an attempt not to represent itself as a victim, but as that central person in the interaction process, capable of moving the plot of his own story.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Bertrand Brasil, 1989.
- DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2007.
- EGGINS, Suzanne. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. 2. ed. London: Continuum, 2004.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: _____. (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008, p. 17-28.
- FUZER, Cristiane; CABRAL, Sara Regina Scotta. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2010.
- HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. **An Introduction to Functional Grammar**. Hodder Education, 1994.
- _____; MATTHIESSEN, Christian Matthias Ingemar Martin. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4. ed. London: Routledge, 2014.
- _____; _____. **An Introduction to Functional Grammar**. Hodder Education, 2004.
- MELO, Livia Chaves de. **Formas linguísticas de inscrição do outro e do eu-mesmo na escrita reflexiva acadêmico-profissional de relatórios de estágio de professores de língua**. 2015. Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura). – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, Regina Celi; ROCA, Pilar. (Orgs.). **Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 11-24.
- _____. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: _____. (Org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006, p. 85-108.
- MUNIZ DA SILVA, Edna Cristina. Leitura e produção de gêneros textuais na escola. In: SILVA, Wagner Rodrigues; SANTOS, Janete Silva do; MELO, Márcio Araújo de. (Orgs.). **Pesquisas em língua(gem) e demandas do ensino básico**. Campinas: Pontes, 2014, p. 233-264.
- PEREIRA, Bruno Gomes. **Relocalização de saberes acadêmicos na construção de vozes de professores em formação inicial na escrita acadêmica convencional e reflexiva**. 2016. Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura). – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína.
- _____. Lectura, significado y ideología: breve análisis de la sintaxis narrativa de camino generativo del sentido del vídeo *las Brasileñas*. In: _____. (Org.). **Gêneros, textos e discursos: pesquisas em linguística aplicada**. Pará de Minas: Virtualbooks, 2006, p. 138-149.
- _____. Linguística sistêmico-funcional e letramento linguístico: fundamentações teóricas e contribuições para o ensino. In: ____; LIMA, Bonfim Queiroz; FRANCO, Isaquia dos Santos Barros. (Orgs.). **Língua e literatura: interfaces com o ensino**. Pará de Minas: Virtual Books, 2015, p. 12-26.
- _____. Gramática sistêmico-funcional como ferramenta teórico metodológica em linguística aplicada: o caso *Xuxa na Record* em textos jornalísticos. **Revista Faculdade Santo Agostinho**, Teresina, vol. 12, n. 5, art. 10, p. 173-195, set./out. 2015b.

- _____. Linguística aplicada no Brasil: um percurso em constante construção. In: FOSSILE, Dieysa Kaniela et al. (Orgs.). **Pesquisas linguísticas e demandas do ensino básico**. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, 2014, p. 189-202 [Livro Eletrônico].
- _____; REIS, Mariele de Almeida; BRITO, Ynayan Fabryne Barbosa. A mulher e a sociedade: (des)construindo o discurso sobre o sexo frágil no século XXI. **Revista Querubim**, 2017.
- REIS, Mariele de Almeida; BRITO, Ynayan Fabryne Barbosa. **O discurso publicitário: a erotização da mulher nas propagandas de cerveja**. 2012. Monografia (Licenciatura Plena em Letras – Língua Portuguesa). – Universidade Estadual do Pará, Conceição do Araguaia.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. I, 2009.
- SIGNORINI, Inês. Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em linguística aplicada. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda do Couto. (Orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 99-110.
- SILVA, Wagner Rodrigues. **Reflexão pela escrita no estágio supervisionado da licenciatura: pesquisa em linguística aplicada**. Campinas: Pontes, 2014.
- THOMPSON, Geoff. **Introducing Functional Grammar**. 3. ed. London: Routledge, 2014.
- VIAN JR, Orlando. Linguística sistêmico-funcional, linguística aplicada e linguística educacional. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). **Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**. 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2013. p. 123-141.

LETRAMENTO ESCOLAR NO EXTREMO NORTE DO TOCANTINS: PRÁTICAS DE PRODUÇÃO REDACIONAL NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Gabriel Al-Samir Guimarães Sales⁵
Marcus Vinicius Pereira da Costa⁶
Wanderson Felipe Gonçalves Marinho⁷
Matheus Batista Barboza Coimbra⁸
Bruno Gomes Pereira⁹

Resumo

Este artigo apresenta uma proposta investigativa embrionária em execução por estudantes do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *campus* de Araguatins. Trata-se, portanto, de uma iniciativa que procura preparar alunos da educação básica pública para um bom desempenho no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Dessa forma, a Fundamentação Teórica está alojada na interface entre Linguística Textual (LT) e Metodologias Ativas (MA). Em razão do contexto pandêmico que o planeta enfrenta, as ações serão desenvolvidas de maneira remota, por meio de ferramentas digitais, tal como *Google Classroom* e *Google Meet*. Espera-se que esta projeção extensiva atue como ferramenta catalisadora de habilidades de compreensão, interpretação e análise linguística de alunos da escola básica do município supracitado, semiotizando, assim, resultados satisfatórios no campo do letramento dos sujeitos envolvidos.

Palavras-Chave: Intervenção; Educação Básica; Texto Escrito.

Resumen

Este artículo presenta una propuesta investigativa inicial en ejecución por estudiantes del Instituto Federal de Tocantins (IFTO), *campus* de Araguatins. Se trata, por tanto, de una iniciativa que busca preparar a los estudiantes de educación básica pública para un rendimiento satisfactorio en el Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Así, la Fundación Teórica se ubica en la interfaz entre Linguística Textual (LT) y Metodologías Activas (MA). Debido al contexto pandémico que enfrenta el planeta, las acciones se desarrollarán de forma remota, a través de herramientas digitales, como *Google Classroom* y *Google Meet*. Se espera que esta proyección extensa actúe como catalizador de las habilidades de comprensión, interpretación y análisis lingüística de los estudiantes de la escuela básica del mencionado municipio, semiotizando así resultados satisfactorios en el campo de la alfabetización de los sujetos involucrados.

Palabras clave: Intervención; Educación Básica; Texto Escrito.

⁵ Estudante do Curso Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), *Campus* Araguatins.

⁶ Estudante do Curso Técnico em Redes de Computadores Integrado ao Ensino Médio no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), *Campus* Araguatins.

⁷ Graduado em Biologia pelo Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

⁸ Especialista em Libras pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Docente do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

⁹ Doutor em Ensino de Língua e Literatura pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Membro da Associação Latino-Americana de Linguística Sistemico-Funcional (ALSFAL). Docente do Instituto Federal do Tocantins (IFTO).

“Um texto é um extrato do discurso que é coerente em dois aspectos: é coerente em relação ao contexto de situação, e é coerente em relação a ele mesmo”

(BASTOS, 2001, p. 04)

Introdução

O presente artigo tem por objetivo evidenciar parte de uma proposta investigativa desenvolvida por estudantes do curso técnico em Redes de Computadores do Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *campus* Araguatins. Tendo em base a pesquisa em conjunto com a extensão, a proposta trata-se, portanto, de uma iniciativa baseada em fluxos de teorias em práticas diversificadas que procuram preparar alunos da educação básica pública para um desempenho satisfatório no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Para construção desse pilar, a Fundamentação Teórica se delinea a partir da interface entre Linguística Textual (LT), Metodologias Ativas (MA) e, principalmente, Letramento Escolar (LE). O referido diálogo teórico é sintetizado pela epígrafe deste artigo, ao semiotizar questões basilares na definição do termo “texto”, delineando seus desdobramentos no nível linguístico e ideológico.

Diante de um cenário totalmente atípico, devido a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), todo o processo de execução da proposta de extensão-pesquisa será executado de maneira remota, a partir do uso de recursos tecnológicos, tais como *Google Classroom* e *Google Meet*. Esta postura atua na busca por resultados expressivos no nível de letramento dos sujeitos envolvidos, ao mesmo tempo em que se demonstra respeito pelas diretrizes de distanciamento social, ao evitar aglomerações e contato físico de qualquer natureza.

Tal ação distanciou o docente e discente com a adaptação do modelo de ensino presencial ao remoto, sem antes entender a situação do aluno em um cotidiano pandêmico. A partir disso, apresenta-se a necessidade de inserir metodologias ativas que são ferramentas da linguística e do letramento que perfilham métodos e ações como medidas profiláticas para problemáticas interpostas da inatividade do aluno na sala de aula.

Em suma, espera-se que este artigo tenha como microfilamento científico a propagação do ensino de maneira adaptativa em meio ao cenário de pandemia, atuando como ferramenta catalisadora de habilidades de compreensão, interpretação e análise linguística de alunos da educação básica, materializando, assim, resultados satisfatórios no campo do letramento escolar.

Ensino de Língua Portuguesa a partir da LT

A escrita surge como uma maneira de eternizar e disseminar o conhecimento, antes solúvel ao tempo, ao possibilitar, assim, a organização sistematizada, coerente e moldável do saber. Nesse sentido, Cecília (2005) defende a ideia de que o texto é uma das principais unidades de comunicação que intervém no intercâmbio verbal humano, justificando sua tese ao elucidar que, sendo visto como um enunciado completo, o texto carrega em sua construção o conhecimento intrínseco e uno do autor, proporcionado assim a internacionalidade comunicativa e o intercâmbio do saber.

Em conformidade com o autor acima, outras pesquisas colaboram para problematização do termo “texto” e de suas ramificações a nível lexicográfico, morfossintático e interdiscursivo. Dessa forma, abstrai-se o seu reconhecimento como um artefato linguístico-ideológico que emana os processos interacionais¹⁰. Entretanto, tecer uma discussão exaustiva sobre a conceituação e a etimologia do referido vocábulo não é a mola propulsora para o desenvolvimento deste tópico. Tais informações serão problematizadas em situações vindouras na interlocução acadêmica. Para maiores informações a respeito do teor teórico da LT, importante aos estudos da escrita, consultar os trabalhos de Bastos (2001), Costa Val (1999), Franchi (1993), Koch (2005; 2003; 1998), Pereira (2018), Silva (2011), Travaglia (1997), só para citar alguns.

Dessarte é necessário considerar o papel basilar da LT na articulação de metodologias de ensino que possibilitam o desenvolvimento da perspectiva de extensão do estudo da linguagem para as mais diversas vertentes do conhecimento, contemplando o estudo de produções independentemente de seu gênero ou tipagem textual. Com efeito, têm-se o aprimoramento da capacidade cognitiva dos discentes, que desenvolvem o método de escrita, análise textual e argumentação, habilidades de suma importância para sua carreira, pessoal e profissional, tendo em vista a constante necessidade de tal desenvoltura dissertativa, em defesa de sua formação e/ou opinião.

Este argumento reacende a necessidade de se discutir o papel dos tipos textuais no processo de interiorização da língua materna, o que reflete em domínios gramaticais na prática contra argumentativa. De acordo com Dionisio *et al.* (2005), é possível entender a construção e definição dos tipos e dos gêneros textuais como fenômenos históricos vinculados à vida cultural e social, que colabora em ordenar as atividades interativas da população. Nesse aspecto, o autor define a dicotomização entre gênero e tipo textual dentro de um aspecto gramático-textual como uma espécie de (re) construção teórica definida pela natureza linguística da composição de um texto.

Nesse sentido, Marcuschi (2007) contribui para uma prática consciente do ensino textual, o que significa não ignorar as contribuições dos tipos textuais em todas as esferas do conhecimento humano, seja de cunho cognitivo, gramatical ou discursivo. Isso porque as características do tipo são indissolúveis aos gêneros, ou seja, compreender os gêneros textuais de maneira desvinculada aos tipos correspondentes é uma visão, no mínimo, ingênua e bastante questionável.

Ressalta-se a abordagem sociointeracionista como definidora de metodologias de estudo da linguagem que portam o aluno como grande responsável pelo seu aprendizado. De acordo com da Silva Swiderski e da Conceição Hübner (2009), o viés sociointeracionista introduz, na produção de enunciados, um exercício de reflexão acerca dos elementos que possibilitam reconhecer um gênero textual e sua função social. Com foco na interação, tal teoria busca a construção do conhecimento a partir do convívio social, definindo nesse sentido o educador como estimulador da aprendizagem.

Dessa forma, em análise do cenário social e educacional hodierno, a aplicabilidade de metodologias sociointerativas alinhadas às contribuições introduzidas pela difusão da LT configura-se como algo basilar. Logo, fatores como autoconhecimento e estudo direcionado da língua portuguesa mostram-se como essenciais ao desenvolvimento da prática redacional, independentemente do cenário em que opera.

¹⁰ Os processos interacionais que o texto se refere coincidem com as propostas dialógicas e dialéticas de Bakhtin (2006; 2003) ao considerar que a escrita materializa ideologias pré-estabelecidas e perpetuadas no tempo e no espaço.

Em síntese, os desafios desencadeados no mundo inteiro em razão da pandemia do Covid-19 possibilitaram uma articulação mais evidente entre a LT e a perspectiva interacionista e dialógica dos estudos enunciativos. Assim, é válido afirmar que o texto não é visto somente como uma manifestação linguística, mas sobretudo como um objeto de sociocultural que possibilita a reinvenção dos padrões de todas as tribos linguísticas.

Metodologias Ativas no Contexto Pandêmico

Em razão da vulnerabilidade em que o processo de ensino e aprendizagem se encontra, em razão da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), iniciativas foram tomadas para que a paralisação das aulas tivesse seus impactos minimizados.

Tais medidas metodológicas, a princípio, causaram uma espécie de estranhamento na relação entre alunos e professores, partindo da premissa de que ambos estão imersos a uma cultura de ensino predominantemente presencial. Por isso, a modalidade remota vê-se na necessidade de se realocar¹¹ constantemente em busca de um contraponto que possa vir a ser uma espécie de válvula de escape. Logo, é válido afirmar que o ensino remoto é fluido, pois apresenta alterações quase instantaneamente em busca de adequações aos diferentes contextos da educação brasileira.

A partir disso, apresenta-se a necessidade de inserir MA que perfilham métodos e ações como medidas profiláticas para problemáticas interpostas da inatividade do aluno na sala de aula. Dessa forma, as MA trabalham na interface entre proatividade e letramento escolar a partir da noção de protagonismo discente. Em outras palavras, deve-se haver um diagnóstico prévio dos anseios dos educandos para, assim, o docente arquitetar suas medidas pedagógicas (BERGMANN, SAMS, 2016; MEZARRI, 2011).

À vista disso, alguns procedimentos devem ser inseridos nos eixos de adaptações das metodologias de construção de conhecimento, tornando-as ativas. Para isso, as dinâmicas desse procedimento devem articular-se a partir da atuação do aluno como protagonista no planejamento da ementa e construção do saber, tal como asseveram Pereira, Siede e Silva (2017) ao investigarem práticas de letramento em acadêmicos da educação superior em aulas de língua portuguesa instrumental. Para os autores, a perspectiva da interação ativa acarretou em significações expressivas nas habilidades de leitura, compreensão, interpretação de textos multimodais.

Inúmeras tecnologias e mecanismos de ensino podem ser aplicados às diversificações propostas, tais como: gamificação, aprendizagem baseada em projetos e a sala de aula invertida. Dessa maneira, no espaço escolar, é possível interpor práticas ativas por intermédio de exercícios, projetos e debates, o que articula bem no que condiz às contribuições na formação de um profissional apto a aprender e reinventar-se conforme as necessidades emergentes (MITRE, 2008).

Por conseguinte, os discentes participantes ampliarão seu pensamento crítico, assim como a dicção e resolução de problemas com criatividade nos quesitos qualitativos. Desse modo, é elucidado enfatizar que essa relação ativa é catalisadora das habilidades interpretativas e cognitivas o que possibilita a descentralização do professor como único e responsável pelo planejamento e possibilitando abertura de novos horizontes na educação (PEREIRA, SIEDE, SILVA, 2017).

¹¹ Aferimos ao termo “relocalizar” o mesmo sentido proposto por Pennycook (2010), no cenário americano, e por Pereira (2016), no contexto brasileiro. Ambos partem dos estudos aplicados da linguagem para compreender que o ato de relocalização engloba procedimentos de letramento social, escolar, cultural e acadêmico.

Por fim, vale ressaltar a importância do trabalho de Gadotti (2011) que desenvolveu sobre a dialética da educação. Ao analisar a formação no contexto da sala de aula, o referido autor expandiu sua teoria embasado na ideia freireana de autonomia¹² no processo de ensino e aprendizagem, tanto para o professor, quanto para o aluno.

Letramento Escolar: Conexões entre cognição e escrita

O letramento dá-se desde o sentido do entendimento de concepções básicas de acontecimentos do cotidiano incluindo a habilidade de tomada de decisões em indagações concernentes a ciência e tecnologia na qual estejam diretamente envolvidos, sejam decisões pessoais ou de interesse público. Muito tem se discutido a respeito das práticas de letramento em todas as esferas sociais. Discutir minuciosamente acerca da definição de letramento e seus tentáculos sociais não são o propósito deste tópico; essa discussão será feita em outra oportunidade. Para maiores informações teóricas, consultar os trabalhos de Street (1984), Kleiman (2000) e Fuza (2015), só para citar alguns.

Nesse aspecto, tornou-se um método que persiste ao longo da vida, destarte, não apresenta uma definição absoluta e universal, visto que varia conforme diversos contextos, tais como social, cultural e político de cada população. É nesse viés que o LE surge como uma oportuna possibilidade de se pensar a referida proposta de intervenção.

O letramento escolar baseia-se na prática específica de acordo com a necessidade de se desenvolver algumas habilidades reflexivas tanto sobre a leitura quanto a escrita, tais como o conhecimento e o uso funcional da escrita e da leitura no contexto escolar (SILVA, 2012; SOARES, 2003).

De acordo com Barton (1994), graças ao vasto interesse pelos estudos do letramento, tal palavra tem se diversificado em uma metáfora que resulta em uma aplicação diversificada em diversificadas áreas do conhecimento, para designar vários aspectos que estão envolvidos nas práticas da leitura e da escrita, sendo muito comuns o uso de expressões como: letramento visual, letramento político, letramento digital e assim sucessivamente.

Percurso Metodológico

O relativismo no pensar do ser humano é um fator de importância a ser considerado na perspectiva do julgamento de análises metodológicas. A contextualizar, a natureza de complexidade postulada por Morin (2011), nos permitem a colocação da consideração de uma metodologia não determinada como verdade absoluta, mas sim, passiva de questionamento. Assim, enfatiza-se que o desenho metodológico determinado, busca atender de modo satisfatório os objetivos postulados com a aplicação do projeto, tendo em vista a complexidade do ciclo social contemporâneo.

A metodologia utilizada tem como direcionamento o desenvolvimento de uma pesquisa com a tipagem de intervenção. Esse tipo de pesquisa educacional tem como objetivo planejar, implementar e avaliar práticas pedagógicas adaptativas e inovadoras, buscando maximizar o aprendizado do aluno (DAMIANI *et al.*, 2012).

¹² Para maiores informações teóricas a respeito da preponderância da autonomia para tomadas de decisões dos alunos, consultar o trabalho de Freire (1987).

De acordo com Sannino e Sutter (2011), se portam consciente da necessidade de interconexão entre as teorias e metodologias que serão aplicadas para fins de pesquisa. Dessa forma, as aulas do projeto em questão são pensadas de modo a desenvolver, principalmente, a prática da escrita dissertativa nos alunos. Isso se dá a partir de uma abordagem diagnóstica, com a requisição de textos semanais, a fim de avaliar o desenvolvimento progressivo dos discentes, assim como, a eficiência do método avaliativo. Para mais, com o intuito de proporcionar a maior difusão das aulas e melhor eficiência metodológica, foi dado aos alunos a liberdade para participação na decisão dos horários dos encontros ministrados, assim como na inferência da prática do conteúdo programático, prezando assim pela metodologia adaptativa.

A abordagem de pesquisa a ser utilizada é de natureza qualitativa, tendo em vista o apreço pelo registro de eficiência das metodologias adotadas e a interpretação dos resultados encontrados, para fins conclusivos. A compreender, pesquisas com abordagem qualitativa buscam obter repostas aos experimentos desenvolvidos, dissertando a respeito das abordagens assertivas do processo, explorando as informações adquiridas que, decerto, não podem ser quantificadas, buscando focar na dinâmica das relações sociais abstraídas da prática (FLIK, 2009).

Instituto Federal do Tocantins (IFTO), *Campus*Araguatins

O *Campus* Araguatins do IFTO foi inaugurado em 1988 como Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, localiza-se no extremo norte do Tocantins, na cidade de Araguatins (TO). Constitui-se como única instituição Federal da cidade de Araguatins, apresentando-se como um polo de referência em pesquisa e formação especializada, atraindo discentes, principalmente, da região do Tocantins, Maranhão e Pará.

Conta com dois Cursos Técnicos Integrados, um Curso Técnico Subsequente, três graduações e duas Pós-graduações, sustentados por uma infraestrutura dedicada que promove a conjugação da teoria com a prática no ensino, assim como a integração e verticalização da educação básica com a educação profissional e educação superior.

Ademais, apresenta-se como protagonista no desenvolvimento de pesquisa e extensão na região, visando a formação profissional, integrada com as expectativas da sociedade e a prestação de serviço à comunidade, adaptando-se as tendências dos setores produtivos e o desenvolvimento tecnológico. Assim, constituído por uma maioria de alunos de classe social baixa, o campus se porta como uma instituição de desenvolvimento da educação no norte do Tocantins.

Escola Campo

O nome da escola em que o projeto está sendo executado não será revelado neste artigo por questões éticas. A designação dada aos *locus* de investigação será “escola campo”, que se localiza no extremo norte do Tocantins, na cidade de Araguatins (TO). A escola campo atende alunos tanto da zona rural, quanto urbana, contando com as modalidades de Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. Oferece estrutura necessária ao conforto e desenvolvimento educacional dos seus alunos, tais como, Internet, Banda Larga, Biblioteca, Quadra Esportiva Coberta, Pátio Coberto, Área Verde, Sala de Professores e Alimentação.

Diretrizes do Projeto de Extensão

Antes de tudo, é necessário compreender que a educação se põe como a melhor alternativa à exponenciação do desenvolvimento coletivo e democrático, em prol da mudança e da formação social. Não obstante, se faz importante destacar, em específico, a carga erudita transcendida pelas disciplinas dedicadas a implementação da capacidade de desenvolvimento textual dos alunos. Isso se faz devido, principalmente, à contribuição vitalícia que essas proporcionam ao discente, que durante sua carreira, pessoal e profissional, terá em vista a necessidade de tal desenvolvimento dissertativo, em defesa de sua formação e/ou opinião.

Assim, evidencia-se a importância de aulas de redação aplicadas e desenvolvidas adequadamente, ainda em nível médio, com o intuito de garantir aos alunos da rede pública a base suficiente para os sustentar durante seu processo de desenvolvimento profissional, por meio da construção da visão argumentativa e dissertativa una e subjetiva, além do enriquecimento da linguagem. Justifica-se tal afirmação, especificamente, tendo em vista a importância de tal preparação em ocasiões essenciais para a formação do discente, como o ENEM, concursos, vestibulares em geral e a construção de produções científicas.

Entretanto, é fato as dificuldades impostas pelo atual cenário mundial. Diversos são os impactos que a pandemia do Covid-19 trouxe ao sistema educacional brasileiro. Ademais, é incontestável a dicotomia presente no setor de formação pedagógica, a qual define o desnível da qualidade de ensino a distância, alternativa encontrada pelo meio educacional diante de tal situação, desenvolvida em diferentes polos. Acentua-se, assim, a necessidade da implementação de métodos de desenvolvimento mútuo, possibilitados por meio da aplicação de projetos de extensão.

Dessa forma, a ampliação das aulas de Redação proporcionadas de modo remoto pelo IFTO, *Campus* Araguatins, direcionando-as para os alunos do 3º ano da escola campo em associação com uma metodologia adaptativa desenvolvida e aplicada por alunos do ensino médio - ressalta-se o diferencial proporcionado pela proximidade de faixa etária entre docentes e discentes na construção metodológica, apresentando um sistema desenvolvido sob o ponto de vista do aluno - sob a supervisão e colaboração direta de um professor especializado na área, se mostra como uma alternativa deveras importante para o desenvolvimento mútuo de ambos os polos de ensino.

Dessarte, tendo em vista os supracitados fatos, a importância do ENEM como porta de acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileira, assim como em algumas universidades no exterior e sua proximidade, tal projeto se apresenta como um estímulo para o desenvolvimento educacional no norte do Tocantins, uma alternativa para o apoio mútuo entre polos, diante de um cenário caótico.

Resultados Esperados

Espera-se proporcionar aos discentes envolvidos um desenvolvimento perceptível na prática redacional, determinando o aprimoramento do processo de escrita e produção da redação, que ajudarão os participantes em vestibulares, dissertações e no enriquecimento do vocabulário individual.

Ademais, contribuir para a formação pessoal e profissional desses, no que condiz a construção das capacidades argumentativas em diferentes cenários, assim como desenvolver o processo de ensino e aprendizagem na região, colaborando para o aumento dos índices de aproveitamento educacional no norte do Tocantins.

Não somente, espera-se também levantar conclusões qualitativas positivas referentes à eficiência de uma metodologia adaptativa com enfoque prático aplicada no ensino de redação. Por fim, resulta-se na obtenção de informações suficientes para a construção de artigos de cunho científico a respeito das práticas de LE no extremo norte do Tocantins, colaborando, assim, para o desenvolvimento educacional no país.

Considerações Finais

A prática do LE no extremo norte do Tocantins, direcionada às produções redacionais, possui capacidade para proporcionar o aprimoramento dos índices educacionais no estado. Por conseguinte, a manutenção da prática a longo prazo desdobra-se na extensão da capacitação dos futuros profissionais da região, promovendo o desenvolvimento da sociedade como um todo.

O levantamento qualitativo da eficiência das metodologias de ensino de produção textual permite impulsionar tal vertente educacional em escala, contribuindo para a propagação das consequências positivas do estudo desenvolvido ao produzir fonte de estudo para pesquisas e aplicações no que se relaciona às práticas de Letramento.

Referências

- BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2006.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo/SP: HUCITEC, 2003.
- BARTON, D. **Literacy: An introduction to the ecology of written language**. Oxford, UK: Blackwell, 1994.
- BASTOS, L. K. **Coesão e Coerência em Narrativas Escolares**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BERGMANN, J.; SAMS, A. **Sala de Aula Invertida: Uma metodologia de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- CECILIA, J. H. **Teorías de pragmática, de lingüística textual y de análisis del discurso**. Univ de Castilla La Mancha, 2005.
- COSTA VAL, M. da G. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DA SILVA SWIDERSKI, R. M.; DA CONCEIÇÃO, T. Abordagem sociointeracionista e sequência didática: relato de uma experiência. **Línguas & Letras**, v. 10, n. 18, 2009, p. 113-128.
- DAMIANI, M. F. *et al.* Sobre pesquisas do tipo intervenção. Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, **Anais do XVI Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino. Campinas: UNICAMP, 2012.**
- DIONISIO, A. P., *et al.* **Gêneros textuais e Ensino**. Lucerna, 2005.
- FLIK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANCHI, E. **E as Crianças Eram Difíceis: A redação na escola**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FUZA, A. F. **A Construção dos Discursos Escritos em Práticas de Letramento Acadêmico-Científicas**. 2015. 368f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- INAF: **Indicador de Alfabetismo Funcional – Brasil 2019**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories/pdfs/inafresultados2007.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2020.
- KLEIMAN, A. B. **Texto e Leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes Editores, 2000.
- KOCH, I. V. **A Coesão Textual: Mecanismos de constituição textual, a organização do texto, fenômenos de linguagem**. São Paulo: Contexto, 2005.

- KOCH, I. V. **Linguística Textual: uma entrevista com Ingedore Villaça Koch. Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 1, n. 1, 2003.
- KOCH, I. V. **O Texto e a Construção dos Sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros Textuais: Definição e funcionalidade. In.: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs). **Gêneros Textuais e Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 19-36.
- MEZZARI, A. O Uso da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) como reforço ao ensino presencial utilizando o ambiente de aprendizagem Moodle. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 114-121, 2011.
- MITRE, S. M. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 1, n. 1, 2008.
- MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.
- PENNYCOOK, A. **Language as a Local Practice**. Routledge, 2010.
- PEREIRA, B. G. Texto e Textualidade: Considerações teórico-discursivas a partir dos princípios da Linguística Textual. **Revista Querubim**, v. 35, p. 71-78, 2018.
- PEREIRA, B. G.; SIEDE, R. O.; SILVA, L. S. Metodologias Ativas no Ensino Superior: Sala de Aula Invertida como Estratégia Pedagógica na Catalisação da Habilidade de Escrita. **International Journal on Active Learning STHM Brasil**, v. 3, p. 1-12, 2017.
- PEREIRA, B. G. **Relocalização de Saberes Acadêmicos na Construção de Vozes de Professores em Formação Inicial na Escrita Acadêmica Convencional e Reflexiva**. 2016. 350 f. Tese (Doutorado em Ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2016.
- SANNINO, A.; SUTTER, B. Cultural-historical activity theory and interventionist methodology: classical legacy and contemporary developments. **Theory & Psychology**, v. 21, n.5, p.557-570, 2011.
- SILVA, W. R. **Letramento e Fracasso Escolar: O ensino de língua materna**. Manaus: UEA Edições, 2012.
- SILVA, W. R. **Estudo da Gramática no Texto: Demandas para o ensino e a formação do professor de língua materna**. Maringá: EDUEM, 2011.
- SOARES M. **Letramento e Escolarização**. São Paulo: Global; 2003.
- STREET, B. V. **Literacy in the Theory and Practice**. Cambridge University Press, 1984.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação: Uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 1997.

A FUNÇÃO AUTOR E OS INDÍCIOS DE AUTORIA

Janete Silva dos Santos¹³

Resumo

O presente trabalho analisa dois textos literários de cunho erótico. A análise é feita embasada nos pressupostos foucaultianos da função autor, nas reflexões de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade da linguagem e nas indicações de Possenti sobre o que ele define como indícios de autoria. Nosso empenho é mostrar como esses elementos são mapeáveis, através dos dados lingüísticos selecionados, ao delinear-se os efeitos de sentidos nos textos em foco.

Palavras-chave: análise textual, heterogeneidade discursiva, indícios de autoria

Abstract

The present work analyses two literary texts of erotic nature. The analysis is done based on the Foucault's assumptions of author function, on the Authier-Revuz reflections about the heterogeneity of language and on the indications of Possenti about what he defines as evidence of authorship. Our effort is to show how this elements are identifiable, through selected linguistic data, to draw up the effects of meanings in the texts on focus.

Keywords: textual analysis, discursive heterogeneity, evidence of authorship

Como o sonbo, a obra toma certas “matérias-primas” – linguagem, outros textos literários, maneiras de perceber o mundo_e as transforma, utilizando-se para isto de certas técnicas, em um produto.

Terry Eagleton

Introdução

No fragmento traduzido de Terry Eagleton, que constitui a epígrafe do presente texto, toma-se o termo *obra* por *autor*, posicionamento que se filia ao de Foucault (2001) quanto à função autor, ou seja, quanto à crença de que esta função não existe sem a obra, e toda obra só existe quando publicada ou (re)conhecida por um grupo de pessoas. Outro ponto que chama atenção no excerto é quanto ao trabalho do autor, quanto ao labor que envolve a obra, o produto final (do fazer literário). Este resultaria da articulação dos já-ditos, cuja *técnica* usada os transformaria em um produto que, se não for considerado novo, de qualquer forma apresenta-se como contendo novidades, dados os modos de articulação da heterogeneidade própria da linguagem (Authier-Revuz, 2004). As reflexões de Schneider (1990) quanto ao plágio e à autoria também parecem contempladas no fragmento, visto no enunciado admitir-se a apropriação de outros textos literários, de outras maneiras de se perceber o mundo e o uso de uma *técnica/procedimento* para se compor o texto derivado. A relação entre o fragmento e os autores aqui destacados pretende anunciar ao nosso leitor parte do suporte teórico da breve análise que nos propomos a fazer sobre autoria nos textos mais abaixo selecionados.

¹³ProfessoradaUFT. Texto publicado pela Revista Querubim em 2009 e ora republicado nesta coletânea.

Perspectivas sobre autoria

A função autor de obra/texto instaura, segundo Foucault (2001), uma relação entre autor e obra como fenômenos de redescobertas e reatualizações, cada um deles com sua especificidade, pautada esta, respectivamente, ora na analogia e no isomorfismo, ora na “reinscrição de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele” (p.283). Para Foucault, a função autor é muito complexa, havendo, pois, diferenças consideráveis entre autor de uma discursividade e autor de uma obra, bem como entre autor na literatura e autor na ciência. Foucault elenca alguns atributos da função autor, defendendo ainda que esta é função da escrita. Dentre eles está a responsabilidade e o fato de ter sido seu texto publicado/referenciado por alguém (editor), ou seja, o autor assume a responsabilidade (política/social) pela obra e deve ter seu texto publicado para ser reconhecido. De acordo com Chartier, os atributos detectados por Foucault conferem de fato legitimidade à função autor. Para Chartier, ao fazer uma leitura da posição de Foucault quanto ao percurso da autoria na sociedade, o autor é aquele que detém a propriedade [literária] sobre o produto de seu trabalho, sobre sua obra, é aquele que goza de privilégios por seu trabalho, devido à “originalidade” dessa obra, que tem valor monetário.

Schneider (1990), por sua vez, vai questionar até que ponto a criação literária é de fato uma “criação”, visto o autor, ao longo da história, apropriar-se de textos anteriores para assinar o seu próprio texto. Daí que vai tomar como central em seu ensaio a noção de plágio, mais que de autoria. Para ele, por exemplo, a tão propagada *intertextualidade* nada mais é que uma forma de plágio, admitida como “um procedimento de escritura como outro qualquer” (p.59). Apesar disso, o autor admite que o plágio (criminoso) se diferencia da paráfrase, da transcrição e da variação, por não se esconder, nesses procedimentos, o empréstimo inserido no texto novo. A literatura para ele seria mais uma recriação, o que não destoaria da visão foucaultiana sobre autoria e discursividade literária.

Tfouni (2001), apoiando-se nas teorias de letramento, lança outros olhares sobre a manifestação de autoria em narrativas escolares, sendo esta reconhecida pela capacidade de o aluno-autor controlar a dispersão em seu texto. O controle da dispersão também é reconhecido por Foucault como característico da autoria, mas, para este pesquisador, autor não é apenas aquele que escreve, mas aquele que tem seus textos publicados/(re)conhecidos, implicando isso em responsabilidade e privilégios (*status* / financeiro) pelo material produzido.

Barthes (2004), por seu turno, também compartilha com os demais autores (ou com quase todos) que o estilo diferencia e institui o autor/autoria, contudo, dá maior ênfase à função leitor quanto à legitimidade da obra, que deve ser analisada independente do autor. Tfouni, a nosso ver, avaliaria essas marcas de estilo como a capacidade de o aluno-autor indicar o controle que tem sobre seu texto, quando do uso dos elementos de coesão apropriados para a coerência dos sentidos que pretenderia suscitar nos enunciados que produz.

Fechando essas breves concepções de autoria, através da noção de heterogeneidade constitutiva e mostrada, de Authier-Revuz (2004), é possível apontar indícios de autoria _ noção cunhada por Possenti (2002) ao verificar a singularidade de estilo em escritos por ele analisados_ em textos literários (atuais), considerando os modos de articulação dos já-ditos na resignificação do que se apresenta como “novo”. As formas de heterogeneidade mostrada no discurso são, segundo Authier-Revuz, “elementos da representação que o locutor (se) dá de sua enunciação”. A heterogeneidade mostrada seria, então, *uma forma de negociação do sujeito falante com a heterogeneidade constitutiva da linguagem*. As noções aqui privilegiadas abalzarão a breve análise de dois textos por nós selecionados, ambos retirados de uma antologia composta de textos de ficção (literários) que englobam crônicas, contos e poesia, todos de autoria (assinados por) de mulheres apenas, cuja temática privilegiada é o

erotismo, a sexualidade, a relação *homem / mulher*. A obra foi organizada por Joyce Cavalcante, escritora premiada dentro e fora do Brasil, que tem na abordagem erótica o foco de suas produções.

Dados de análise

(Texto1)

Cães & cachorros

Cláudia Pacce

1

Há sempre um cão companheiro Latindo no beco da rua da insônia

2

Há sempre um companheiro cachorro Ladrando no beco da rua da insônia

(TEXTO 2)

Névoa e seus fantasmas

Carla Nobre

Eu tenho um fantasma que sempre vem me assombrar no banheiro, porque foi lá que ele nasceu. Foi assim: eu estava fazendo um xixi absolutamente cotidiano. Nem estava pensando em nada... De repente, eu olhei a porta do banheiro. Meu local de trabalho. A porta estava cheia de apetitosas obscenidades que eu não ousei falar... Nunca ousei. Sempre fui muito quieta para as obscenidades. Daí, tive vontade de escrever uma. De sentir uma obscenidade sendo parida por mim. E escrevi simplesmente: QUERO FODER HOJE, AGORA! E eu escrevi esse foder com uma letra graúda, grossa... Igual a minhavontade... Depois limpei o xixi, abotoei a calça e tudo ficou cotidiano de novo. O meu fantasma começou a nascer quando eu abria a porta do banheiro. Imaginei a reação dos meus colegas de trabalho ao descobrir que eu também desejo obscenidades. E mais que isso: imaginei-me sendo reprimida por todos os outros sobre elas. Fiquei com este fantasma até hoje, porque fui eu sempre que as reprimi. Tive medo, então, de que elas se chateassem e fossem embora, porque, mesmo escondidas, eu precisava delas porperto...

Análise dos dados

Os textos 1(Cães&Cachorros) e 2 (Névoa e seus fantasmas) , segundo a posição foucaultiana, apresentariam autoria, visto serem assinados por alguém que assume a responsabilidade pelo enunciado, alguém que marca uma posição ideológica na arena discursiva, que publica o que escreve, que é reconhecido/lido na sociedade, mesmo que por um grupo seleto de pessoas, alguém que goza de certo *status* e/ou privilégio dado o resultado de seu trabalho, alguém que tem direitos sobre sua propriedade literária, entre outros fatores. A autoria, a nosso ver, também se apresentaria neles, conforme Schneider, Foucault, Authier-Revuz e Tfouni, pela forma como as autoras ressignificam sentidos já estabelecidos por outros enunciadores em outros lugares, pelo modo como articulam a heterogeneidade constitutiva e mostrada da linguagem, bem como pelo controle que fazem sobre a dispersão própria da discursividade.

A função autor, poderia ter dito Bakhtin (1997), implica o autor assinar textos que se inserem em gêneros discursivos específicos, conforme a esfera social na qual quer ser ouvido/respondido, para isso se filia a gêneros com temáticas, estilos e formas composicionais também específicos. Daí que as autoras dos textos 1 e 2 usam da liberdade que a esfera social e o gênero discursivo lhes permitem para selecionar o vocabulário, a sintaxe, os operadores discursivos, os termos, a temática etc. Condizentes com sua proposta de dizer.

No texto1, por exemplo, a expressão *rua da insônia* é própria do discurso literário (DL) e não prioritariamente de outro tipo (apesar de...), ou seja, tem nele (DL) ambiente propício para (re)nascer. A coerência (controle da dispersão) entre as partes 1 e 2 do texto 1, como indício de autoria, é perceptível pelo paralelismo entre elas e pela alteração, numa e noutra parte, de termos“sinônimos”em muitos contextos, além da alternância de posição entre o substantivo e o adjetivo que o acompanha, comutando a função de um e de outro:

< cão companheiro/latindo (1) X companheiro cachorro/ladrando (2) >

Como desdenharia Schneider, nada há de novo nos versos, as palavras são “roubadas” a outro(s), o texto sem dúvida é derivado de outro(s), todavia, apesar dessa constatação, há também efeito de criatividade/originalidade, pois, articulando-se a abordagem de Authier-Revuz sobre a heterogeneidade da linguagem com o controle da dispersão de que falam Foucault e T'founi, vemos a manifestação de autoria, no jogo, na negociação que a autora Cláudia Pacce faz entre os já-ditos, favorecendo ao leitor um belo e inteligente jogo de imagem comparativa entre o companheirismo do animal (o cão) e o não-companheirismo do homem/amante(o cachorro), que deveria ser parceiro. Um late(o cão), o outro ladra (o homem cachorro, ou seja, o parceiro não-companheiro). Ambos, com seus ruídos/gritos/barulhos/existência, marcam presença e, a seu modo, afligem a solidão do eu-lírico, que gostaria de estar aconchegado à agradável e compensadora companhia de um parceiro/amante humano. Enquanto o cão se faz notar (incomoda) por sua presença, o cachorro (companheiro, homem) se faz notar (incomoda) por sua ausência. Latir e ladrar são verbos intercambiáveis, mas não foram selecionados aleatoriamente em cada um dos dísticos da composição, pois, conforme nossa interpretação, o gerúndio de ladrar, de toda forma, tem fonemas que sonorizam também o adjetivo/substantivo ladrão, ou seja, aquele que rouba, usurpa, engana, incomoda, distancia-se do que é considerado apropriado numa relação produtiva e gratificante entre pessoas.

O texto 2, por sua vez, aloca-se também num circuito específico, ou seja, filia-se à esfera do texto/gênero contemporâneo de ficção, como um miniconto (ou pequena crônica) literário erótico (crônica não-jornalística), ou pornográfico para certos críticos. Expressões como *xixi absolutamente cotidiano*, figuras de estilo (sinestesia) como *apetitosas obscenidades* e a personificação como a que aparece em *Tive medo, então, de que elas [obscenidades] se chateassem e fossem embora, porque, mesmo escondidas, eu precisava delas por perto* marcam o gênero que, entre outros elementos, confere autoria ao texto erótico de Carla Nobre, pela habilidade na escolha, habilidade com que manipula as palavras para projetar os efeitos pretendidos, a saber: chocar, impactar, sacudir o pudor do leitor através da “confissão” despuerada da actante dessa narrativa, que assume e negocia com vozes/vontades/peculiaridades de outros sujeitos enunciadore, de modo a resvalar, nos já- ditos, para sentidos novos (efeito de originalidade/ criatividade), nem tanto pela idéia nova, muito menos pela palavra nova (que não há), mas pela articulação, pelo modo inesperado/atrevido de dizer (o mesmo). O elemento erótico (ou pornográfico) tem seu clímax em *Eescrevi simplesmente: QUERO FODER HOJE, AGORA! E eu escrevi esse foder com uma letra graúda, grossa...Iguar a minha vontade...Esse modo de articulação de idéias e palavras que povoam as mentes “transgressoras/interditas” é a estratégia usada pela autora para salientar a filiação da narradora aos discursos mais pornográficos que eróticos, numa expressão bastante*

conflitante diante do que é moral e socialmente permitido ou não dizer em voz alta (letras garrafais).

Um parêntes e aqui para considerações semióticas de Pietroforte (2007:86) sobre o que se propõe em relação à diferença/afinidade entre os termos erotismo e pornografia. Informa este autor que para alguns o erotismo tem conteúdo eufórico (positivo) e a pornografia, disfórico (negativo), de modo que a *pornografia* seria vista como *imoral, pervertida*, portanto, *sem valor artístico*, e o erotismo seria *belo e poético, por isso [...] pode e deve ser permitido*, o que corrobora a referência da interdição ao discurso pornográfico comentada anteriormente. O controle da dispersão, no recorte analisado, pode ser particularmente notado na seleção dos adjetivos *grávida* e *grossa*, atribuídos ao substantivo *letra*, o qual pode fazer alusão ao “falo”; do verbo *foder*, referência ao sexo não relacionado a uma conjunção amorosa, mas apenas à sua dimensão física, carnal; e do substantivo *vontade*, suscitando, como efeito de sentido, mesmo através desse “eufemismo”, noções que remetem diretamente ao prazer, à libido, à satisfação sexual.

Nessa perspectiva discursiva de autoria, ao mesmo tempo em que o sujeito fala, expressa-se e publica, o texto denuncia que esse sujeito se divide entre o querer dizer e o não-dever dizer, enfrentando um conflito para dizer “o dizer interdito”. Acontece, desse modo, um prazer angustiante, pois, no processo de “criação”, também, o sujeito não é livre para dizer o que quer. Ou seja, aquilo que o sujeito diz, ou põe em foco através da actante/narradora, é uma ruptura ao que é de fato cotidiano, visto que o uso de “foder” desgastou-se em formas como “vai te foder”, entre outras. Mas, no texto de Carla Nobre, o efeito de “criatividade”, no sentido da forma verbal em questão, dá-se pelo uso enfático do termo, restituindo-lhe essa carga expressiva.

Considerações finais

As palavras estão na boca de todo mundo, mas a autoria vai ser atribuída aos que se permitem desarranjar as palavras de seu lugar comum e daí surpreender, desestabilizar o outro, como, no caso da presente análise, o leitor de texto poético e de texto pornográfico, que se permite encantar com o texto, que se permite seduzir pelos caminhos “suaves” ou “escabrosos” dessa produção. Para finalizar, entendemos que a análise dos dois textos em relação à autoria, evidentemente, aqui não se esgota. Todavia esperamos ter contemplado, mesmo que minimamente, as questões de maior destaque de tema tão instigante: função autor e indícios de autoria.

Referências

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. [trad. M^a Ermantina G.G. Pereira]. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. CAVALCANTE, Joyce. *Antologia Talento Delas*. São Paulo: Scortecci, 2007, pp. 23, 34.
- FOUCAULT, Michel, 1969: O que é um autor? IN: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, pp. 280-286.
- PIETROFORTE, Antônio Vicente. *Análise do texto visual—a construção da imagem*. São Paulo: Contexto, 2007.
- POSSENTI, Sírio. *Indícios de autoria*. IN: *Perspectiva (revista do centro de ciência da educação)*. Florianópolis, v.20, n.01, 2002, pp. 105-123.
- SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de palavras: ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- TFOUNI, Leda. *A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento*. IN: SIGNORINI, Inês (Org). *Investigando a relação oral-escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001, pp. 77-94.

A MULHER E A MORTE NO ROMANCE DO SÉCULO XIX

João Carlos de Carvalho¹⁴

O desenvolvimento do romance pós-Balzac significou, para o Ocidente, um enfrentamento de questões cruciais para a compreensão da evolução dos valores burgueses na época, por isso associar esse autor, junto a Stendhal, como aquele a investir decisivamente numa forma nova de realismo na ficção. Mais adiante, esse realismo se articulava a um apego à palavra até então sem igual, o que, no dizer de Barthes, iniciaria a problemática da literatura, inaugurando a modernidade propriamente dita.

Viveríamos, concomitante a isso, num mundo em que as fronteiras entre as classes, dissolvidas na voragem do possível, ganharam uma dramaticidade como matéria fabulesca sem igual até então, já que enquanto a burguesia se tornava o ideal de classe dentro de um certo imaginário, ao mesmo tempo, irradiava também uma repugnância por parte de muitos escritores que, portanto, na figura emblemática de Flaubert, resumiria um certo afã de retorno ao charme aristocrático por meio da palavra trabalhada. A literatura francesa, nesse período, sendo assim, promove um verdadeiro redimensionamento do romance enquanto provocador de uma importante etapa de compreensão do homem ocidental dentro de um torvelinho de valores que se colidia decisivamente em suas contradições¹⁵. Sendo assim, no século XIX, as narrativas construiriam um compromisso de delimitar os campos e os espaços discursivos por meio de um combate de inscrição, campo este que obrigava um certo tipo de literatura a ter o compromisso de diálogo com as imensas variáveis sociais de então. Neste sentido, qualquer classe que se pretendesse hegemônica se via logo confrontada no cerne dos seus valores e o romance se tornava impressionantemente o instrumento a desorientar o que fosse estabelecido, não sem mexer com as suas próprias feridas internas.

A força do romance no século XIX (que poderíamos chamar de o século do romance) advém justamente de um processo que o levava a um desafio de superação, ao confrontar os próprios valores que o alimentavam. A figura da mulher, nesse sentido, ocupou um papel extremamente interessante como intercessora entre os pontos divergentes que se construíam em torno de um potencial de criação, ao mesmo tempo que colidia com uma ânsia de pureza cada vez maior por parte da palavra escrita. O romance, no século XIX, como é facilmente verificável, sem dúvida, tentou inscrevê-la dentro de um circuito, mais ou menos programável, de uma moral burguesa sustentada a partir de uma herança ainda mal resolvida com a era aristocrática. Neste sentido, a partir do crivo romântico-realista, simbolicamente, ela ocupará o papel de suprir a ausência de uma época que sugere o seu retorno por meio dos auspícios de uma nova ordem econômica e ideológica.

A figura da morte em algumas narrativas clássicas do século XIX, portanto, impõe uma espécie de estatuto de redenção pela palavra e, no caso da mulher, de alguma maneira essa palavra se torna exemplar de um complexo de pureza. Diferentemente do século XVIII, a morte da mulher, aqui, não significa a aferição de um juízo de valor, ou uma tentativa de ajuste, mas, sobretudo, um

¹⁴Prof.Dr. da Universidade Federal do Acre - Campus de Cruzeiro do Sul - Áreas em que trabalha: Teoria da Literatura, Literatura Amazônica, Literatura Latino-americana e Cultura Brasileira. Texto publicado na Revista Querubim em 2006 e ora republicado nesta coletânea.

¹⁵ Obviamente, que outras importantes expressões literárias, como o romance inglês – Dickens, Thackeray –, participam desse processo, mas é particularmente na ficção francesa, num momento estratégico, que se encontra uma via temática que se tornará modelo quase universal dentro do romantismo e mais adiante do que seria conhecido como realismo.

confronto que leva ao esvaziamento do próprio¹⁶. Para tanto, neste artigo, examinarei de perto a relação morte e mulher através de três romances sintomáticos desse processo limite: *A prima Bete*, de Honoré de Balzac, *Lucíola*, de José de Alencar e *Naná*, de Emile Zola. Aí, a ambição e a humildade se confrontam de forma bastante perversa e revelam um jogo de papéis extremamente interessantes para se conhecer a complexa trama ideológica que sustenta a maioria das narrativas longas do século XIX.

Em *A prima Bete*, Balzac utiliza suas reconhecidas técnicas de inserir suas personagens dentro de um certo contexto e situação social que gritam o tempo todo pelo limite psicológico onde elas transitam. A maneira deslizante de narrar desse autor tem, sobretudo, a ver com a forma como ele vai despindo as cascas em que cada uma, aparentemente, se via obrigada a agarrar. Dessa maneira, as personagens se vêem iniludivelmente arrastando a carga simbólica de uma época que se quer inteira por meio das partes mal resolvidas, procurando conciliar inclusive certos interesses entre as classes, mas que funciona, e é só por isso que existe, sempre pela metade. Não há mais para elas uma outra saída que não seja a inveja ou a morte, esta última da pior maneira possível. Ao organizar em torno das suas tramas uma constelação de traços decorativos para um determinado ambiente, Balzac investe de forma peremptória num quadro que deve capturar e dar a suas personagens condições de emergirem com todo o direito a suas mesquinhas e desejos supérfluos.

Alimentadas desses elementos, elas revelam conceitos extremamente imperiosos em torno de um projeto que as jogam numa roda-viva torturante, onde o que é natural dentro de um código possa parecer absurdo sob um outro ponto de vista. É dessa articulação que se orienta um narrador onisciente, sempre disposto a ir aos extremos das questões pessoais, dissecando o desejo como a buscar a origem de um mal. No seio de uma sociedade altamente competitiva, naquele momento, só um ímpeto catedralesco seria capaz de reunir tantos enredos que se entrelaçam em torno de um princípio comum de vaidade e de enriquecimento material, e que contamina a todos, indiferentemente se menos ou mais. Todos buscam o seu *status* ou a manutenção deste, seja porque que via for, a ponto da inocência estar completamente banida, mesmo nos mais “puros” e desinteressados gestos. Porém o grande problema levantado pela prosa balzaquiana diz respeito à maneira como essa pureza deverá ser marcada através da morte e como isso foi levado adiante.

Com Balzac, o romance ocidental não disfarça o ímpeto devorador de vidas e valores em colisão, dessa forma, sugere uma sociedade definitivamente aburguesada e o gênero literário que melhor se adapta a ela, com direito a um público leitor cada vez mais ávido e também devorador de enredos capazes de suprir os pontos de intercessão entre o desejo e a falta dele, o que não significa a ausência, mas sim o obscurecimento em que se transitam essas forças polares. Com Balzac, o desejo se mantém aliado de uma forma minúscula de lidar com a miséria humana em seus múltiplos detalhes. *Prima Bete*, neste sentido, é sintomático enquanto um romance capaz de se organizar por meio de uma série de transacionamento interacionais, que promovem um reagrupamento das forças dispersas, assim como a inevitável saturação dos gestos e espaços medidos.

Entre a elegância de uma aristocracia decadente e os recursos monetários de uma burguesia ascendente, sobram poucos motivos para se valorizar certos sentimentos nobres, porém, é sempre buscando uma possível articulação entre o que pode cada personagem a partir do seu desejo despertado, por meio de um processo de competição, que se rearticulam as novas normas liberais,

¹⁶ Num romance alemão, por exemplo, *As afinidades eletivas*, de Goethe, a morte da mulher é muito mais emblemática e edificante, pois possui um sentido fundamental de recomeço. A moral burguesa, naquele período, está razoavelmente alicerçada a uma tradição e a um desejo de renovação sem maiores traumas. Em *A princesa de Clèves*, de Madame de La Fayette, isso é ainda mais perceptível, já que a sua morte não é propriamente uma punição, mas o símbolo maior da vontade vencendo o desejo.

na consciência de que o estado, a religião, a indústria e o comércio se unem em torno de um processo único de progresso, enquanto a farsa das relações sociais, supostamente o sustento aos projetos individuais, é desmascarada de maneira dolorosa pela desilusão romântica, e é aí que a mulher e sua “alma” ocupam um papel imprescindível.

A prima Bete é uma personagem exemplarmente transacional desse processo, pois, atingida pela inveja, traça um percurso de uma casa de “boa família” à casa de uma “perdida”, de maneira a permitir que toda a trama convirja, nesse romance, para um grande reconhecimento de terreno dos valores que estão em jogo, dialogicamente se retomarmos o termo bakhtiniano. Mesmo que seus planos de vingança nunca dêem certo, a prima Bete proporciona uma escalada de punições dos “inocentes” e “culpados” indiretamente, de certa forma promovendo uma moral dependente de um julgamento do qual ela não tem das outras personagens, mas do qual o leitor, àquela altura, sem dúvida, reconhece como o vetor de força da própria trama narrativa, pois entre vencedores e vencidos sobram poucas glórias, e nesse caso a própria Bete morre sem ser reconhecida como inimiga tanto de um lado como de outro, pois não há horizonte que não se redimensione, dentro do próprio projeto balzaquiano, para o diagnóstico de uma sociedade imersa na sua loucura, de um passado que não pode ressurgir sem arrastar todas as chagas e manchas de um tempo que parece paralisado, porque a burguesia ascendeu com tudo que havia de ruim nele. *A prima Bete* é um romance modelar, portanto, na trajetória do grande escritor francês e já indica o que seus epígonos terão de carregar. A morte brutal da adúltera Valéria, purgando por entre as chagas e a podridão o arrependimento de seus atos, dará bem o tom do que o autor vê como base de purificação para que alguns princípios sejam mantidos. Flaubert se encarregará de dar o ingrediente complicador disso tudo, já que a linguagem seria a maneira fetiche de traduzir a ânsia de pureza num grau ainda mais perverso que o seu antecessor.

Lucíola, de José de Alencar, inscrito como um dos seus romances urbanos, marca a presença do realismo Balzaquiano nas letras brasileiras de maneira ainda mais dialética. A protagonista, na visão do romântico brasileiro, traduz a nossa ânsia de progresso ao mesmo tempo que tenta legitimar toda uma trajetória de valores que espelha a situação do nosso Segundo Império e da definição de um país em formação.

Um intelectual do porte de José de Alencar no Brasil, daquele período, já indica a nossa necessidade de atualização e também uma certa ânsia de superar o nosso provincianismo, sendo que, por outro lado, o país necessita de ser redescoberto por um olhar mais atento às nossas diferenças. *Lucíola* é o protótipo de uma personagem que representa os dois lados de uma cultura que quer emergir sem maiores traumas. É marcada pela inscrição dupla de ser prostituta e santa, o que, no correr da narrativa, redimensiona o seu papel a ponto de torná-la um híbrido em situação agônica. Claro, a falta de saída de sua condição feminina nada mais justifica que o próprio impasse de indefinição, mas reforça a condição de fazer da linguagem da incipiente literatura nacional uma questão de urgência. Claro, menos peremptório que em seus romances indianistas, José de Alencar investe aqui também na superação de um trauma. Na figura de Maria, irmã de *Lucíola*, é que está o segredo de redenção burguesa, aquela que poderá suspender a situação de impasse vivida pela protagonista. Paulo, seu amado impossível, com isso, está livre para seguir o seu caminho bem traçado de rapaz com futuro promissor.

A segurança que *Lucíola* deposita no trajeto da irmã reflete a necessidade de sublimar perversamente o seu duplo, no caso da linguagem, fazer atravessar o realismo balzaquiano num idealismo que venha reforçar os valores que precisavam ser, paradoxalmente, inventados e reforçados. Nasce, praticamente, a nossa literatura desse esforço, que encontrará eco em outras obras do autor cearense, mas sobretudo na imagem de uma mulher que se arrepende sinceramente de seus pecados acaba por inscrever uma certa hipocrisia da qual nosso romantismo teria muitas

dificuldades de assumir. Isso nos levaria mais adiante a uma tradução ainda mais canhestra da nossa ânsia de superação por meio dos retratos realistas e naturalistas. O Brasil é uma “luciola” arrependida que tentará purificar o seu futuro promissor através de muitos outros personagens modelares da nossa escola romântica.

Na Europa, as coisas, obviamente, teriam outros andamentos, mesmo porque, lá, o romantismo se impôs principalmente como força remodeladora dos valores, mas o que não tornou menos complicado a transplantação do modelo balzaquiano, tanto aqui como lá. Desta forma, a explosão de conflitos internos de uma sociedade em convulsão e que revela, no plano artístico, uma voragem devoradora de formas, o depósito de acúmulo de traumas, numa certa altura para a arte do romance, seria parcialmente resolvido pelo Naturalismo à Zola. Neste sentido, a escola realista, tal como planejada em Balzac, reduz-se a uma espécie de esperança de denúncia das mazelas sociais, como se a maneira de des-cobrir os véus de uma sociedade corrupta e injusta se resumisse a um plano onde a arte se tornasse servil ao referente, com o agravante de não perder de vista a ânsia de purificação inaugurada anteriormente pela crença cada vez maior na palavra. Isso não seria nenhum problema no nível de contradição evolutiva da narrativa ocidental se o naturalismo não causasse estragos impressionantes nas ex-colônias da América. Os modelos literários vão além do entrecruzamento de obras como ocorria em Alencar, onde se perceberia a presença de várias fontes, além da principal que era Balzac. O naturalismo emerge como o paladino de um processo que terá de cessar a qualquer custo um dia. A burguesia encontra nessa expressão uma boa dose amarga de um remédio, que é, na verdade, um paliativo. Novamente a mulher surge como o protótipo do qual recairá sobre ela o pesado fardo de representar a ponta de um iceberg.

Em *Naná*, romance modelo de Zola, assim como anteriormente *Madame Bovary*, de Flaubert, foi para as adúlteras, a figura da prostituta é tratada como uma caricatura, que, de um ponto a outro, pode ser a mais sublimes das sedutoras ou se tornar a mais desagradável e obesa das marafonas. Zola investe suas teses científicas para compor um painel de desolação da Paris de meados do século XIX, mas não disfarça a impressão de varredura e moralismo que o seu romance apresenta. O fim trágico da protagonista, tomada até a alma pelas deformações purulentas da varíola (lembrando Valéria de Balzac em *A prima Bete*), revela agora um universo em decomposição apocalíptica. A prostituta é o resguardo de uma época que, agora, tem de passar a todo custo. A mulher surge, mais uma vez, como símbolo de medida dos valores burgueses que querem se manter de maneira autofágica. O complexo de pureza aqui responde a um apelo impressionante de cura a qualquer custo, já que nada tão óbvio como esse tipo de punição àquela altura.

Confrontando os três romances aqui vistos, percebemos, em *A prima Bete*, a necessidade de um esvaziamento essencial, onde o romance ocupa um papel de deglutidor de um processo onde as personagens articulam papéis estratégicos para se auto-regularem. Os valores burgueses em ascensão dão à figura feminina o direito de escolha, mas não de salvação ou de felicidade. Em *Luciola*, há um evidente filtro à verve balzaquiana, o que não disfarça muito a sua poderosa influência, mas, por outro lado, se impõe como uma releitura de um passado que nunca existiu para nós. A mulher, ali, é o protótipo de um valor emergente que passará tranqüilamente de um estado a outro por meio de uma sublimação irresistível. O direito à felicidade é possível porque não houve, entre nós, o mesmo processo doloroso de aburguesamento como na Europa. Em *Naná*, a provocação se encontra principalmente na curva de um estado de coisas que não suportará o pêndulo por muito tempo. À mulher não é dado o direito de um meio-termo ou, como símbolo, nada mais representará do que um certo estado de decrepitude de uma sociedade imersa em impensáveis contradições. Em Alencar, ao menos, a prostituta poderia se sonhar santa no seu duplo. Em Balzac, a adúltera teria o direito ao arrependimento, mesmo que ele cheirasse tão mal.

O século do romance não foi muito benevolente com as mulheres, pelo menos entre alguns dos seus principais representantes. Seja em Balzac, Flaubert, José de Alencar, Zola, Tolstói ou mesmo em Eça ou Machado de Assis, todas, inevitavelmente, pagaram um preço doloroso por ocuparem uma posição estratégica dentro da ânsia de pureza despertada, contraditoriamente, com a ascensão dos valores burgueses. Quanto mais se conquistava um aspecto da vida social, outro se impunha como uma emergência. Cada grande autor tratou de confrontar aquilo que lhe interessava, dentro dos seus planos estéticos ou ideológicos, mas nos autores citados fica patente uma certa dose de sombrio realismo. A morte se torna sempre uma solução dolorosa, mas inevitável. A mulher, neste sentido, naquele momento, carrega o peso de ser um dos tesouros mais facilmente decomponível ao olhar analítico de uma ficção que quer, ávida, debruçar-se sobre o único objeto que ela acredita conhecer por meio de uma ilusória força de uma maior descrição psicológica.

Bibliografia

- AUERBACH, E. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 507 p.
- BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1988. 439 p.
- BARTHES, R. *O grau zero da escritura*. São Paulo: Cultrix, 1971. 106 p.

EM TORNO DE ALGUNS DOS GRANDES ROMANCESLATINO-AMERICANOS DO SÉCULO XX

João Carlos de Carvalho¹⁷

O romance é considerado pela crítica, em geral, e pelas dificuldades de definição, como o mais complexo gênero literário, nascido na e pela modernidade, no sentido mais amplo que esse termo possa ter. Sua ancestralidade, segundo a teoria bakhtiniana, remontaria a um sistema complexo de tramas discursivas, por meio de uma intrincada origem oral e escrita. Para Walter Benjamin, é o surgimento da imprensa que possibilita o aparecimento do romance propriamente dito, já que este dependeria de sua vinculação livresca para poder existir (201). Ficando apenas nesses dois importantes teóricos, deparamo-nos, portanto, com um tipo de discurso literário capaz de representar uma espécie de tensão e problemática histórica jamais vista em outro gênero. A complexidade de sua linguagem impõe sem dúvida uma situação limite ao escritor, que podendo usar todos os tipos possíveis de representação literária, com muito maior liberdade, na verdade, depende sobretudo de um poder superior de organização discursiva escrita. Como texto que se presta para uma publicação em potencial (poderíamos dizer eminente), não há como disfarçar o seu confronto com os valores do mundo que ele impõe por meio da força da técnica: não há romance que não seja produzido para testar a sua competência termodinâmica da sociedade que o gerou. Ou seja, ele se propõe a um processo de reconhecimento radical e inevitável, fazendo o teor de sua teia ficcional ser fundamentalmente testado no olho do furacão da história. As grandes literaturas nacionais, da Europa e da América, ao longo dos séculos XIX e XX, dependeram sobretudo das vozes de seus romancistas para poderem dizer-se vivas. A partir desse princípio, o que está em jogo neste artigo é a capacidade de diálogo entre literatura e mundo contemporâneo e, sendo assim, o romance se disponibilizou a um caráter altamente problematizador no momento em que seus heróis, desde o século XVII, resolveram enfrentar caminhos que o levavam a uma travessia em direção ao seu próprio desconcerto de existir. Nesse sentido, a herança recebida pelos romancistas latino-americanos foi a mais cruel, já que estes, lidando com as sobras culturais de quase quatro séculos de colonização, viram-se obrigados a se inventar a partir do já feito, de um destino já traçado, ou de uma travessia iniciada e não acabada, ou mesmo de uma sociedade que em tudo se inspiraria nos países fontes, sem que se pudesse superar a eterna sensação de simulacro proporcionada pelas múltiplas formas de composição.

O romance por ser o gênero mais multilíngüe e contaminado da história da literatura se organizou a partir de muitas “frentes de combate”. Das narrativas de cavalaria, passando pelo romance picaresco, até o século XIX, poderíamos dizer que esse gênero organizou os seus principais pontos de apoio. O que veio no século XX, a partir da influência do movimento de vanguardas, foi um natural esfacelamento, já anunciado desde o seu surgimento, por ter possuído sempre um caráter autofágico. Portador de um processo desconfigurador de qualquer linguagem viva, o romance sempre se impôs como um retrato doloroso da sociedade burguesa e dos seus códigos, que ele, no fundo, por meio da sua linguagem, sempre se dispôs a dessacralizar. Desta forma, o que no início parecia um mero entretenimento de uma classe em ascensão, que se envolveria com as contradições geradas no seio de sua nova dinâmica de realidade, na verdade, corresponderia a uma explosão interna da linguagem literária em combate com os valores que a cerceavam desde a noção clássica de belas letras, surgida no Renascimento. Ou seja, o romance viria

¹⁷Prof^o Dr. da Universidade Federal do Acre - Campus de Cruzeiro do Sul - Áreas em que trabalha: Teoria da Literatura, Literatura Amazônica, Literatura Latino-americana e Cultura Brasileira. Texto publicado na Revista Querubim em 2009 e ora republicado nesta coletânea.

para tentar implodir toda gama de conceitos fechados sobre o fazer literário, no âmago de uma sociedade em profunda transformação. Nesse caso, *Dom Quixote*, já no século XVII, acompanhando a visão crítica em geral, surge como o primeiro gigante aglutinador de vozes, capaz de transmitir todo o potencial de desafio a um mundo destinado a se dissolver na impressionante variedade de temperos e violências gerados no calor de sua própria fornalha.

Dessa forma, a partir de ancestrais remotos da Antigüidade Clássica, como ainda nos ensina Bakhtin, no caso, as narrativas gregas, épicas ou novelescas, ou mesmo latinas (entre elas *Satiricom* e *O asno de ouro* que despontariam como as mais célebres), misturando prosa e verso, o romance elaborou, em parte, o perfil do seu herói por meio das tramas cavaleirescas da Idade Média, de onde viria o modelo do qual Cervantes, “carnavalizadamente”, nutriu-se, por meio de uma secular inspiração pícaro. Nesse meio tempo, também, o *tour* rabelaisiano indicaria as tramas devoradoras e vorazes de um gênero que, para sobreviver, dependeria da sua capacidade de infinita assimilação. Com o crescente aburguesamento da sociedade, entre os séculos XVIII e XIX, o romance exigiria intérpretes capazes de traduzir toda miscelânea de valores ao qual ele estava envolvido. Foi, sem dúvida, dois séculos que possibilitariam o surgimento de alguns dos maiores desafiantes dos cânones literários que se baseavam na herança clássica: na Grã-Bretanha, Fielding, Swift, Defoe, Richardson, Goldsmith, Sterne, Austen, Scott, Thackeray, as irmãs Brontë, Dickens, Stevenson, Eliot, Trollope, Meredith, Hardy, entre alguns outros. Na Alemanha, sobretudo, Goethe. Na França, Laclos, La Fayette, Prévost, Rousseau, Constant, Hugo, Chateaubriand, Stendhal, Balzac, Flaubert e Zola. Em Portugal, Eça de Queirós. Na Itália, Manzoni e Verga. Na Rússia, Gontcharov, Gogol, Turgueniev, Tolstói e Dostoiévski. Nos Estados Unidos, Melville, Hawthorne, Twain e James. Na América Latina, surgiria o romancista mais inesperado e talvez o maior devorador de todos por estar na situação mais periférica possível àquele momento, o que chegou sem ser convidado, o brasileiro Machado de Assis. Eis um quadro, mais ou menos factível, de autores que vão permitir ao romance alçar a sua maioridade no panorama da literatura ocidental, desestruturando qualquer prognóstico em torno do que seriam as “Belas Letras”. O que vier, a partir daí, é mais ingrediente para aumentar o tamanho e o sabor da massa. O que fica, principalmente, é a lição de que não haverá meio termo para a aventura literária na modernidade. As ousadias estilísticas, a partir do Simbolismo na poesia francesa, não passariam de uma constatação de falência discursiva diante do que já havia sido anunciado pelos romancistas, se formos nos dar conta que estes lidavam com um material extremamente impuro. Sendo assim, eles (os romancistas) já tinham traçado toda a geografia de limites de linguagem entre a realidade e a ficção, tornando a palavra literária um instrumento que não aceita desperdício que não seja aproveitado no embate discursivo de uma sociedade fadada a se tornar cada vez mais complexa, competitiva e agressiva nas suas relações cotidianas, onde a figura do indivíduo emerge historicamente situada.

De Proust, passando por Conrad, Mann, Musil, Joyce, Kafka, Broch, Svevo, Woolf, Döblin, Beckett, Faulkner ou Dos Passos, o século XX assistiu, até a sua metade, a um gigantismo de experimentações e riscos que colocou a palavra literária sempre em xeque; no entanto, esse esgotamento parecia o principal combustível a alimentar o fôlego dos romancistas. Quando tudo aparentava ter terminado, digamos pós-Joyce, eis que o romance recupera a sua aura reivindicativa e reproblematicadora constante da linguagem moderna e vai se deslocando para eixos menos centrais do mundo ocidental. Entre as décadas de 50 e 60, surgirão ainda alguns dos maiores nomes da ficção mundial, aqueles que, tal como Machado de Assis no século anterior a esse, entram também na festa sem serem convidados.

A literatura latino-americana (aquela que vai do Rio Bravo até a Terra do Fogo) é uma voz perdida (justamente porque se procura ao inventar as suas referências) num mar de muitas imprecisões. Surgida sem nenhum anseio continental, – comporta-se, desde o início, como uma

espécie de lamento dos exilados espanhóis e portugueses que para aqui vieram – até meados do século XIX, nossa expressão ficcional mergulha na esmagadora maioria das vezes num lago de narciso que reflete a inexorabilidade daquilo que ela jamais poderá ser, senão num plano platônico, o que vai interagir de maneira muito mal acabada com a então recente conquista de independência das jovens nacionalidades, o que, se no plano imaginário quer dizer alguma coisa, no plano pragmático das relações econômicas e comerciais a colocavam quase no mesmo patamar do início de seu período colonial. Ou seja, por outro lado, o imaginário continuaria tão dependente quanto antes, no final das contas. Sua voz, nesse sentido, não poderia deixar de ser ainda muito tímida, calcando-se numa possível mitologia pré-colonial, onde a figura do indígena ocuparia um lugar de relevo para a emancipação de uma consciência nativa. Porém, não esqueçamos que isso se faz ainda transladando todo um passado imemorial de imagens paradisíacas trazidas pelos primeiros desbravadores europeus da América.

O Brasil, pelas próprias particularidades da colonização portuguesa, atrelado a uma independência que nos deixava mais bem à vontade imaginariamente com o nosso “ex-colonizador”, consegue uma espécie de amadurecimento “precoce”. José de Alencar é uma voz que enche a nossa literatura de mais realismo e desafios que a dos *nuestros hermanos* naquele período. Machado de Assis, sem dúvida, é fruto direto de uma “abertura de mentalidade” que vinha desde a chegada de D. João VI, quando este fugia das hordas napoleônicas e vislumbrou, pela primeira vez, uma possibilidade de continuação da matriz nos trópicos. Machado, sem dúvida, por outro lado, inventa as duas finalidades que compreenderão a vida do intelectual no Brasil por quase todo o século XX: a primeira, ligada a uma natural predisposição acadêmica de realização, e a segunda, a de desafiar a sua condição autóctone por meio de todas as compensações possíveis. Não seria nada demais essa situação, mas isso nos deu pelo menos três obras-primas no pobre panorama de nossa literatura continental: *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*. O grande problema, sem dúvida, estabeleceu-se naqueles que, depois, apenas quiseram colher os louros sem o mesmo brilho. No outro lado, os hispânicos combatiam os fantasmas de suas fronteiras imaginárias e geográficas, estabelecendo novas dimensões e riscos a sua palavra literária. O nicaraguense Rubén Darío representa, por exemplo, no início do século XX, a vontade de afirmar a sua voz a partir ainda de uma profunda ligação umbilical com o país fonte, a Espanha, o que no plano cultural seria um mero desdobramento da Paris da *Belle-époque*. Rubén Darío inverte as linhas naturais de influência fazendo melhor, que qualquer outro em sua língua materna naquele momento, aquilo que os padrões parnasianos e simbolistas da época exigiam, por isso a crítica hispano-americana localiza aquele período como o seu modernismo por localizar nele sua independência pelo domínio da língua, mas ainda estava-se longe de adquirir a grande autonomia.

Durante a maior parte do século XX, as duas literaturas se autodesconheciam, apesar da identidade de passados coloniais praticamente iguais. O modernismo na literatura brasileira se dará quando boa parte da produção vanguardista na Europa já havia sido feita, o que não impede que recuperemos um pouco do fôlego machadiano, reconstruindo um percurso sugerido por alguns passos importantes dados pelos chamados pré-modernistas, como Euclides da Cunha, Lima Barreto e Monteiro Lobato (principalmente porque pouco tinham a ver com o academicismo maroto da época), o que nos ajudava firmemente a continuar querendo redescobrir este país, não mais sob uma ótica meramente eurocentrizadora, mas, sim, o que nos permitisse entrar em contato com um ser mestiço nacional, sem os antigos complexos de pureza. Mário e Oswald de Andrade nos deixaram dois romances desconcertantes de caráter picaresco, *Macunaíma* e *Serafim Ponte-Grande*, que até hoje, de certa maneira, são objetos estranhos dentro da tradição regionalista que iria nos assolar a partir da década de 30. Na literatura hispânica, a presença extemporânea de um contista do porte extremamente universal de um Jorge Luis Borges, sem deixar de ser local, abriria as portas que faltavam para todo revisitamento às nossas raízes “ocultas”, traduzidas numa inevitável supervontade de auto-superação. Dessa forma, as duas literaturas vão abrindo muitos veios, onde

desembocarão os mais diferentes matizes fluviais. Falar em literatura latino-americana, naquele momento, ainda é meio pretensioso, mas todos os indicativos nos mostram um percurso mais ou menos paralelo numa mesma direção, ou seja, o de superar quatro séculos de imaginário colonial, sublimando os antigos complexos de dependência em uma proposta arrebatadora de apreensão do signo dos países fontes. Oswald chamou isso de antropofagia, o que de certa maneira sintetizaria todo o esforço de autocompreensão de um período riquíssimo da vida intelectual do nosso continente, talvez nunca mais alcançável, justamente porque impunha a cada descoberta um novo desafio de se autoconhecer. Há, sem dúvida, um combate secular a ser enfrentado e, dando o nome que queira, isso acaba sendo feito dentro das muitas competências possíveis, já que era urgente inventarmos uma nova linguagem que nos caracterizasse enquanto tal. Claro, ainda vivíamos a situação desconcertante de um mero simulacro de cultura transplantada, mas que, a partir de uma determinada ótica de inversão, nos possibilitaria uma decisiva inserção num universo muito maior e de possibilidades infinitas.

O romance latino-americano, entre as décadas de 40 e 50, revelou alguns dos principais nomes de nossa literatura no século XX, num equilíbrio que seria, mais adiante, vencido pela sanha de superação dos hispânicos. No Brasil, pelo menos três nomes poderiam ser alçados no patamar daqueles que desafiaram os cânones reducionistas do regionalismo: Graciliano Ramos (*São Bernardo, Angústia e Vidas secas*), Clarice Lispector (ainda, por enquanto, naquele momento, com *Perto do coração selvagem*) e Guimarães Rosa (*Grande sertão: veredas*). Entre os hispano-americanos, Alejo Carpentier (*O reino deste mundo*), Miguel Angel Asturias (*Hombres de Maíz*) e Juan Rulfo (*Pedro Páramo*). Todos esses escritores (entre alguns outros) representam, no âmbito da ficção mais longa, o que de melhor pudemos produzir como consequência da conquista da linguagem, linguagem esta que começa a transitar entre múltiplas fronteiras, criando uma tradição que será decisiva para a renovação do gênero a partir da metade do século XX em diante. O espanto que o mundo revelará diante das grandes vozes que surgirão, a partir dali, em nossa literatura é resultado direto de uma compreensão muito particularizada da nossa realidade cultural. Nossos grandes representantes tomarão mão de uma linguagem que é de algum lugar sem necessariamente precisar nomear esse espaço. A conquista deste espaço advém de um poder interpretativo sem igual, por meio de uma lógica apenas reconhecível no âmbito de uma subjetividade muito própria, muito doméstica, complexada ainda, mas aberta ao conhecimento do homem de todos os tempos e lugares. Guimarães Rosa diria, em entrevista a Günter Lorenz, exemplificando bem essa situação, que ele era um escritor voltado, pela sua origem, para o remoto e o estranho (Lorenz: 66). Em outro momento, rejeitando a comparação com Joyce, afirmaria a sua condição de alquimista da língua (não aquela cerebral como a de seu êmulo irlandês) e, para isso, seria preciso provir de um certo sertão (Lorenz: 85). O sertão, no vocabulário roseano, era uma palavra mágica, capaz de revelar os encantos escondidos de um mundo conquistado por um poder de comunicação impressionante à época dos primeiros contatos entre colonizador e colonizado, como nos mostraria Todorov em seu livro *A conquista da América*. Nesse sentido há algo sempre de original a ser extraído do sentimento sertanejo. Por isso, tanto a língua portuguesa, como a espanhola, nos trópicos, seriam infinitamente mais ricas se soubessem subverter a lógica colonialista, a da lógica da superioridade comunicacional, o que de certa forma acabaria sendo realizada pelos nossos muitos desbravadores “arcaístas” da língua (a expressão é inspirada em Guimarães Rosa) por meio de seus romances imprescindíveis, já que, àquele novo momento de redescoberta, nossa história estaria sendo recuperada com direito a toda riqueza de suas nuances. Nesse caso, tal como o que representou o romance russo para a Europa no final do século XIX, o romance latino-americano, a partir de meados do XX, reinventa a sua própria língua e expõe as feridas de sua alma fraturada ou sertaneja, transacionando entre os limites do “impossível”.

O que se convencionou a se chamar o período do grande *boom* da literatura latino-americana é, na verdade, comercialmente falando, uma conquista sacramentada por Gabriel García Márquez, com *Cem anos de solidão*, que abrirá para todos os seus compatriotas continentais, que vieram antes ou depois dele, em especial para os hispano-americanos, um campo comercial e crítico sem igual em outra época para o nosso continente. A literatura brasileira, nesse caso, pega uma carona mais ou menos proveitosa, sem se deixar absorver inteiramente pela linguagem mágica e deslocadora que *nuestros hermanos* começavam a arriscar com muito mais ousadia inventiva, o que tornava, em termos mercadológicos e estéticos, sua literatura bem mais atrativa que a nossa.

Cabe lembrarmos que a ficção brasileira, apesar de abandonar, de um modo geral, já nas décadas de 50 e 60, os últimos resquícios severos de provincianismo, não conseguiu superar o seu apego a um certo pragmatismo realista, que nossa crítica mais imediatista celebra até hoje, por meio, por exemplo, de contistas consagrados como Dalton Trevisan e Rubem Fonseca (estes com algumas incursões não muito felizes no romance e na novela), o que de certa maneira daria o tom dramático e paupérrimo de nossa literatura como um todo até hoje em termos de perspectiva de invenção. Chegamos a ponto de vermos celebrado, por meio da mídia em geral, nos últimos anos, um romance com inúmeros defeitos e limitações como *Cidade de Deus*, gerando, por outro lado, filmes e séries televisivas de muito maior qualidade. De certa maneira, o apego a certos padrões naturalistas nunca foi totalmente abandonado pela perspectiva do nosso público num todo, o que justifica essa concentração mais mercadológica num certo tipo de literatura descomprometida com a invenção da linguagem, mesmo possuindo uma qualidade reconhecível. Nesse sentido, entre nós, a obra de Guimarães Rosa se torna praticamente uma ária musical, que vai construindo o seu percurso quase num trajeto solitário, sem êmulos visíveis, tornando-se representante de todo um potencial do que poderíamos ter sido se explorássemos incessantemente a verve de redescobrimto de nossas raízes, por meio de uma linguagem que precisa se refazer a todo momento para reconhecer as trilhas deixadas pelos nossos antepassados. A inquietude provocada por sua escrita de certa maneira foi também responsável por um certo incômodo entre nossos escritores, já que ele desafiava constantemente o nosso universo a se reinventar.

Essa diferença, de um modo geral, foi fundamental entre as duas literaturas. Nesse sentido, a obsessão dos hispano-americanos em questionar profundamente as suas raízes, a sua identidade, tornou-se responsável pelo surgimento de uma poderosa poética narrativa a partir da década de 60 do século XX, recuperando aspectos essenciais da gênese do romance, renovando-o indiscutivelmente, colocando seus escritores no mais alto patamar da literatura universal como um todo. Nesse caso, quase todas essas poéticas ficcionais que se elaboraram entre eles se formaram graças a uma consciência crítica do seu fazer literário sem igual.

No âmbito das ambições literárias, aquelas que ultrapassam as expectativas e retomam uma originalidade perdida, radicalizando o diálogo entre as consciências de formação, a ficção brasileira, praticamente, como vimos, teve um nome só, o do autor de *Sagarana*. Os concretistas anunciaram mais do que fizeram, no campo da criação propriamente dita, pois, enquanto críticos, renovaram e atualizaram sensivelmente, sem dúvida, tal como os primeiros modernistas, o nosso processo de busca, mas, por outro lado, paradoxalmente, estavam limitados ao campo de suas próprias experiências fônicas e icônicas, direcionados principalmente para a renovação da linguagem poética. Nesse caso, o panorama mais acanhado de nossa literatura, em comparação com os nomes que vão sendo revelados pelos nossos vizinhos hispânicos, na verdade, corresponde a toda uma falta de ambição que se foi instalando paulatinamente entre nossos escritores, limitados que estavam por uma espécie de conformismo diletante. Houve, claro, alguns nomes e obras que poderiam, de uma maneira ou de outra, consolidar, dentro de um percurso mais amplo, sua inscrição num processo evolutivo altamente problematizante, instigando e provocando um debate contínuo e polêmico em nossas letras, porém, a grande maioria carregou alguns estigmas cerceadores, que os fizeram parar

no meio do caminho¹⁸. No entanto, não poderia deixar de citar alguns autores como Lúcio Cardoso com a sua *Crônica da casa assassinada*, de um amplo espectro de captação de realidades dictóricas, mas sem a habilidade necessária como inventor de linguagem para dar o tom inesperado a cada uma dessas realidades, ou mesmo, *A paixão segundo G.H.*, de Clarice Lispector, que cria uma atmosfera quase ininterrupta de sensações sem igual em nossa ficção, a ponto de quase suspender, de maneira audaciosa, as fronteiras entre os gêneros em nossa literatura, porém sem a configuração de funcionamento da estrutura do romance de fato.

Nos anos 70, ainda no Brasil, nos aguardaria um romance como *Avalovara*, de Osman Lins, que se proporia a um polvilhamento sem igual do enredo, revelando toda uma exaustão por meio de uma prosa poética sem precedentes tão radical entre nós até então. Mais adiante, nos anos 80 e 90, praticamente o romance brasileiro ficaria apenas na promessa, como, por exemplo, o ambicioso *Vina o povo brasileiro*, de João Ubaldo Ribeiro, que, hoje, visto a distância nos revela fragilidades de um discurso que beira às vezes o panfletário e que, por outro lado, nos parece sem a mesma importância que dávamos à época. Talvez, um Márcio Souza, com *O fim do Terceiro Mundo* nos anunciasse uma obra de peso a ser projetada, mas ali era praticamente o seu canto de cisne, pois aquele romance funcionaria muito mais como uma síntese, ou um último fôlego do que poderia ter sido o maior intérprete de uma literatura de fronteiras até a década de 90 entre nós, depois de Oswald e Rosa. Para a literatura brasileira, portanto, não cabe perguntar se o romance morreu, mas sim por que ele não frutificou da maneira dilacerante que deveria se propor desde Machado de Assis. Num artigo de 1984, um crítico reclamava da nossa síndrome das 120 páginas (Salles: 91). De fato, isso continua sendo revelador do nosso pequeno número de obras que traduzam de fato uma grande ambição de poética ficcional, de romancistas que desafiem os cânones e os gostos do público leitor, como um dia fez o autor de *Dom Casmurro*, praticamente inventando a nossa literatura a partir do germinal legado alencariniano¹⁹.

Para exemplificar o universo de grandes obras continentais da latino-américa, de origem ibérica, aquelas que fundaram uma nova linguagem por meio do romance, desafiando todo a nossa herança colonial, elenco, e comentarei a seguir, os seguintes títulos, com clara vantagem para os de língua espanhola: *Hombres de Maíz*, *Os passos perdidos*, *Grande sertão: veredas*, *O jogo da amarelinha*, *Três tristes tigres*, *A casa verde*, *Paradiso*, *Cem anos de solidão*, *O obscuro pássaro da noite*, *Terra nostra* e *Palinuro do México*. Computo esses romances como aqueles que mais nos deram condições de redesenhar o percurso da literatura de nossos países, aqueles que mais perto chegaram de definir o nosso lugar no mundo pós-trauma de nações por se fazer a partir dos retalhos culturais a que fomos submetidos. São romances que, sem dúvida, revelam o que de melhor talvez pudéssemos produzir,

¹⁸ Lembro, por exemplo, um José J. Veiga, com uma estréia razoável, que não conseguiu ir além de um malabarismo mais ou menos bem feito sobre um mesmo ponto (vide *A hora dos ruminantes* ou *A sombra dos reis barbudos*). Ou mesmo um Raduan Nassar, com o poético *Lavoura Arcaica*, que depois de constatar que literatura dava muito trabalho, preferiu ir cultivar tomates em seu sítio.

¹⁹ Isso não nos impede de reconhecer a presença de muitos romancistas brasileiros que mostraram a sua competência narracional, de uma maneira ou de outra, apesar de toda a tradição reducionista de realismo em nossa literatura (por exemplo, aquela vontade de mostrar “como a vida é”, o que enfeixou a nossa ficção de banalidades irritantes). Cito, com destaque, um Antônio Callado (*Quarup*, *Reflexos do baile*), uma Lygia Fagundes Teles (*As meninas*), um Mário Palmério (*Chapadão do Bugre*), um Ignácio de Loyola Brandão (*Zero*), *A festa* (Ivan Ângelo), talvez um Darcy Ribeiro (*Maira*), ou, autores díspares como um Dionélio Machado (*Os ratos*), um Dalcídio Jurandir (*Chove nos campos de Cachoeira*) ou mesmo um Adonias Filho (*Corpo vivo*), ou Josué Montello (*Os tambores de São Luís*) ou, mais atualmente, Milton Hatoum (*Relato de um certo Oriente*, *Dois irmãos*) ou Bernardo Carvalho (*Nove noites*). Nesse horizonte, caberia também uma Nélide Piñon (*República dos sonhos*) ou um autor de largo fôlego como Autran Dourado (*Ópera dos mortos*, *Os sinos da agonia*) ou quem sabe um Antônio Torres (*Essa terra*). Também um Jorge Amado em esparsos instantes de brilho (*Os velhos marinheiros*), na sua fase pós-engajada. No entanto, de certa maneira, todos esses me parecem demasiado contidos diante da assombrosa proposta ficcional dos romancistas hispano-americanos a partir de meados do século XX.

no curto espaço de tempo de nações recentemente emancipadas, ao preço de muitas revoluções, intervenções e ditaduras ao longo dos séculos XIX e XX. Entre os hispano-americanos, a unidade de uma poética combativa, ou esse afã de retomar a sua história a qualquer custo, foi muito mais presente, o que não me permitiria deixar também de citar outros nomes tão importantes como o de Juan Carlos Onetti (*Vida breve*), ou de um Ernesto Sábato (*Sobre heróis e tumbas*), ou um Salvador Garmendia (*Memorias de Altagracia* – sem tradução entre nós), ou mesmo um Reinaldo Arenas (*O mundo alucinante*), ou um Augusto Roa Bastos (*Eu, o supremo*) ou ainda um Manuel Puig (*A traição de Rita Hayworth*), todos esses também como grandes reinventores de uma linguagem radicalmente descentralizadora.

Hombres de Maíz (1949), de Miguel Ángel Asturias, até hoje não teve, infelizmente, uma tradução para o português. Esse romance trata de um conflito essencial para o homem na América, dividido sempre entre dois mundos, tendo no cultivo de raízes milenares sua ponte de autoconhecimento entre o que é e o que deixou de ser. A partir de uma complexidade de núcleos, onde os mais variados personagens se reúnem, Asturias vai definindo os traços que vão redesenhar a cultura indígena em sua região, na Guatemala, explorando a força de uma estrutura mítica, que, sendo assim, alegorizaria todo o drama pós-colonial vivido pelos povos autóctones e mestiços da América por meio de uma expressão lingüística sem igual entre nós, até aquele momento.

Os passos perdidos (1953), do cubano Alejo Carpentier, retraduz a ânsia de uma memória a ser vivida como fragmento que não cabe no espaço em que ela tem de ser inventada. É a leitura de um ângulo privilegiado que se autocorrói em busca de um universo inconciliável e por isso mesmo o único que vale a pena de ser investigado pela ótica eurocêntrica. Nesse caso, inversamente, torna-se a desconstrução de um processo que, na verdade, retorcerá os tantos abismos de nossa interminável aventura do redescobrimento que o século XX vai propor.

Grande sertão-veredas (1956), de João Guimarães Rosa, é um mergulho no processo dialógico de nossas fronteiras internas, onde a voz do universo sertanejo intermedia alguns séculos de luta travada no interior do nascimento de uma linguagem. O latino-americano se torna, nesse romance fundamental, aquele que se realocaliza ao bel prazer de muitas possibilidades de ser, por meio de um saber intuitivo, sintetizando o homem como invenção de um ser local, por isso mesmo mais universal, traduzido num reconhecimento íntimo do início e do fim de si mesmo, retomando a sensação de indefinição de forma cíclica e infinita. Tal como em Asturias, a força da estrutura mítica se ergue de maneira dilacerante e verrumática: não há saída que não seja pela linguagem, por meio da eterna reinvenção do que somos a partir do delírio paradisíaco que nos formou. Na prosa roseana, somos radicalmente divididos em dois, sempre, estupidamente, entre uma coisa e outra, o que não deixa sempre de sugerir uma terceira possibilidade.

O jogo da amarelinha (1963), do argentino Julio Cortázar, se impõe como talvez o nosso mais concomitante complexo jogo de linguagem e enredo, que, sobretudo, investe na relação umbilical entre uma consciência colonizada e uma outra que se quer exilada. Nesse improvável romance, que se articula ao sabor perverso de um narrador que finge dar ao leitor infinitas possibilidades de leitura, sugere-se o grande logro de nossa afirmação cultural: só seremos nós mesmos se nos propusermos a nos reinventar enquanto portadores de uma solidão insuperável. O drama da linguagem se expõe como um inexorável jogo de espelhos, onde o que eu sou não necessariamente me revela, pois depende do prazer lúdico que eu possa extrair dos próprios fenômenos ou das travessias entre um mundo e outro.

Três tristes tigres (1965), do cubano Guillermo Cabrera Infante, é um elogio a todas as contaminações pós-coloniais possíveis. Por isso mesmo, trata-se de um romance escrito com a verve da nostalgia de um lugar que não é lugar nenhum. Seu país é o retrato de uma falência

discursiva, mas que se alimenta de todas as sobras permissíveis a fim de fazer dos limites a fronteira sempre desejável, aquela que se nutrirá com a sanha do improvável, de um percurso que precisará sempre ser inventado por meio de um diálogo visceral com a literatura e a mitologia moderna. Nesse sentido, tudo é corrompível, seja a sua língua, seja a língua do imaginário colonizador.

A casa verde (1965), de Mario Vargas Llosa, surge como um ponto alto na obra dessa incansável máquina narrativa que é esse escritor peruano. Arquitetado a partir de dois núcleos básicos – um representando a decadente civilização e o outro a América indomada – esse romance expressa um combate inato pela afirmação da palavra vilipendiada por tantos séculos de processo colonizador, por meio de uma sofisticada teia de tramas narracionais. As vozes, obsessivamente intercambiantes, propõem uma fragmentação tão radical do enredo que, no fundo, o que permanece são figuras e histórias sempre pela metade, que colhem e se alimentam do próprio processo devorador em que se encontram.

Paradiso (1967), do cubano José Lezama Lima, reinicia a trajetória do ser latino-americano a partir do desastre que o delimita: procurar o paraíso é sabê-lo impossível por qualquer via que não o seja pela repetição do gesto inaugural, é sangrar até a morte apenas pelo prazer do risco da próxima palavra, sugerindo a capacidade de renovação por meio da inevitável destruição auto-erótica. Perdidos entre diversas fases de nossa condição geográfica e imaginária, esse romance possibilita um encontro delirante com todas as nossas impotências de formação, o que proporciona a possibilidade do próximo passo, mesmo que seja para repetir o desastre inaugural. As articulações dos imaginários nesse romance monumentalístico arquitetam tantas ligações sejam possíveis entre o que temos e o que nos falta e só pode ser suprido pelo o que poderíamos ser, já que somos praticamente tudo a partir da ruptura inexorável promovida pelas dicotomias colonizador/colonizado, centro/ periferia, barroco/clássico, paganismo/cristianismo.

Cem anos de solidão (1967), do colombiano Gabriel García Márquez, sugere uma América Latina que se reconheça por meio dos seus fracassos, o que, fundamentalmente, resume toda a trajetória desse imenso continente que está fadado a se recusar, ou a se negar continuamente como uma maneira de se auto-afirmar. Dessa maneira, não há outra forma para se expressar que não seja a de se esconder por trás do manto da aparente irrealidade, da diáfana proposta de recontar, a partir de tantas origens já inventadas, o que seja facilmente reconhecível, mas jamais inteiramente assumível. Sendo assim, García Márquez aposta num mergulho sem volta, embora cíclico, que retome uma coragem adiada, fabulescamente retramada pelos tantos fios de sempre outras histórias mal contadas. Trata-se de um romance, como nenhum outro, que aposta no desafio de sua própria dicção, emaranhando-se na lama de sua impotência como único motor capaz de expressar a força de um ser partido radicalmente ao meio, que às vezes precisa se reconhecer por intermédio dos retalhos de uma lógica social invariavelmente intransigente, por isso mesmo, na maioria das vezes, decisiva para deflagrar o gesto criador.

O obscuro pássaro da noite (1970), do chileno José Donoso, representa o nosso grande enfrentamento das diferenças. Por meio de mínimas batalhas, sugere-se um universo que se apóia intrinsecamente no seu contraponto, no diálogo inexorável com as deformidades de nossa formação. Para tanto, superam-se as aparentes dicotomias e rearticula-se, tal como em García Márquez, um abismo de duros reconhecimentos, explorando os duplos dos personagens como alteridades absolutas e, por isso mesmo, intangíveis. O que se supõe a partir daí são todas as possibilidades de representação possíveis, onde não cabe nenhuma definição sem uma reinvenção impressionante das infinitas *personae* a serem buscadas.

Terra nostra (1975), do mexicano Carlos Fuentes, é talvez uma das nossas mais ambiciosas orquestrações de vozes de formação, explorando a nossa fragmentação imaginária como um

suplício incurável. A História aqui se compõe de interstícios fundamentais, de pontes por se construir, de atalhos a se redescobrir, por meio de personagens que representam os muitos ardis de nossa fundamentação circular, repetitiva e entediante. Romance que reafirma a busca de nossa impossível unidade, sendo assim, aquele que vai suspender, temporariamente, os elementos periféricos de nosso batismo original, investindo de maneira decisiva na construção do nosso traço ibérico e cristão, procurando o prazer perverso oriundo da expansão da cruz e da dor.

Palinuro do México (1977), de Fernando Del Paso, encerra a investigação mais profunda dos grandes romances latino-americanos do século XX deste artigo. Extremamente desafiadora é a leitura desse romance que se impõe pela força de uma linguagem insubmissa em muitos sentidos. Desafia o vértice do fazer romanesco, colecionando linguagens e estatutos de todos os tipos, próprios do gênero. Procura ser, tão ou mais que *Terra Nostra*, a grande suma de uma América Latina despedaçada e enriquecida por muitas vozes desconcertadamente contraditórias. Alimenta-se naturalmente de um processo labiríntico, recolocando as coisas no interior de uma voragem muito própria, mantendo o índice de devoração em plena atividade, ao indicar o muito que se pode fazer em termos de investimento e aventura literária em nosso continente, já que a nossa história apenas parece estar começando.

Desse modo, compreendo que o percurso feito pela impressionante verve criadora dos grandes romancistas do nosso continente, entre o final das décadas de 40 até a década de 70, no dado período analisado, tornou-se praticamente inigualável. Isso, claro, não significa que em outros lugares não tenham surgido grandes mestres da narrativa longa. Porém, reafirmo que isso só foi possível em autores que transacionassem também sua escrita num percurso de fronteiras. O romance, desde a sua gênese, como foi discutido inicialmente, construiu-se por meio de uma linguagem de risco, tangenciando todas as possibilidades de expressões lingüísticas, exigindo do seu criador sempre um compromisso a mais com a própria realidade. Os grandes romancistas, de Cervantes a Dostoiévski, por exemplo, alimentaram todas as ousadias de superação do herói enquanto ser provido de um destino de altas transitoriedades. Aqueles que mais nos fascinam até hoje são os que mais investiram na situação de total imprevisibilidade, aliados de uma sempre possível nova língua a ser descoberta.

A América Latina vai superando as expectativas desde o século XIX, através dos limites naturais em que três séculos de imaginário colonial não se apagam de maneira espontânea. É isso, sem dúvida, que possibilita o surgimento de uma linguagem nutrida nos mais diferentes percursos, descendente das mais diversas filiações. O escritor latino-americano é um grande coletor de amostras numa selva literária sem dono. Fadado a esse eterno desafio de auto-superar-se, ele não tem outras escolhas senão seguir pela trilha do desconcerto e do improvável. Sua palavra assume um compromisso de decisão: ou acerta ou cai no esquecimento, ou seja, fica sem identidade, já que ele é sempre um ser local e importado, dono de todas as línguas que o possam tornar vivo nas fronteiras que se inventam.

Claro, a “literatura de fronteira” não é um privilégio nosso, mesmo que isso tenha se tornado mais evidente a partir de meados do século XX nos romances tratados mais decisivamente, porém, a maneira como isso veio a se tornar uma marca para o grande desenvolvimento de nossa poética ficcional, seria impensável que compreendêssemos os muitos elementos que participaram para que essa literatura continental ganhasse a vertente que conquistou no cenário mundial. Houve, sem dúvida, um conluio de forças extraordinário para que isso ocorresse e nos desse os nomes que tivemos naquele período. Os onze romances elencados configuram esse esforço de uma realização secular e hercúlea, e, ainda hoje, pulsam fortes como sinal do que fomos ou deixamos de ser.

Portanto, se vamos ouvir alguém ainda dizer que o romance já acabou enquanto gênero, lembremo-nos que isso vem se repetindo esporadicamente desde o esfacelamento radical da linguagem promulgado por Joyce, esse grande bruxo, ao lado de um Dostoievski ou de um Machado, todos estes tangenciando também as literaturas de fronteira. O esvaziamento natural do impacto de um certo tipo de prosa desnorteante sem dúvida incidiu com muito mais violência na Europa pós-guerra, já que a sensação apocalíptica parecia indicar que tudo que se podia fazer já havia sido feito. A modernidade aprontou muitas armadilhas nesse sentido, e todas as utopias, das vanguardas artísticas aos estados totalitários, contribuíram para que os delírios e derrotas possíveis fossem vividos até o fundo da alma de um homem que se projetava cada vez mais radicalmente para uma linguagem suicida.

Nesse caso, o poder de renovação do romance é sem igual em nenhum outro gênero, mesmo ao longo do século XX. A literatura latino-americana apenas mostraria uma dessas faces mais produtivas. A Europa, na década de 60, desembocaria no *nouveau roman* (Robbe-Grillet, Duras, Sarraute, Simon), o que para muitos seria, por um lado, o esgotamento total de um tipo de expressão, mas por outro, hoje, podemos perceber como um processo de desarticulação de uma literatura que estava ganhando um fôlego num continente que ainda fazia as contas de meio século de traumas e conflitos bélicos, de certa maneira, ainda mal respondido. Nesse sentido, a Europa, naquele momento, era um continente que não poderia se preocupar em criar novas obras primas.

No entanto, seria injusto não vermos no resto do mundo, fora da América Latina, a partir de um dado período, incluindo aí também a Europa, o mesmo esforço genesiaco de romancistas que, naquele momento, ou um pouco antes dele, esforçavam-se decisivamente para dar ao gênero o seu tom perene de insubmissão a qualquer pré-compartmentalização de sua linguagem, retomando sempre um gesto de reinauguração de uma vontade de superação ao mesmo tempo metafísica e histórica. Citaria nos Estados Unidos autores como Ralph Ellison (*O homem invisível*) ou Philip Roth (*Complexo de Portnoy*, *O avesso da vida*) ou um E. L. Doctorow (*O livro de Daniel*), o que nos mostra, portanto, do ponto de vista do negro ou do judeu, por exemplo, que na terra do Tio Sam se vive uma mesma sensação de isolamento muito próxima da dos escritores latino-americanos. Da Índia, Salman Rushdie (*Os filhos da meia-noite*), a partir da apropriação do inglês, reconta toda a tragédia de um país-continente, cercado de múltiplas referências por todos os lados, investindo também numa perigosa e audaciosa linguagem de fronteira. Da velha Europa, anteriormente, os acenos decisivos de um Hermann Hesse (*O jogo das contas de vidro*), Albert Camus (*O estrangeiro*), Jean-Paul Sartre (*A náusea*), Louis-Ferdinand Céline (*Viagem ao fim da noite*), André Gide (*Os moedeiros falsos*), André Malraux (*A condição humana*, *A esperança*), esses, nos anos 30 e 40, desembocam, mais adiante, em um autor da envergadura de um Günter Grass (*O tambor*) ou uma Doris Lessing (*O carne dourado*) ou mesmo um Lawrence Durrell (*O quarteto de Alexandria*). Todos esses citados de alguma maneira ratificam os aspectos problematizantes discutidos até aqui na gênese fronteiriça do romance, principalmente por meio do diálogo entre o velho mundo e as suspeitas de outros valores a serem despertados ou definidos, o Oriente, a África, o inconsciente, a história, a mulher, o outro lado enfim. Também verificaremos essa tomada de decisão na grande aventura da literatura portuguesa Pós-revolução dos Cravos em autores como José Saramago (*Memorial do convento*, *O ano da morte de Ricardo Reis*), Antônio Lobo Antunes (*As naus*, *Os cus de Judas*) ou uma Lídia Jorge (*A costa dos murmúrios*). Qualquer mínimo elemento pode ser fundamental para deflagrar uma grande literatura, seja em qualquer ponto de indefinição em que venha a se encontrar o escritor. Sendo assim, como lida com um espectro lingüístico muito mais pluridimensional, o romancista se vê obrigado a lidar com os impasses como se estivesse apostando tudo neles para o ato da criação.

Sem dúvida, escrever romances, a partir de todas essas referências com que trabalhamos, nos dias de hoje, é bem mais do que apenas dar unidade a uma coleção de histórias, ou desenvolver uma idéia a partir da primeira frase fácil que possa vir à cabeça. O grande romance é, a partir do

século XX, uma linguagem radicalmente de fronteiras, que impõe a quem se aventure a encará-lo como uma aventura de risco, já que o retorno é sempre muito improvável. Aqueles que fazem parte de uma realidade desafiadora²⁰, principalmente pela condição imaginária de dependência de um centro qualquer irradiador, estarão aptos a manter a chama desse gênero renovável pela sua própria força de origem.

Bibliografia

BAKHTIN, M. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. São Paulo: Hucitec, 1988. 439 p.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 196-221

LORENZ, G. Diálogo com Guimarães Rosa. In: COUTINHO, E. (Org.) *Fortuna Crítica 6*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 62- 97

SALLES, D. Lições de romance. *Estudos lingüísticos e literários*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 1984. p. 81-92

TODOROV, T. *La conquête de l’Amérique: la question de l’autre*. Paris: Seuil, 1982. 343 p.

²⁰ Nesse caso, poderia tentar definir, por meio de alguns exemplos, o impasse pelo qual o romancista se vê submetido, seja pela sua condição geográfica (uma fronteira física mal definida entre dois países, por exemplo), seja pela sua condição de periferia econômica (países de Terceiro Mundo), seja pela sua condição de minoria étnica numa determinada nação onde o processo colonizador impôs padrões de superioridade de uma etnia em relação à outra ou as minorias sexuais, sejam os chamados “invertidos” ou as mulheres quando se vêem obrigadas a ultrapassar o mero papel de procriadoras imposto por qualquer resquício de mentalidade tribal, seja entre sociedades “primitivas” ou mesmo as tecnicamente mais “civilizadas e desenvolvidas”. Sendo assim, qualquer um que se sinta oprimido por não expressar a sua linguagem no campo aberto da contradição (até mesmo um militante de esquerda com laivos de pequeno-burguês numa célula fanática de um partido político, por exemplo) poderá descobrir uma nova linguagem capaz de redimensionar o universo planejado a qual ele teve a infelicidade (ou a sorte, se daí sair alguma coisa interessante) de estar.

O CIDADÃO EMPOBRECIDO: SUA REPRESENTAÇÃO SOBRE O PODER POLÍTICO

José Carlos de Freitas²¹

Resumo

Este artigo objetiva apresentar as concepções de poder político através das representações discursivas. Para tanto utilizamos entrevistas com indivíduos desempregados, pequenos comerciantes, sub-empregados e outros que vivem em situações semelhantes. Utilizamos como pressupostos teóricos as teorias sobre o poder, as suas esferas de realização e as categorias de pensamento constituídas a partir de pressupostos que nos remetem aos valores iluministas. As opiniões coletadas revelam ressentimento, sentimento de traição e abandono, além de um espírito caracterizado por um paradoxo: conformismo e revolta. Verificamos que tal postura paradoxal é altamente complexa, uma vez que o sentimento de revolta não é bem pela constatação do sentimento de traição, mas pelo sentimento de impotência e destituição do instrumental necessário para uma possível reação.

Palavras-chave: representação social, subjetividade e identidade

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar las concepciones del poder político a través de representaciones discursivas. Para ello, utilizamos entrevistas con desempleados, pequeños comerciantes, subempleados y otros que viven en situaciones similares. Utilizamos como supuestos teóricos las teorías sobre el poder, sus esferas de realización y las categorías de pensamiento constituidas a partir de supuestos que nos remiten a los valores de la Ilustración. Las opiniones recogidas revelan resentimiento, sentimientos de traición y abandono, además de un espíritu caracterizado por una paradoja: el conformismo y la revuelta. Descubrimos que una postura tan paradójica es altamente compleja, ya que el sentimiento de rebelión no se debe al sentimiento de traición, sino al sentimiento de impotencia y la falta de los instrumentos necesarios para una posible reacción.

Palabra clave: representación social, subjetividad e identidad

Introdução

Este trabalho traz como preocupação a representação que o cidadão empobrecido tem sobre o poder político. Somos cidadãos de um país fundado politicamente no Estado de Direito cujo regime de governo se faz pela representatividade legitimada mediante voto direto, de sufrágio universal. Todo cidadão, acima dos 18 anos, não só é aliciado pelo direito como é açoitado pelo dever obrigatório do voto. O voto tem sido decantado como a excelente instância da liberdade democrática e celebrado, pelos meios de comunicação, muito mais como o coroamento desse processo do que propriamente o seu início. A imprensa televisiva costuma exibir a boa convivência de eleitores de partidos antagônicos nos dias de urna como uma “lição de democracia” e, indo mais além, como “plenitude democrática”. Escorada na lembrança de tiranias recentes, esta celebração tem ocultado a “atoria da continuação” que plastifica com uma capa de pseudo-cidadania a intimidade de esperanças de uma população apartada que faz apostas em futuros redentores.

²¹ Graduado em Filosofia e Mestre em Letras – Literatura Brasileira e Vida Cultural. Atualmente Professor da Universidade de Gurupi – TO e Doutorando em Letras – UFT. Texto publicado em 2005 na Revista Querubim e ora republicado nesta coletânea.

Prescrição legal, o voto ainda não se constituiu como garantia de interesses realmente representados. Como é de caráter universal, é importante perguntar se ele tem mesmo o poder de ser vetor de melhoria na vida de sujeitos reais, cotidianos, especialmente os penalizados economicamente. Fiduciário, para usar o termo de Locke, o voto é apenas uma confiança; é valor de troca. Mercância em que o votante ---- portanto, o governado ---- já sai na desvantagem, porque paga sem a certeza do retorno. Pela lógica do capitalismo burguês, essa economia obedece a uma outra ordem inversa: paga-se primeiro para receber talvez depois, ao contrário do que ocorre no trabalho assalariado fabril onde o trabalho é tributado antes do remuneração que é inerente à própria produção. Noutras palavras: a confiança é o único valor de troca na esfera política, vivida unilateralmente por aquele que porta um título eleitoral. Na pessoa do candidato se concretiza o investimento que pode resultar em malogro e não-devolução.

No entanto, o voto é expressão de liberdade, entendida essa como vivenciamento de um ideal democrático. De fato, é com Locke e Rousseau que o ideal democrático é emplacado teoricamente no Ocidente. Estes dois teóricos da Política desenvolvem a idéia do pacto e do contrato, segundo o que o princípio da autoridade transita necessariamente pela vontade dos governados. A legitimidade do exercício do poder convoca a decisão de uma parcela soberana de indivíduos. Locke propõe a democracia representativa. Rousseau propõe a democracia direta. O que fica explícito no Iluminismo, quanto à participação política dos cidadãos, é que a sociedade seja uma homogeneidade livre. Marx, mais tarde, vai referir-se a ela como existente apenas no ponto de partida, jamais no ponto de chegada. Mas sua crítica, como se sabe, é marcada involucramente pelo recorte econômico. Um questionamento maior sobre o exercício do voto, levando em conta inclusive fatores psicológicos, permite afirmar que nem mesmo no ponto de partida há liberdade homogênea. A Modernidade criou o mito do indivíduo de consciência autônoma e a ilusão de uma liberdade totalizante em virtude dessa autonomia. Categoria verdadeira ou não, fato é que a concepção de Estado e poder político receberam uma roupagem cujo talhe perpassa por um ideal de autonomia igualmente abstrata. O exercício do voto como legitimidade do poder é proposto também em termos de um ideal de autonomia abstrata e universal. E aqui é onde se aloja o problema: se a legitimidade do poder é solicitada à consciência de cada indivíduo que compõe a sociedade e, se indivíduos se congregam em grupos demarcados economicamente cuja senha é o interesse, por que então a legitimação pela urna não faz colher o fruto que se acreditou semeado?

A sociedade brasileira tem 2/3 de sua população marcada pela pauperidade. Inscrita na Modernidade com largo uso do trabalho escravo, perdura na contemporaneidade com problemas básicos a que não consegue dar solução: latifúndio, desemprego, fome, analfabetismo, desamparo de crianças e velhos, concentração de renda. Convive igualmente com situações paradoxais como a ostentação de programas de erradicação da fome (*Fome Zero*) e portentosa produção de grãos numa área de cultivo que totaliza 42.220.000 de hectares e aumento de 24% de área cultivada em 2003 a mais que o ano anterior, segundo dados do Ministério da Agricultura. Movimentos como o dos Sem-Terra, único movimento profético no sentido de luta revolucionária, ainda se vêem como marginais e proscritos num país em cujos estados, a exemplo de Mato Grosso, 90% das propriedades, hoje em posse dos ricos, foram afanadas pelo processo de grilagem. Delinquência e banditismo, expressivos em cruas violências, deixam de ser tradição dos grandes centros e penetram pelas cidades do interior. A inscrição do setor secundário e terciário da economia na informática e robótica reduziu drasticamente postos de trabalho que não são recuperados na proporção em que inexistem. Há pouco, discutia-se a democratização do ensino superior à população afro-brasileira, coisa inexpressiva ante a dívida histórica para com ela. A industrialização chegou ao campo sem preparar as cidades para o asilo a que se obrigariam com a expulsão de seus trabalhadores. O Brasil, em 115 anos depois da abolição, não conseguiu coibir o trabalho compulsório. No interior desses gerais sertões, massas de mão-de-obra temporárias realizam, quase que similarmente ao século XIX,

a panha do branco algodão, o corte da cana de açúcar e o volume granuloso da soja que engorda vacas estrangeiras. Nas cidades, a economia informal, desde as bancas de churrasquinhos aos vendedores de pirulitos, é a única alternativa de sobrevivência numa época em que o amparo à velhice se faz na proporção dos anos de contribuição com a Previdência Social. Mesmo os que foram agraciados com uma localização empregatícia permanente já não têm mais confiança no sistema previdenciário fraudado e falido. Patrimônios públicos como fontes e geração de energia, captação de água e telecomunicação, depois de privatizados, estão agora encarecidos e restringidos. Exíguos recursos públicos para dar conta dos que não podem comprar a saúde.

Cristóvam Buarque, no livro *Revolução nas Prioridades*, aponta dez clássicos erros cometidos pela conjuntura política brasileira de quando quiseram realmente inscrever o país na Modernidade industrial. Ressalta o autor que o país sempre se pontuou por opções erradas, caras e de difícil sustentação. Dentro de um quadro equivocado de urbanização, de um sistema viário com base na energia petrolífera, de agricultura de latifúndio, etc, o que é preciso agora é concentrar-se nas prioridades e apostar no tempo que, ao mesmo tempo que sustente a estrutura construída, possa projetar a superação do modelo em vigor, mas nunca adotando a política do Estado-mínimo. Os dados acima, que são contemplados por sua análise, são dados reais, lugares-comuns, configurados como “*retóricas choramingueiras*”. Não é preciso ser profundo para elencar estes problemas. Mas existem e doem. Repisar um determinado assunto é como o que sucede com determinadas metáforas: perdem o sabor e a força da metáfora. Carlos Drummond de Andrade tem um conto em que uma senhora idosa, num almoço de família, se engasgou com uma espinha de peixe. Todo mundo acudiu; mas, como se tratava de uma senhora que vivia resmungando dores, ninguém deu-lhe muita importância. À noite, quando esta senhora começou a descorar e desfalecer, levaram-na ao hospital. O médico de plantão assustou-se com o estado da senhora e, com a espinha do peixe à pinça, disse aos acompanhantes: mais um tempo e seria tarde demais.

Pois, se a situação brasileira é esta espinha de peixe que sufoca, o que tem o voto com isso? Meu interesse reside exatamente aqui. Vale lembrar que a Modernidade inaugurou o indivíduo consciente de si enquanto consciente do mundo, como aponta Norbert Elias em *A Sociedade dos Indivíduos*. Então, se o modelo democrático instituído teoricamente pela Ilustração, onde a idéia de indivíduo se radicaliza, é representação de interesses, isto significa que o voto como fruto de consciência deve fazer valer interesses claros e identificados com aqueles que votam. Se o voto é universal e todos os empobrecidos são obrigados a esse direito, por que seus interesses não são validados nem acudidos e, muito menos, socorridos? É uma equação elementar, presente em Aristóteles e no tomismo, que “*toda causa tem seus efeitos*”. O que se constata é o contrário, a despeito de tudo o que se quer da Racionalidade: *o efeito produz as causas*. É conhecido o arsenal teórico de Marx sobre o processo de como a burguesia conseguiu trapacear a grande massa operária para apropriar-se de sua consciência. Porém, Marx já tem século e meio de teoria. De certo modo, também é lugar-comum das análises sociais. O conceito de ideologia de Marx como também o do inconsciente freudiano é uma espécie de *cama-de-gato* à pretensão de racionalidade moderna. A preocupação é: por que, mesmo com Marx, tanto no âmbito de quem vai com ele ao poder quanto de quem com ele se submete ao poder de outro, o voto não redundava em interesse da maioria que espera e periclitava?

Foi com esta preocupação que a *concepção de poder político no cotidiano do cidadão empobrecido* se constituiu em uma pesquisa realizada nos municípios de Araguaína, Araguañã, Palmeirante e Nova Olinda, no norte do Estado do Tocantins. Municípios pobres de estado também pobre que têm na pecuária sua principal economia. O trabalho partiu da convicção de que, para entender o problema da “*representatividade que não representa*”, seria preciso perscrutar primeiro que conceito têm os empobrecidos sobre o poder político em si. De igual forma, buscar saber deles o que pensavam sobre os candidatos eleitos, a conduta deles, a venda e a compra de votos, a imagem que tinham da

prática política, o acesso à informação dos fatos políticos e, ainda, que providências dariam caso pudessem eles mesmos mandar. Foram entrevistadas 42 pessoas. São os seus depoimentos que constituem o corpus que analisarei neste trabalho.

Assumo que o *questionário* e a *entrevista* não são instrumentos adequados para se obter uma leitura da realidade. Nem trabalho com a hipótese de que o sejam. No entanto, o processo eletivo é feito de qualquer forma mediante verbalizações. E tencionava ver qual verbalização viria como troco às verbalizações da política no momento em que ela mais se interessa pelos cidadãos empobrecidos. Dar razão a Goffman, segundo o qual, ostentamos *fachada* na teatralidade cotidiana da vida, cada um fabricando sua *máscara* para o drama diário, com os sacrifícios requeridos em prol do *embelezamento das representações do eu*, é de supor que a política verbalizada por quem manda e por quem obedece é *mascarada*. Nestes termos, acredito que não só o questionário, mas qualquer verbalização não pode ser tomada como realidade concreta, mesmo porque a Lingüística do Discurso tem atestado, contra os que tomavam o *explícito* dos discursos como real, que o *implícito* das entrelinhas, os intervalos, os anafóricos podem dar conta de uma outra realidade diferente ou melhor tipificadora da que vem verbalizada. No caso desta pesquisa, quando os depoimentos se aproximam das generalizações da democracia liberal iluminista, não acredito que os sujeitos estejam demonstrando conhecimento senão a existência de aparatos que circulam essas idéias como válidas. Quando dizem que não se pode confiar na política, não significa que a política é desacreditada ---- eles continuam votando! ----, mas interessa a incoerência entre o voto e a (des)confiança e os instrumentos de aliciamento do voto, nas bases, que nada têm de comum com uma idéia universalista e moralizadora da confiança.

A pesquisa contou com a colaboração de 18 alunos dos cursos de Letras e História da Universidade Estadual do Tocantins. Apesar de comportar um defeito ---- metade dos entrevistados não declara escolaridade, idade nem ocupação profissional ----, é possível caracterizar estes entrevistados. São pessoas realmente empobrecidas. A maioria deles não possui ou tem baixa escolaridade. Estão numa faixa etária que varia entre 17 a 73 anos. 4 deles concluíram o Ensino Médio (antigo 2º Grau) e apenas 1 cursa universidade. Das ocupações trabalhistas ---- não dá para falar em profissão ---- há 4 aposentados, 4 empregadas domésticas, 1 funcionário público, 2 comerciários, 2 lavradores, 2 auxiliares de enfermagem, 1 estudante, 1 autônomo, 2 desempregados, 1 de serviços gerais e 1 cobrador.

Acrescento, por fim, uma breve consideração sobre o termo **empobrecido**. Não chamamos a estes cidadãos apenas de **pobres**. Chamá-los de pobres, significa situar o indivíduo num topos quase que natural, supondo uma sociedade naturalmente hierarquizada. Atesta uma passividade. Esse indivíduo é, simultaneamente, alguém que pode ficar lá porque lá nasceu ou então que deve ser removido de lá por esforços (caritativos?) de agentes externos. Escondem-se, atrás dessa terminologia, as verdadeiras práticas que produzem o efeito do empobrecimento e do distanciamento. O *Dicionário Aurélio* apresenta o verbo **empobrecer** numa primeira acepção como verbo transitivo direto: *tornar pobre, fazer cair em pobreza*. Alguém ou algo empobrece alguém. Numa segunda acepção, *fazer perder a fertilidade*, refere-se ao solo como exemplo. Manipulado, usado constantemente, o solo é empobrecido. Numa terceira, *esgotar, exaurir, depauperar* persiste a inferência de um actante que age sobre outro. Numa quarta acepção, como verbo pronominal, significa *tornar-se pobre, cair em pobreza, empobrecer-se*. Estou fazendo uso aqui da primeira e terceira acepções e, por analogia, também da segunda. O dicionário não registra o verbete *empobrecido*, sua forma de participio, supondo-o resolvido na previsão do paradigma *aquecer*. **Empobrecido** diz melhor sobre a situação dos pobres e coloca a pobreza como coisa querida e planejada. Revela também uma situação de controle, cuidado de manutenção de poderes. Uma vez que o poder político não prescinde da economia para permanecer como tal e, uma vez que poucos são alçados a seu exercício, o prestígio ou desprestígio, o privilégio ou desprevilégio são agenciamentos de graus de

empobrecimento. Dessa forma, **empobrecido** assume aqui que os cidadãos são propositadamente mantidos em sua pobreza, ou melhor, seu processo econômico vital é controlado. E o empobrecido, longe de ser um sujeito meramente passivo, é um ser violentado.

Entendo por **empobrecido** o sujeito que, governado por leis que têm por fundamento a dignidade humana e por princípios a liberdade e a igualdade entre as pessoas, não pode usufruir daquilo que as mesmas leis lhe garante como direito de seu trabalho: vida, saúde, alimentação, veste, educação, descanso, prole, moradia, lazer, incluindo também o direito ao trabalho. Escuto, neste momento pela Rádio MEC, que 33 milhões de pessoas no mundo estão situadas numa faixa perigosa de pobreza, segundo dados da ONU, 42% delas sendo crianças. Obviamente, estes são os empobrecidos. Mas estou estendendo o termo para aqueles que, na vida comum, margeiam entre a escolha de um direito e a eliminação de vários outros. Por exemplo: o jovem que deixa de estudar pela obrigação de trabalhar para não passar privações maiores. Ou aquele que entre um bom atendimento num hospital particular e um moroso atendimento num público, não tem outra opção senão o público. **Empobrecido** enfim é aquele para quem a plenitude dos direitos que a lei lhe confere é algo muito longínquo para ser concreto.

Acreditava que a concepção de poder tivesse uma ligação direta com o exercício do voto, legalmente implantado na Constituição como sufrágio universal. Era uma crença, de certa forma ingênua ou que nos situava num topos de totalidade como são a maioria das teorias políticas, de que o grau de consciência seria produtora de melhores resultados políticos que têm na urna seu manancial genético. Os eleitores, quanto mais conscientizados, melhormente votariam. Se a política prevalece em seus efeitos perversos, se as pessoas conhecem os efeitos dessa perversão, por que certos paradigmas de prática política são tão repetitivos na atualidade? Por que certos candidatos permanecem na política, apesar dos atos de corrupção que lhes são comprovadamente imputados? Por que os eleitores não elegem outras personalidades? O que está falho no processo de escolha? O que as pessoas estão verdadeiramente escolhendo, se se sentem traídas em suas escolhas imediatamente às realizações eleitorais? Que poder veicula através do poder do voto? Talvez aqui a palavra consciência devesse ser reanalisada, posta em dúvida. Uma coisa é a vida concreta real de que a consciência tem informação; outra é o desejo, a fantasia, aquilo que a consciência mascara. Neste aspecto, não basta que se considere apenas a concepção de poder do empobrecido mas também a do que empobrece e vasculhar um pouco as imagens do político, fabricadas e vendidas no comércio midiático. Todos os entrevistados confessam que têm informações sobre a política, principalmente, através da televisão.

Trabalho neste texto com a hipótese de que os pressupostos iluministas sobre a liberdade humana, centrada na auto-consciência individual, solicitando moções individuais para a consistência do Estado de Direito, são abstratos e fictícios. Estes pressupostos teóricos instituem direitos e deveres que não se concretizam na vida cotidiana dos sujeitos, mas que se presentificam em seu imaginário na medida em que compõem um “*ideal*” de humanidade, sociedade e cidadania. Como compêndio de idealizações, as pessoas assumem dele essas falas, tanto para advogar participações efetivas quanto para se distanciarem mais e mais dos mecanismos de poder, cumprindo o momento do voto como tarefa bastante e finalizadora do processo político. Trabalho ainda com a hipótese de que os meios de comunicação, sobretudo o televisivo, perpetuam na cabeça das pessoas comuns uma universalização de conceitos sobre participação política, alternando-se entre o elogio da transparência e o asco da corrupção, criando uma dupla distorção. Primeiro, a ilusão de que a eliminação dos comportamentos corruptos esteja por si só relacionada à aquisição plena dos direitos na ordem democrática. Segundo, a ilusão de que o alardeamento dos males políticos, situados numa outra esfera de disputas (furo jornalístico), conclame o interesse dos indivíduos para o processo político, quando, na verdade, tem o efeito de fragilizar sua atenção, provocando nele sentimentos de abandono, traição e orfandade. E então a identificação que tributa à política é a da

podilga, do pútrido. Julguei oportuno, antes de me referir à representação que os empobrecidos têm sobre o poder político, desenvolver o que a Teoria Política clássica realiza conceitualmente sobre o poder. Faço isto porque, ideologicamente, seus conceitos estão no imaginário comum. Além das categorias macroestruturais, aponto também considerações sobre o poder nas microestruturas onde ele veicula-se pelas sombras. Embora os depoimentos se aproximem, de forma positiva ou negativa, dos pressupostos liberais, isto não quer dizer que seja realmente o conceito que as pessoas têm sobre o poder. Há um agenciamento de cooptação de poder que passa pela prática do favor, da compra e venda de voto, do discurso e do trabalho midiático que nada têm de comum com a liberdade das pessoas. Assim, falo do poder conceitualmente e, a seguir, de como esse poder é visualizado pelas pessoas empobrecidas.

Teorias sobre o poder e suas esferas de realização

A primeira questão a se deter é o **poder**. Que coisa é isso, o poder? Michel Foucault testemunha que o poder, nas análises da Política Clássica, é analisado nas macroestruturas das sociedades. No entanto, o que se desvela sobre o poder é a sua formalidade conjuntural, nunca ele mesmo. A atenção que se dá ao poder é o *como* e não o *ser* do poder. Daí, sua famosa afirmação sobre a ubiquidade do poder segundo a qual *quanto mais se tenta produzir fissuras no poder tanto mais o poder aparece*. Foucault, tomando o veiculamento do poder exercido nas microestruturas, tem o mérito de associar o discurso ao poder. Há em suas teses uma enfática decisão de fugir das análises que elegem as macroestruturas como instâncias de concretização do poder. É na clínica psiquiátrica, na sexualidade, na prisão, nos hospitais, na religião etc que vai investigar a realização do poder. Não naquilo que é aparentemente estruturado, mas naquilo que está estruturando que permite uma genealogia ou arqueologia do poder. Buscando associar discurso (saber) ao poder, ele vai chegar à constatação da íntima relação da “verdade” com a noção de “poder”. Por exemplo, a mudança de enfoque que a modernidade realiza com a proposição do indivíduo livre e autônomo, competente no sentido de revolucionar mentalidades, testemunha um poder que não é o proposto pela modernidade expressamente. Igualmente, o desmascaramento que o materialismo marxista infringe à modernidade, sugerindo a libertação do trabalho e consciência alienada, veicula outro também não expresso. Max Weber fazia já um certo aceno a essa tese quando escreveu que

“Em geral, entendemos por ‘poder’ a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação. O poder ‘condicionado economicamente’ não é, decerto, idêntico ao poder como tal. Pelo contrário, o aparecimento do poder econômico pode ser a consequência do poder existente por outros motivos. O homem não luta pelo poder apenas para enriquecer economicamente. O poder, inclusive, pode ser desejado ‘por si mesmo’”. (WEBER, 2002).

O poder em Foucault é malha em retalhos miniaturizados mas que tecem um todo que oculta a trama das emendas. Sua análise será retomada mais adiante. O poder essencialmente político se realiza propriamente na esfera do Estado. A Teoria Política tem pelo menos duas linhas mestras de considerações sobre a macroestruturas do poder: uma de caráter jurídico e outra de caráter econômico, havendo uma certa transversalidade entre elas. Pelo caráter jurídico, a questão fundamental é o da legitimidade do mando e da submissão. Weber, depois de escrever que o Estado existe como detentor legítimo da violência, oferece três princípios justificadores desse monopólio. Ele chama de **autoridade do ‘ontem eterno’**, dos **‘mores santificados’** cuja legitimação provém do reconhecimento e da tendência à conformidade. Essa forma de autoridade é exercida pelos *pater* dos clãs parentais. A segunda forma é o que ele denominou de **‘carisma’**, espécie de dom da graça. A submissão é fundamentada na confiança pessoal na revelação. Há sobretudo aqui o poder do proferimento, mas também concorrendo com ele as qualidades pessoais do mandatário. É o tipo de

autoridade de que goza o profeta, o demagogo e o senhor da guerra (antigo tirano). O terceiro tipo de legitimidade ---- e o que interessa por primeiro neste trabalho ---- é aquele que se embasa na **lei**. É o Estado de Direito, chegado a seu escopo pela racionalidade humana supostamente.

Dos três tipos puros de legitimidade: o **tradicional**, o **carismático** e o **legal**. Este último tornou-se o preponderante no Ocidente desde o Renascimento. Obviamente, esta temporalidade poderia ser afastada aos primórdios da cristandade ou aproximada para o Século das Luzes. Weber mesmo insiste: “*Na verdade, os tipos puros raramente se encontram na realidade.*” É uma observação importante para a análise dos depoimentos, pois, às vezes, parece ainda que a crença na individualidade carismática, não a do sagrado mas a da profana sacralidade da mídia, regula os resultados de urna.

A Renascença, em face do retorno das atividades comerciais e do nascimento do Estado Nacional Moderno, encontra em Hobbes e Maquiavel a possibilidade de elasticidade do poder temporal e absoluto dos soberanos em detrimento do poder espiritual transcendente da Igreja. Nem Hobbes muito menos Maquiavel são propositores do Estado de Direito Democrático, mas são importantes na medida em que a legalidade instaurada pelos movimentos liberais revolucionários lhe são completamente antagônicos, impondo-lhes uma linha corretora e complementar. O que fica sensível a partir destas teorias é a concepção de sociedade como conjunto de indivíduos aglomerados. Por exemplo, em Hobbes o indivíduo situa-se no plano da *Natureza* e é essencialmente mau, voltado a seus interesses imediatos, desconhecedor de seus limites, distanciado mesmo de sua humanidade, porque é o “*lobo do homem*” numa “*guerra de todos contra todos*”. O homem é livre, mas de uma liberdade sem garantias. O príncipe de Hobbes deve exercer sua soberania no sentido de eliminar o mal da natureza individual, de modo que a sociedade se institua como apaziguada e vigiada. A submissão do indivíduo deve acontecer na medida em que ele se identifica com o corpo do rei, não importando se o mando seja justo ou não. Hobbes tenta justificar a obediência, mas Maquiavel não. Maquiavel não se preocupa com justificativas, mas com a manutenção do régio poder. O que ele quer de seu príncipe é a competência do jugo. Duas palavras emblemáticas poderiam resumir as ações do príncipe: mimar e exterminar. É a primeira vez que a Política é concebida como Arte. O mérito maior de Maquiavel é a laicização do poder, em suas palavras, vinda de forma vigorosa. Amoralismo, utilitarismo e anti-utopismo marcam a política maquiavélica. Resumo: em Hobbes e Maquiavel, o Estado Moderno encontra razões suficientes para monopolizar a força.

Mas é no século XVIII que o Estado de Direito Democrático começa a ter configuração teórica com os filósofos da Ilustração. Locke e Rousseau invertem o que já estava explícito na política de Hobbes: o contrato. Em Hobbes, o soberano nunca seria responsabilizado pelo contrato, porque sua assinatura era feita unilateralmente pelos súditos. O príncipe não estaria obrigado pelo contrato porque não o assina. Obediência cega. Locke e Rousseau invertem também o conceito de **estado de natureza**, dizendo que nele os homens são absolutamente bons, soberanos de si mesmos. A liberdade humana bem como a igualdade passa a ter um fundamento na natureza. Senhores, soberanos, livres, iguais, portanto, plenamente conscientes dessa condição, os indivíduos se unem e julgam conveniente estabelecer um pacto com a autoridade que passaria a governá-los por leis estabelecidas por eles. Estas, elaboradas com pleno domínio da razão. Por ser racional, a lei adquire legitimidade primeiramente porque é expressividade de seus interesses. O que resulta é a soberania da lei que submete a um só tempo o rei e seus súditos. Tudo se resume na lei. A inversão maior é a que sofre o rei que obedece, teoricamente súdito da vontade dos governados que obedecem por sua vez ao rei, vigiando as singularidades transgressoras. Democracia idealizada, tendo como âncora a liberdade e a igualdade dos indivíduos. Volto ao princípio: é a intimidade da consciência individual que é convocada para a legitimidade. A Ilustração traz a democracia, mas traz de forma majoritária o individualismo.

O liberalismo exacerbado destas propostas vai encontrar vários opositores, entre os quais aponto dois: Marx e Durkheim, cada um com propósitos diferentes obviamente, mas que dão preponderância à coletividade. A análise marxista sobre o capitalismo desmascara o processo revolucionário burguês como propulsor da liberdade humana. Seu pensamento situa a existência humana em bases materiais e econômicas. A dupla alienação do homem no trabalho e na consciência ---- exploração e ideologia ---- permitiu perceber que os valores universalizados pela burguesia dedicaram-se a convencer o homem de que esses valores eram concebidos por ele próprio, quitando-lhe a capacidade de revolta. O operário pagaria sozinho o preço dessa crença. Marx propõe a revolução armada, agora de classe contra outra: trabalhador contra patrão. A eliminação do Estado liberal burguês seria substituído por um Estado comunista proletário obrigado ao esvaziamento até culminar numa sociedade sem classes. Marx diluiu o indivíduo em prol do coletivo, justamente porque comprova que o envitamento que o liberalismo faz aos sujeitos reais é engodo. Ora, se uma política de Estado calcada em valores universais individualistas queridos pelos indivíduos não resulta em outra coisa senão em flagelar os próprios indivíduos, uma proposição diferente só poderia centrar no seu contrário: uma política de Estado supervalorizando o social. Mas a intenção de Marx era a inclusão dos trabalhadores, a maioria, excluídos pela crença numa participação fictícia de um mundo prometido pela burguesia, fruto ideológico. Marilena Chauí escreve:

“O campo da ideologia é o campo do imaginário, não no sentido de irrealidade ou de fantasia, mas no sentido de conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de justificar a realidade concreta. Em suma: **o aparecer social** é tomado como o **ser do social**. Esse aparecer não é uma “aparência” no sentido de que seria falso, mas é uma aparência no sentido de que é a maneira pela qual o processo oculto que produz e conserva a sociedade, se manifesta para os homens. (...) O passo seguinte é dado pela ideologia no momento em que ultrapassa a região em que é pura e simplesmente a representação imediata da vida e da prática sociais para tornar-se um discurso sobre o social e um discurso sobre a política.” (CHAUI, 1989).

O trunfo maior da burguesia é justamente fazer crer que, pela igualdade, todos podem participar do poder. E então institucionalizam o poder, conclamando o concurso de todos para sua legitimidade, deixando o sabor amargo da cumplicidade quando este poder se torna inoperante para a maioria que o valida.

A questão do poder está inserida o tempo todo numa das preocupações que perpassam toda a Sociologia: a antinomia **indivíduo** e **sociedade**. Se se fala de poder, especialmente do político, não há como fugir desta antinomia, mesmo que seja para afirmar um em detrimento do outro. Durkheim realiza um trabalho importante no sentido de comprovar o quanto há de coletivo na consciência dos indivíduos. Faz isso porque existe a tendência, inaugurada pelos modernos, de que a sociedade seria um mosaico de indivíduos-mônadas, cujo resultado é um corpo social que oprime e cerceia os desejos destes. No seu livro *As Regras do Método Sociológico*, tratando *atos sociais* como *coisas*, Durkheim cumpre o destino de dar um verniz de cientificidade à Sociologia, elevando-a, pelo menos no que toca à metodologia, ao status de ciência. A primeira coisa que Durkheim faz transparecer é *o poder de coerção* realmente existente no corpo social, pelo motivo de que este, ontologicamente, edita regras. As normas são pontos de identificação e agregação dos indivíduos. Mas o corpo social não é ---- esta é a novidade ---- algo apenas externo ao indivíduo. A coletividade está dentro dele. A sociedade coage, mas o indivíduo participa como agente e paciente dessa coerção. Nesta perspectiva, Bourdieu é durkheimiano quando diz que os sujeitos sabem que são dominados, só não se libertando porque sua práxis é concebida dentro das categorias culturais da

classe dominante. É, pois, neste sentido, que o pensamento de Durkheim se configura também como um embatimento ao pensamento moderno que privilegia a individualidade.

Ele é acusado, no mínimo, de ser reeditor de Hobbes e Maquiavel. É na refutação desta acusação que ele oferece esclarecimentos do que é o pensamento iluminista, que aproveitou neste texto. Para ele, duas teorias --- Hobbes-Rousseau/ Spencer --- se antagonizam na concepção sobre a vida coletiva e individual. Em Hobbes-Rousseau, o homem é fragmentário à vida coletiva, resignando-se a ela por meio da força. Como os fins sociais, dispostos coercitivamente, são contrários aos indivíduos, a obra social como empreendimento pessoal é constrangedora. Por isso o seu caráter artificial, não-natural. A sociedade é uma geringonça fabricada pelos homens, como ato de sua vontade, para seu próprio aturdimento. Como engenho voluntário, esse artifício pode por outros decretos de vontade assumir outras feições estruturais. Escreve Durkheim:

“Nem Hobbes nem Rousseau parecem ter percebido tudo que há de contraditório em admitir que o indivíduo seja ele próprio o autor de uma máquina que tem por tarefa essencial domina-lo e constrangê-lo, ou pelo menos pareceu que, para fazer desaparecer essa contradição bastava dissimular-la, aos olhos daqueles que são suas vítimas, pelo hábil artifício do pacto social.” (DURKHEIM, 1999).

Em Spencer, Durkheim identifica a vida social como coisa natural e espontânea, com base na natureza o indivíduo, “*nos instintos fundamentais do coração humano*”. A vida política é tendência natural dos indivíduos assim como a religião, a troca, a vida doméstica. O homem é inclinado naturalmente à organização social. Ao contrário de Hobbes e Rousseau, em Spencer, a vida social não é coercitiva, posto que é natural, mas parte sobretudo dos indivíduos-mônadas que lhe dão consistência conforme sua natureza especificamente livre. Basta permitir o fluxo das liberdades individuais para que a vida social suscite naturalmente.

Durkheim diverge das duas teorias. Primeiro, admite a coerção. Mas não aceita que a sociedade seja uma máquina feita pelos homens como autopunição. A coerção social para ele é natural, não é arranjada, é inerente à realidade, é “*produto necessário de causas dadas*”. Escreve:

“(…) para fazer o indivíduo submeter-se a ela de boa vontade, não é preciso recorrer a nenhum artifício; basta fazê-lo tomar consciência de seu estado de dependência e de inferioridade naturais --- quer ele faça disso uma representação sensível e simbólica pela religião, quer chegue a formar uma noção adequada e definida pela ciência. Como a superioridade que a sociedade tem sobre ele não é simplesmente física, mas intelectual e moral, ela nada tem a temer do livre exame, contanto que deste se faça um justo emprego.” (DURKHEIM, 1999).

O recurso a Durkheim, para falar de poder político, justifica-se pela forma com que ele apresenta a *coerção*. Não é só a política, mas também a política que é englobada no conjunto de normas que a sociedade edita. Todo poder é coercitivo, mesmo quando disfarça a coerção. Poder é sempre bipolar: a força e a submissão. A existência dele supõe seus pares: o que manda e o que se submete. E, a meu ver, era necessário ter apresentado o que a Modernidade estabelece de teoria sobre o poder, em virtude de que são essas concepções que iluminam o imaginário das pessoas comuns, constituindo-se como categorias “normais” do regime democrático, seus “óculos de mirada”.

“Categorias adquiridas” nas representações de poder dos cidadãos empobrecidos:

Perguntadas sobre o que entendem por poder político, as respostas dos entrevistados se aproximam muito destas teorias. Comento aqui algumas delas:

1. Opiniões que “imitam” pressupostos iluministas:

- a) “*Penso que seja o poder que determinada pessoa tem para administrar da melhor maneira possível o cargo que ocupa. Prefeito, Governo, Senado, Presidente, etc*” (Leizival Nunes da Silva, sem mais informações).

Ele identifica o poder como tido, não como atribuído. É clara aqui a apartação distintiva dos dois pólos do poder. Identifica também o poder como a possibilidade de “fazer bem”: idéia de perfectibilidade. O poder político, na visão deste entrevistado, se inscreve nas concepções iluministas do Direito, é um poder delegado para a vigência do bem comum. É acima de tudo esperança. O que está implícito é que, se se espera desse poder o bem com retorno, é válido existir como submetido a esse poder. Portanto, é uma declaração cujas categorias se inspiram nas idéias iluministas de que os homens renunciam à sua condição de senhores para obter maior garantia de propriedade.

- b) “*Um grupo de pessoas para governar um estado ou um país*” (Maria do Espírito Santo Santos da Silva)

A exclusão e o distanciamento, expressos na generalização, são maiores do que se imagina: ela não menciona o “*município*”, instituição que estaria mais próxima dela e, portanto, o que teria imediato alcance de repressão, caso declarasse coisas depreciativas. Então, generaliza-se e toma-se distância. Fala-se do que está longe, do governo na capital, poder abstrato inclusive para reprimir.

- c) “*É o poder de elaborar, aprovar, revogar e aplicar leis que regem o país, o estado e o município*.” (Anônimo).

Idéia generalizada, muito semelhante à dos antigos manuais de Educação Moral e Cívica escolares dos anos 70. Oculta os atores numa extrema abstração, de forma que estabelece todos ao império dos efeitos políticos: a lei. O declarante parece ter lido o *II Tratado sobre o Governo* de Locke, leitura obviamente não feita. Desse modo, torna-se seguro o indicativo do quanto os pressupostos do Estado de Direito iluministas veiculam-se no imaginário das pessoas. É preciso dizer que este imaginário não advém necessariamente de um ideário, mas da observação, dado que as instituições políticas tão bem explicitadas por Montesquieu ---- Legislativo, Executivo e Judiciário ---- são instâncias autônomas e máximas de poder e concretizam, por sua existência, o escopo da democracia liberal no Ocidente.

- d) “*É a ciência que estuda o poder público*” (Anônimo).

O distanciamento atinge aqui um nível tal de abstração que a resposta vem como forma de equívoco: *poder como ciência que estuda* a esfera pública dele mesmo. Parece uma resposta que não responde. Mas, se concebermos o poder como tarefa de quem governa para si, não existe nada mais verdadeiro que o equívoco cometido. Se é para dar razão a Christopher Lasch quando fala da *política como espetáculo*, na sociedade americana, numa era em que os políticos se tornam produções em série de imagens destinadas ao mercado e o marketing garante sua perdurabilidade no poder, a frase acima tem algo de razoável. Narcísico e ambicioso, o poder deve realmente se dedicar em possuir as senhas secretas para não ser a primeira vítima em face do naufrágio total. Lasch escreve:

“Quando o fazer político, a busca do poder e a perseguição da riqueza não possuem outro objeto além de excitar a admiração ou a inveja, os homens perdem seu senso de objetividade, sempre precário, na melhor das circunstâncias. As impressões eclipsam as realizações. Os homens públicos inquietam-se por suas capacidades de se erguer para enfrentar uma crise, de projetar uma imagem de decisão, de mostrar um convincente desempenho do poder executivo.” (LASCH, 1983).

O poder não é unicamente preocupação com o *fazer para o outro*, mas um *fazer para que o outro note o que é feito*. O feito deve ser dito. Pode não haver nada de feito, mas não pode permitir-se o nada dito. Daí o recurso imprescindível da e com a imagem.

- e) “**O poder de administrar o povo, pois são escolhidos pelo povo**” (Maria Divina Ribeiro).

Esse depoimento é metonímico: *cordeiros que elegem o seu pastor*. Se o povo escolhe, escolhe ser dirigido. Conformidade total à idéia democrática abstrata: candidato legitimado pelo povo deve beneficiar o povo, realizar sua vontade, mandar em nome dele. De outro lado, se o povo escolhe ser mandado, ele quer obedecer. Se ele confere o direito de mandar, ele pede para si o dever de submeter-se. Fica implícito aqui o dito de Rousseau e de Locke: livremente o homem se faz obediente, livremente o homem recebe o poder, é o pacto enfim.

2. Opiniões que revelam ressentimento, traição e abandono:

- a) “**É um poder que o indivíduo tem para seu próprio benefício.**” (Lucino Silva).

A declaração é permeada por ressentimento e revolta. Revela o malogro daquilo que seria sua confiança. A palavra “*benefício*” significa que, quanto às coisas políticas, deve ter um retorno igualmente *público*, já que o investimento é público. Se o entrevistado tem a noção do benefício usurpado, do público administrado para o particular, é porque tem como categoria de pensamento a liberdade e igualdade propostas pela Modernidade. A fatalidade que transita na declaração é nada mais que uma reivindicação extenuada. Quando uma esperança chega a esse nível de traição, ela passa a ser uma categoria substitutiva: elege-se um candidato para que ele passe bem ---- a sorte que ele tem! A forma negativa como apresenta a noção de poder no seu lado prático, supõe sua otimização de balde do outro lado. Este outro lado é o que lhe permite a decepção que define sua afirmação.

- b) “**É uma conquista do cidadão, mas no Brasil torna-se benefícios e privilégios para uma minoria.**” (Éster Castro, auxiliar de enfermagem).

Trata-se, sem dúvida, de um depoimento de alguém que estudou até o final do Ensino Médio. Obviamente, tendo contato com teorias marxistas. A resposta aproxima-se da anterior, mas acrescenta ali a luta de classes: o poder é o da minoria. Também aqui a idéia de poder que aparta e que existe porque é apartado. Outra vez a exclusão de quem obedece e padece. Em razão de quê ela diz que o poder é uma conquista senão aquela idéia já presente nas idéias liberais revolucionárias? *Conquista de todos para o benefício de poucos*, dito por uma trabalhadora qualquer, é, não um lugar-comum, mas a melhor expressão do quanto a política tem de abandono e orfandade.

- c) “**É uma autoridade que as pessoas têm de tomar decisões que nós não podemos tomar.**” (Aurineide Rodrigues Brito).

Quando se observa que, apesar da confiança de que os que são eleitos devem representar a vontade dos que o elegeram, é preciso recorrer a outros artifícios, muitas vezes violentos, para que essas vontades materializadas no voto sejam evidenciadas o tempo todo para que o poder público atenda ou dê satisfações, o depoimento acima é exato. *Eles tomam decisões que não podemos tomar*. Rousseau já reconhecia as dificuldades de uma democracia direta, em virtude do número exaustivo da massa. Por isso o sistema político é eletivo. Por isso uma personalidade é assunta do meio de tantas, sobressai-se do anonimato. Este vai tomar decisões. O legal é que tomasse decisões que seus eleitores querem que ele tome. Todavia, quando o depoimento menciona *decisões que não podemos tomar*, ele está realizando um desprestígio total do poder político. É como se dissesse: *é um lugar que não podemos botar os pés*. Eles fazem o poder do jeito que eles querem. O poder tão longe e tão perto. O poder não se identifica com aquele que obedece. Outra verdade ainda mais terrível ---- levando-se em conta que no liberalismo burguês *nem tudo o que é legal é justo e nem tudo o que é justo é legal* - é a fragilidade extrema de se poder reverter o processo a partir do povo. Se o povo não pode tomar decisões, o benefício que ele espera assume características de filantropia e caridade. E por que ele

não pode *tomar decisões*? Também porque a imagem regular que ele tem daquele que chega “lá” é a do rico, do excepcional, imagem que não é a sua, ele não se vê no poder, pobre, fraco como é. O poder é dos pusilânimes, economicamente. As próximas declarações alentam muito mais essa idéia:

→ “***Algo cobijado por muitos e que poucos conseguem alcançar.***”(Clênia Moura dos Santos).

→ “***Poder, eles têm de fazer, são poderosos, podem fazer o que eles querem. Só fazem é não fazer.***”(Raimundo Soares Fernandes, 73 anos, lavrador aposentado).

→ “***Pra mim, o dono do poder do Tocantins é o Siqueira Campos. Eu acho que (é) o poder dele, foi ele quem fez o Estado, quem manobra é ele. Mas pra mim é normal, política é assim mesmo.***”(José Guedes da Silva, 26 anos, estudante desempregado).

→ “***Poder é eles tomar conta de tudo, poder dos poderes. E os que pode, pode. E os que não pode, cai, igual a nós.***” (Helena Rodrigues Oliveira, 45 anos, empregada doméstica aposentada).

→ “***É um poder que sem dúvida poderia fazer muitas coisas boas para um país, mas que não faz absolutamente nada. Quando alguém está nesse poder, esquece o mundo e pensa somente nele.***” (Euzilene Carneiro de Souza).

→ “***Material, mundano.***”(Hermínio Danta Neto, 56 anos, aposentado).

→ “***A política eu entendo assim: ela só vai pra frente por causa da pobreza.***”(Custódia Ferreira da Silva, 55 anos, lavradora).

3. Opiniões que são escusas:

Algumas opiniões são escusas em razão de que as pessoas não fazem idéia ou não conseguem formular um conceito do que seja o poder político. Isso não quer absolutamente significar que sejam alienadas em relação a ele. A alienação é uma palavra que, em se tratando do cidadão empobrecido, deve ser posta em dúvida. Se *alienação* significa *não perceber a realidade* ou *pensar que se é verdadeiro quando se está de posse de uma falsa representação*, pode ocorrer que o empobrecido se comporte como alienado por saber de antemão o que vida verdadeiramente é. A propósito disso, Marilena Chauí oferece subsídios para uma nova interpretação das *mindezas clientelísticas perpétuas* dos pobres recorrentes à assistência política quando critica a pecha que a intelectualidade progressista tributa a eles por sua adesão a eventos religiosos populares. Escreve ela:

“A adesão à religião popular urbana (de massa) é um esforço feito pelos oprimidos para vencer um mundo sentido como hostil e persecutório. A religião fornece orientação para a conduta da vida, sentimento de comunidade e saber sobre o mundo, compensando a miséria por um sistema de ‘graças’: cura, emprego, regresso ao lar do marido ou esposa infiel, do filho delinqüente, da filha prostituída, o fim do alcoolismo. Fornece também um sentimento de superioridade espiritual, compensando a inferioridade real e, para alguns (classe média urbana baixa), a promessa de ascensão social como recompensa da retidão moral, enquanto para outros (os pobres) reforça a visão fatalista da existência, cujo prêmio virá um dia, no além. (...) se observarmos os pedidos feitos pelos pobres (em qualquer das seitas), notaremos um aspecto que tem sido pouco salientado, em decorrência da ênfase dada à idéia de alienação. Pede-se cura, emprego, ‘regeneração’ de algum membro da família desgarrado: pede-se que a vida não seja como é. (CHAUI, 1989).

O texto de Chauí é belo e exato no sentido de ponderar afirmações facilitadas sobre os pobres. Aqui ela está falando da religiosidade popular. Creio, porém, que o texto seja válido também para a esfera política. Épocas eleitorais tornaram-se romarias e os comitês partidários, santuários. O voto, muitas vezes, mais que um vale-refeição, vale-farmácia, etc, é uma extrema unção, viático na hora da morte. É preciso ter a chaga do pobre e depois os olhos dele para sentir se, no que ele parece alienado, não seja plena consciência da vida. Assim prossegue Chauí:

“Todavia, quem conhece, por exemplo, a situação da medicina brasileira (preço de consulta,, do leito de hospital, do remédio, do INPS, dos convênios hospital/empresa) há de convir que não é apenas por alienação, mas também por perfeito conhecimento de causa e por reconhecimento da impotência presente que se pede cura milagrosa ---- caso contrário, é morte certa. Quem conhece a situação do subemprego, desemprego, alta rotatividade e os FGTS, há de convir que não é somente por alienação, mas também por pleno conhecimento de causa e reconhecimento da impotência atual que se pede o pão nosso de cada dia para lírios que já não são do campo. E as páginas de Marx sobre o alcoolismo e a prostituição entre os trabalhadores não falam de gente alienada: falam de gente degradada.. Os pedidos não são feitos porque se ‘escolhe’a via religiosa, mas porque no presente sabe-se que não há outra via.” (CHAUI, 1989).

Dessa forma, eu não chamaria respostas como essa: “*Ih! Eu não sei o que é isso não!*”, de uma empregada doméstica de 17 anos, possivelmente mãe, de alienação. Ou essa outra de uma lavradora analfabeta de 55 anos: “*Eu não sei dizer o que é*”, de alienada. Nem muito menos esta outra: “*Esse negócio aí eu não entendo dessas coisas não!*” de uma vendedora de limões no Mercado Municipal de Araguaína. Todavia, colocaria em dúvida a resposta da entrevistada que cursa Medicina numa universidade particular: “*É uma confiança que você deposita em um candidato que possa representar no legislativo*”. Tenho certeza de que a nenhuma destas senhoras falta a convicção que tem dona Custódia Ferreira da Silva, lavradora de 55 anos, quando disse: “*A política eu entendo assim: ela só vai pra frente por causa da pobreza*”, mesmo que convicções assim nunca consigam implodir o túmulo de pedras em que muitas vezes se transformam os lábios dos empobrecidos. Não estou negando, com essas considerações, que a alienação exista. Nem Chauí faz isso. Alienação existe sim tanto no trabalho quando as pessoas são exploradas, quanto na consciência quando as pessoas assumem como suas categorias que não são suas. O que se nega aqui é unicamente a identificação da alienação como falseamento da realidade concreta, o que poderia inferir que os empobrecidos estão neste estado porque não conseguem perceber o estado de pobreza em que estão. Enquanto consciência, o que sobra a um cidadão que se descobre como “alienado”perante as estruturas econômicas, senão angustiar-se?

Não diria que estas respostas escusas são alienadas, da mesma forma que as outras todas anteriores também não dão conta exatamente do que seja o poder político. Dão conta antes daquilo que teorias como as dos filósofos da Ilustração ou filósofos de tradição marxistas estatuem como práxis política. Neste sentido, há aproximações.

Pierre Bourdieu, ao escrever sobre o campo político em *O Poder Simbólico*, mostra como este campo está eivado de cerceamentos ao cidadão comum, e como os partidos políticos se comportam como instituições que exercem uma dominação sobre seus partidários e candidatos. Os partidos são organizações e se portam como guildas. Num dos depoimentos, um estudante desempregado declarava que, se pudesse ser político e ter poder em suas mãos, “*faria igual os outros, fazia 30% a 40% (do que prometera nos palanques), entrava na panelinha. A pessoa que entra na política, pra mim, se ele não entrar na panelinha, ele sai, os outros tiram*”. Dona Helena Rodrigues Oliveira, empregada doméstica aposentada de 45 anos, talvez por invalidez (pois é curioso uma empregada doméstica aposentada tão cedo) declara: “*Poder é eles tomar conta de tudo, poder dos poderes. E os que pode, pode. E os que não pode, cai, igual a nós*” (Helena Rodrigues Oliveira, 45 anos, empregada doméstica aposentada). Bourdieu escreve:

“O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (BOURDIEU, 2001).

Bourdieu está fazendo menção ao monopólio que os profissionais da política fazem da própria informação ou noção de seus procedimentos. Quando ele fala de *campo*, ele quer dizer que os profissionais de um determinado saber (ciência) são zelosos de suas instituições, colocando-se em guarda contra a invasão dos ‘profanos’ que venham deturpar a pureza de seus estatutos. Isso ocorre no campo político, dentro das instituições partidárias. Não só o cidadão comum é impedido como os aspirantes ou candidatos novatos admitidos também são mantidos numa atitude de subserviência a elas. A “*panelinha*”, dita pelo estudante desempregado, faz sentido. Bourdieu afirma que no jogo partidário as intenções pessoais são posteriores e já não contam, porque o dizer posterior é assumido institucionalmente e assim vigiado. Escreve ainda:

“Monopólio da produção entregue a um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; estrangulamentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à **fidelidade** indiscutida às marcas reconhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão da **competência social** para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos políticos: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”(BOURDIEU, 2001).

Voltando à conceituação de poder, o que vem a ser ele? Onde ele está? O poder está em toda parte, visível umas vezes, invisível em tantas outras. O que não existe é a não-existência do poder. É o caso, por exemplo, das liberdades reguladas da modernidade ou a liberdade totalizante da individualidade. A Antropologia atesta o quanto é complicado o termômetro da liberdade. Muitas vezes o apregoamento de liberdades totalizantes é o avesso de sórdidos aguilhoamentos. Desde o panoptismo de Bentham, as formas de controle pela transparência foi transformando os próprios sujeitos em sujeitos controladores de si mesmos, poupando despesas ao Estado. Poder é controle efetivo sobre a vida de outro. Diferencia-se nas formas e, conformado às formas, tem intensidades diferentes. Muitos autores têm afirmado, desde Maquiavel, que a coerção pela violência não é a mais garantida forma de poder porque as pessoas obedecem até o ponto em que puderem se rebelar contra ela. A forma mais eficiente é aquela que se identifica pelo *afago, mimo*, em outra palavra, *amor*.

Michel Foucault, ao analisar o poder, trafega por vários campos de saber. Tomando seus esconderijos nas microestruturas, ele não se afasta do político explícito nas macroestruturas, mas transporta a política para suas realizações mínimas. Contrariando ao mesmo tempo diversas teses, especialmente a dos modernos do século XVIII, ele diz que “*o grande fantasma é a idéia de um corpo social constituído pela universalidade das vontades*”. E acrescenta que a gênese do corpo social é propiciada “*pela materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos*”. O poder é fluido e manancioso. Seus efeitos são carnais. Distanciamento ou proximidade não o excluem, ele existe em sua forma limitadora ou concessora. Continua Foucault, falando do poder exercido sobre o corpo:

“o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... (...) a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua. (...) É preciso, em primeiro lugar, afastar uma tese muito difundida, segundo a qual o poder nas sociedades burguesas e capitalistas teria negado a realidade do corpo em proveito da alma, da consciência, da idealidade. Na verdade, nada é mais material, nada é mais físico, mais corporal que o exercício do poder...” (FOUCAULT, 2000).

Dar razão a Foucault significa que não há espaço vazio de poder. Ele não está afirmando, no entanto, que sua onipresença redunde em formas de incompatibilidade de convívio, senão que o convívio se faz nas relações com o poder. Está afirmando que, se se coloca apenas a questão da coerção, como fizeram Hobbes e Rousseau, o estado de guerra, mediante a ubiquidade do poder, é perene, lute-se ou não contra ele. A coerção existe. O jogo é disfarçar a guerra que ela traz implícita, colocando a consciência como controladora de si mesma, num processo que Bourdieu vai chamar de *violência simbólica*, o indivíduo colaborando com a reprodução de seu próprio controle.

O “Espírito de pocilga”: palavra e mercadoria.

O universo da **confiança** que engloba o instante político do voto reúne uma série de elementos como a *imagem atual do político*, a *fé* mesma na pessoa do político, a *palavra* empenhada como *promessa*, o *acesso visual* do eleitor a seu candidato. Esse universo é construído com cuidado, porque as pessoas só tributam confiança mediante um *benefício* que pode ser o imediato ou o de longo prazo. A confiança existe porque, nos discursos, os verbos estão empregados no tempo futuro. Daí que a ação se configure em *promessa*. A política de palanque não é outra coisa que *promessa*. E o que toca às pessoas não é outra coisa que a *confiança* ou não nessa *promessa*. Um candidato não pode comparecer ao palanque de mãos vazias. Se é um candidato que, como diz Weber, *vive da política*, é preciso provar que fez alguma coisa. Se é um candidato novato, *profano* como diz Bourdieu, é preciso ter nas mãos uma imagem boa e um discurso convincente. O ambiente é o da palavra e o da imagem.

Todavia, sucede que falar e aparecer nos tempos atuais são recursos desgastados, o que pede uma renovação do espetáculo. Assim, a arte, sobretudo a música, é convidada a dar o suporte à imagem e à palavra do político. O palanque tem se transformado em palco para shows e a rua, pista de baile. Palavra e imagem desgastadas, é preciso a assessoria da arte, do cômico para atrair as pessoas. Para a massa, sobretudo a interiorana, o evento é ocasião de prestigiar o artista que ama, este sim com livre curso no recinto doméstico das pessoas, gratuitamente. É nessa ocasião que ele, para ter acesso a seu sonho, tem que ouvir e ver o eterno traje da palavra que promete e solicita confiança.

Dos 42 entrevistados, 32 pessoas têm uma imagem negativa da política. Identificam a política como ganância, corrupção, traição, esquecimento, abandono, engano, manipulação, negócio e prevailecimento de interesses próprios. Numa palavra: sujeira. 2 deles não sabem, ou seja, não se dão ao trabalho de dizer o que é comum na boca dos cidadãos empobrecidos quando têm de opinar sobre política. 6 deles dizem que a política por vezes é *certa*, por outras é *errada*. Apenas 2 têm-na como correta.

Perguntados se *as pessoas podem confiar nos políticos*, 6 responderam favoravelmente, 9 oscilaram entre o sim e o não e 25 manifestaram a firme convicção de que ninguém pode acreditar nos políticos. Em face destes números que identificam a política como sujeira, seria interessante buscar saber como os candidatos ainda conseguem se eleger. Que imagem eles fabricam para dar um paliativo a esse sentimento de asco que a população tem por eles.

Pierre Clastres, ao escrever sobre as *sociedades sem Estado*, diz que “*falar é antes de tudo deter o poder de falar*”. O exercício da palavra coexiste com o exercício do poder. Escreve: “*Palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro.*” A palavra, para o homem ocidental, era o veículo pelo qual transitava sua credibilidade. Não é mais. Não se confia mais nas palavras de um homem público. Aliás, não se tem garantias pela simples verbalização. Por isso se fez necessária a letra da lei e, mesmo essa, não é confiável, porque não transcorre por efeitos iguais. Clastres distingue sociedades de Estado das sociedades sem Estado, dizendo que naquelas *a palavra é o direito do poder* e, nestas, *ela é o dever de poder*. Numa sociedade indígena, o chefe silencioso, que não fala, não é chefe. O povo exige que ele fale. É um rito. Em si, sua palavra não diz nada. Sua palavra não é para ser escutada. Porque a palavra está separada do poder e o chefe mesmo não é o lugar do poder, o lugar do poder é a comunidade. Por saber que a violência é intrínseca ao exercício do poder, a comunidade indígena busca manter o seu chefe afastado desse poder. Então não lhe dão ouvidos. Ela fala para cumprir um ritual. Mas fala para ser identificado como chefe e é ignorado como falante para poder continuar como chefe. O proferimento do chefe segue o proferimento de seus ancestrais que todos ali sabem. (CLASTRES, 1986).

Coisa contrária acontece com a palavra dos “chefes” das sociedades de Estado. Sua palavra é a de quem tem poder. Mas é palavra esvaziada por aquilo que ele não realiza. A lei diz que o poder não é dele, que o poder está na comunidade. Mas o solapamento desse poder da comunidade esvazia a palavra e acentua o poder. Como sua palavra é esvaziada e ela foi o veículo que aproximou a confiabilidade dos súditos, esta também se esvaziou. A diferença é que sua palavra é uma palavra, não no exercício do poder, mas antes do exercício: portanto, promessa de poder. Se nas sociedades indígenas finge-se ignorar o chefe para afastá-lo do poder, nas nossas sociedades, ignora-se o chefe porque se acostumou que suas palavras não serão genuinamente poder para a comunidade. As pessoas sabem que promessas são apenas promessas e nada mais. Os depoimentos dos entrevistados apontam que se as promessas fossem cumpridas, o país estaria bem melhor. As pessoas votam esperando um *benefício*. E elas sabem quais são os benefícios: aquilo que é de mais urgência como casa para morar, escola para estudar, hospital, remédio, trabalho, salário, comida, proteção, etc.

As pessoas acreditam nas palavras dos políticos? Só nas palavras, não. É preciso que ele mostre realizações, que já tenha feito algo que apareça visualmente, como obras e melhoramentos. Daí, sua identificação com uma parte do poder: o executivo. Ao legislativo, cabe o atrelamento ao executivo para obter publicidade. Para boa parcela do povo, cujos problemas pedem soluções sempre urgentes, as realizações dos políticos são tardadas para épocas bem próximas das eleições, de modo que a memória de seus feitos fique recente. São realizações de urna.

No entanto, não é exatamente no palanque que a palavra é empenhada. Os próprios políticos têm banalizado este instante, colocando outros motivos para o ajuntamento da massa como a música popular ou sertaneja, humoristas, não raras vezes, palhaços. Só sua palavra e sua personalidade não são mais suficientes. Então aproveitam para incorporar o mecenato da arte que seu povo não tem nos dias normais da vida. O palanque não é lugar da palavra, mas do espetáculo. Teatro, como diz Goffman, é preciso publicidade e conspiração para se fazer críveis e audíveis. Escreve Goffman, citando Cooley:

“Se nunca tentássemos parecer um pouco melhores do que somos, como poderíamos melhorar ou ‘educar-nos de fora para dentro’? Este mesmo impulso de mostrar ao mundo um aspecto melhor ou idealizado de nós mesmos encontra uma expressão organizada nas várias profissões e classes, cada uma das quais tem um linguajar convencional ou atitudes próprias, que seus membros adotam inconscientemente, na maior parte das vezes, mas que têm o efeito de uma conspiração para atuar sobre a credulidade do resto do mundo.” (GOFFMAN, 1985).

A palavra é empenhada por outros agentes (os cabos eleitorais) que realizam uma política do favor, das pequenas concessões. Um senhor de 73 anos declara magoado o que não conseguiu nas campanhas das eleições de 2002: “*Eu não arrumei uma bola de arame para cercar o meu quintal.*” Depois continua a dizer o que é um bom candidato para ele: “*Você vê aquele candidato que pode ajudar, que eu conheço; arrumar o carro para eu puxar uma carrada de barro: já é um benefício, um remédio, qualquer coisa ele arruma.*”

Outra forma de “credulidade” à palavra empenhada é também teatral. Ela vem de funcionários que dependem do emprego por mais dois anos de exercício de mandato de um prefeito ou governo e se atrela ao partido destes. É preciso fingir o apoio. De forma igual, as campanhas eleitorais têm funcionado como frentes provisórias de trabalho, onde jovens e adultos sem ocupação encontram oportunidades de comissões salariais que estendem sua complementaridade para depois do pleito. Durante o período, é preciso fingir, representar confiança. O corpo passa a ser anteparo de propagandas.

Assim, o esvaziamento da palavra encontra um recheio fora do palanque. Embora, apenas dois dos entrevistados tenham admitido que vendem seu voto, ou seja, aceitam dinheiro para votar, o mercado do voto não pára apenas nesta forma explícita. O mesmo senhor de 73 anos que declara “*Isto aí, sobre compra e venda de voto, vai por ambição. Ele não compra o voto, compra a pessoa*” é o mesmo que diz não ter conseguido a bola de arame farpado para cercar seu quintal.

A identificação da política com pocilga: o sujo, o pútrido, a mentira é quase consenso geral nos depoimentos. De outra forma, palavras como transparência, honestidade, sinceridade, verdade são exigências de igual tamanho. Há então uma incoerência entre a representação que a política tem na cabeça das pessoas e os resultados de urna. O que esses candidatos de palavra esvaziada conseguem falar a seus eleitores? De onde realmente vem o sentimento generalizado de asco pela política?

Christopher Lasch em *A Cultura do Narcisismo* fala de como a publicidade midiática impera no sentido de fabricar e projetar personalidades, cujo sucesso depende de sua ratificação. Os políticos são tipos enlatados, reciclados pelo marketing e jogados ao consumo, como *cereais e desodorantes*. Daí, a necessidade de estar em eterna evidência, mesmo que não sejam admirados, como a prostituta que deseja ser bem-quista, quer admiração, mas *zomba de quem a dá*. (LASCH, 1983).

A mídia televisiva tem ampla responsabilidade pelo sentimento negativo que as pessoas tem pela política. Em primeiro lugar, é ela quem “*enlata*” as personalidades políticas, focalizando o aspecto pessoal, o empreendimento individual do sucesso. Em segundo lugar, conforme diz Bourdieu ao falar do jornalismo, a competição das emissoras por maior audiência faz com que os jornalistas saiam enlouquecidos atrás do *furo jornalístico*, de modo que, todos fazendo isto ao mesmo tempo, a novidade perca o gosto de novidade e apareça como uma uniformidade. Não há *furo jornalístico*, em matéria política, tão interessante quanto *as denúncias de corrupção*. Ora, todos concorrem a elas. A corrupção torna-se assim uma uniformidade. Esse enfoque acaba por redundar as façanhas

políticas como espelhos de pocilgas. O efeito que isso traz consigo é mais perverso, porque oculta outras tarefas da política que teriam maiores conseqüências sobre a vida dos cidadãos, como uma lei aprovada, um programa de assistência aprovado. Num Congresso de cinco centenas de parlamentares, o mal-feito de meia dúzia deles passa a ter destaque por dias seguidos. Um segundo efeito é o de produzir generalizações no imaginário popular que não liga fatos com seus autores, transparecendo a própria corrupção como abstração, de modo que todo político seja necessariamente um corrupto. Um terceiro efeito é o de imaginar que somente a corrupção é a responsável pelos malefícios políticos. Não se percebe que, sem ela, os males persistirão, porque na democracia representativa são os interesses da classe dominante que são atendidos em primeira instância e que, para ela sim, estes comportamentos são anomalias que, uma vez corrigidos, tudo estará bem. Um quarto efeito, é o sentimento da desesperança e do abandono que se traduz em indiferença ou, o que é pior, fomenta o *ethos do jeitinbo* como diz Roberto Da Matta, o que pode ser exemplificado em depoimentos como este: “*Em época de eleição, eu aproveito, peço tudo o que puder. Sei que depois disso não vão me dar nada. Sei que depois eles vão me roubar mesmo, então aproveito para tirar deles agora.*” Ou então, um depoimento como o deste jovem de 26 anos, estudante desempregado: “*Eu mesmo, se o cara me dá o dinheiro, eu pego o dinheiro, só que não voto nele, só se ele for pra urna mais eu.*”

Atribuo então parte do “*espírito de pocilga*” com que as pessoas vêm a política à televisão, ao jornalismo que ela propaga. Bourdieu diz, citando Berkeley, que “*ser é ser percebido.*” Diz ainda que, para alguns filósofos, *ser é ser percebido na televisão*, ou seja, *ser percebido pelos jornalistas*, ser bem-vistos por eles. Bourdieu acrescenta ainda algo que pode ser atribuído aos políticos: “*(...) é bem verdade que, não podendo se fiar muito em sua obra para existir com continuidade, eles não têm outro recurso senão aparecer tão freqüentemente quanto possível no vídeo, escrever, portanto, a intervalos regulares, e tão breves quanto possível, obras que, como observa Gilles Deleuze, têm por função principal assegurar-lhes convites na televisão.*” (BOUDIEU, 1997). De modo idêntico, políticos que não podem existir com continuidade porque o que fizeram não lhes garante isso, só têm mesmo o recurso à evidência midiática. Se o que ele diz é plastificado, isso não importa, desde que sua imagem tenha evidência.

O tempo televisivo é caro. Esta é uma primeira forma de seletividade nada democrática. Pequenos partidos, candidatos de bases populares não têm acesso com igualdades de condições a esse tempo. Mesmo que um candidato tenha coisas sérias ou realizações importantes para mostrar, o tempo televisivo não o favorece. De outro modo, existe no meio televisivo uma censura invisível em nada idêntico à liberdade de expressão: “*(...) o acesso à televisão tem como contrapartida uma formidável censura, uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao fato de que o assunto é imposto, de que as condições da comunicação são impostas e, sobretudo, de que a limitação do tempo impõe ao discurso restrições tais que é pouco provável que alguma coisa pode ser dita.*” (BOURDIEU, 1997). Se a liberdade inexistente para o evidenciado, inexistente também para o que evidencia (o jornalista) e para aquele que consome o produto (o telespectador).

É sabido que a televisão não é para a razão, mas para o entretenimento. E a concorrência entre emissoras pelo índice de audiência transforma o tempo em “*notícias de variedades*”, aquelas que ocupam muito tempo sem dizer muita coisa de significativo. Bourdieu chama a essas *variedades de fatos-ônibus*. São fatos não-chocantes, que não dividem opiniões, mas que formam consenso. Ou seja: formam consenso de forma apaziguada. Escreve Bourdieu: “*O tempo é algo extremamente raro na televisão. E se minutos tão preciosos são empregados para dizer coisas tão fúteis, é que essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes na medida em que ocultam coisas tão preciosas.*” Uma notícia que envolve atos de corrupção política, comportando uma homogeneidade jornalística em diversas emissoras, é passível de ser banalizada, uniformizada como *variedade*. Passa a ser um *fato-ônibus* porque não é polemizada, torna-se assunto “*conformador*”. Inaugura-se o “*espírito de pocilga*” e assim permanece, ocultando *coisas preciosas*.

Aponta ainda Bourdieu que a televisão detém o monopólio sobre a formação da cabeça da maior parte da população que não lê nenhum jornal com regularidade. Dessa forma, o que a televisão propicia com o seu tempo não contribui para uma participação democrática eficaz. O interesse jornalístico recobre o que é excepcional, extraordinário. Mas são os jornalistas que conferem o caráter de extraordinariedade aos fatos. Essa prática é tão niveladora que aquilo que de fato é extraordinário passa a ter previsibilidade. No entanto, a concorrência de todos os jornais ao extraordinário, “*a busca de exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização*”. Quero com isto dizer que o “*espírito de pocilga*” com que a maior parte dos depoimentos qualifica a política como um todo vem a significar que a corrupção política é destituída de excepcionalidade e se inscreve na ordem das banalidades cotidianas. Fato que perde realmente a importância. Daí que, a despeito de todos visualizarem a política como sujeira, ainda continuam a colaborar com sua permanência, elegendo velhos candidatos de plantão. No fundo, a uniformidade que a mídia produz, tanto naquilo que publica de malévolo ou benévolo, favorece o distanciamento, são “*outros bem outros*” aqueles de quem ela fala. E, no corpo a corpo das épocas de urna, essa imagem permanece fugaz.

A corrupção de fato existe. Existe já antes da eleição, no momento da eleição e prossegue no exercício da mandato. Ela não envolve apenas o desvio de verbas públicas por pessoas físicas ou jurídicas privadas. Envolve também o tráfico de influências, o prevailecimento dos interesses de grupos ou de classe. Mas o que fica sempre em evidência é o roubo mesmo, a apropriação indevida do dinheiro público. O senso de “*propriedade*”, que na lógica capitalista, é recoberta pela moeda, reputa ao roubo o caráter de extorsão, agressão. Assim, o político corrupto é o “*ladrão*”. A compra do voto, mediante moeda, é abominada, mas aceita-se outras formas de favor que substituem a moeda. O mesmo asco com que pecham aos políticos ladrões serve como motivo de silenciamento no caso de voto vendido em espécie. Poucos se sentem à vontade para declarar que venderam por dinheiro seu voto, porque sabem que isso é corrupção, sujeira. *Ninguém quer ser vendido*. Ninguém se inclui na pocilga, mesmo estando dentro dela. Os que, com maior sinceridade, declaram a transação comercial do voto, o fazem com uma *razão cínica*, a do *ladrão que rouba ao ladrão*, aquela razão que está presente num poema de Brecht: “*O que é um assalto a banco, diante da fundação de um banco?*”. Este é um problema que queria ter desvendado neste trabalho: a corrupção não impede as pessoas simples de votarem nos candidatos corruptos. A conclusão a que chego é que a televisão, banalizando a excepcionalidade, evita a polemização do problema e o distancia (abstratiza), possibilitando aos atores políticos um palco livre para a perpetuação do espetáculo.

De outra forma, o candidato que realiza benefícios, está presente, distribui atenção, é facilmente perdoado se caiu em pecado de corrupção. É comum ouvir dizer que determinado candidato “*rouba, mas faz*”. Este é melhor do que outros que “*roubam e não fazem*”. Existe uma certa tolerância em relação a “*comportamentos desviados*”. Para o candidato que o cidadão simples conhece e pelo qual é envolvido, essa imagem de corrupto é facilmente esmaecível. Até porque é o que está mais próximo, à mão e pode um dia favorecer. Dessa forma, a corrupção não se configura ela mesma como barramento de confiança.

Mas o “*espírito de pocilga*” revela ainda um outro sentimento: o do esquecimento, abandono, orfandade. E atrás deste sentimento está a esperança de que a vida melhore. Apartados economicamente, os cidadãos empobrecidos não têm realmente em que confiar. A vida lhes é um fardo e a política é um negócio que não é o “*deles*”. Eles não se identificam como parte da vida política. Dela eles podem “*esperar*” o favor de que a vida melhore um pouco. Eles sabem que as leis não são para seu benefício nem são suas. Mas sabem que a lei é necessária e, mesmo sendo estranha, querem o seu cumprimento. Eles operam com essas categorias: a de que há uma lei que prescreve uma igualdade para todos. José Sávio Leopoldi escreve: “*Para a sociedade moderna o indivíduo é uma peça tão importante para sua ideologia e para a justificação de suas atividades e de seus empreendimentos que*

de uma noção abstrata, idealizada, com um caráter necessariamente generalizante, esse indivíduo adquire contornos concretos, de “ser no mundo”, de sujeito objetivo da ação. E isso ocorre a tal ponto e com tal intensidade que se é levado a não só acreditar na existência real dele como também a pensar que ele existe em nós, que somos esse indivíduo”. (LEOPOLDI, 2001). Tenho sustentado neste trabalho que o arcabouço teórico da política vem do Estado de Direito burguês liberal e assim ele é assumido pelos empobrecidos. Estes pressupostos, como atesta Leopoldi, são abstrações como a idéia de indivíduo também o é. O sentimento de abandono, não excluindo a realidade mesma do abandono, vem pelos pressupostos abstratos com que a política é apregoada. Escreve Leopoldi: “(...) *as tão apregoadas qualidades da ideologia individualista constituem, antes, metas a serem atingidas, do que princípios efetivamente praticados, por mais que se creia que eles realmente contemplam a vida cotidiana dos sujeitos*”. O professor oferece como exemplo a lei que traz a igualdade e a liberdade como seus princípios fundamentais. A lei prescreve uma igualdade fictícia, no confronto entre o “legal” e “justo”. Ela preserva a desigualdade dizendo que *todos são iguais perante ela*, de forma que dá para inferir que *“a lei existe porque todos não são iguais”*. Ou, como questiona o professor Leopoldi: *“igualdade é tratar desigualmente os desiguais na medida em que se desigualem?”*. Esperar que vida de um cidadão empobrecido melhore é sem dúvida esperar que a desigualdade seja superada. Não é preciso que ele se creia como igual, assim como um doente não deve acreditar que é sadio para ser curado; é preciso antes saber que é tratado como desigual como o doente é tratado como o doente que realmente é. Neste ponto, a lei e as circunstâncias legais pecam. Acrescenta Leopoldi que *“a ideologia individualista, portanto, pode tratar muito bem o ‘indivíduo’, mas nem sempre faz o mesmo com o ‘sujeito’”*.

Esse sujeito *“descaracterizado, frágil, ameaçado, sitiado pelo próprio individualismo”* não vê realmente, embora espere, a política como sua parceira. A política é outro time. Alberto Oliva escreve que *“a solidão da cidadania se faz sentir quando o indivíduo é tratado, sobretudo por superiores hierárquicos e pelas autoridades constituídas, como simples meio de obtenção de determinados fins.”* (OLIVA, 2000). E então me reporto ao termo *“empobrecido”*, na crença que tenho sobre a pobreza como produto planejado. O sentimento de abandono dos sujeitos empobrecidos tem toda razão de ser, porque ele luta e só conta consigo mesmo para tornar a vida melhor. Ele é enganado quando o individualismo burguês leciona que ser bem-sucedido é ofício de labor individual. Ele trabalha, empenha-se e a vida muda muito pouco ou quase nada. Sua esperança, na única forma que a democracia se lhe apresenta, é utópica.

Não se quer com isso prescrever que um senso mais agudo de coletivismo resolva a solidão imposta ao sujeito pelo individualismo moderno. Na vida real, a contigüidade de indivíduos não significa *indivíduos com/para os outros*. A sociabilidade verdadeira supõe uma existência compartilhada e não ameaçada por um todo coletivo. Todorov ---- citado por Leopoldi ----, diz que *“a sociabilidade não é um caso de contigüência: é a própria definição da condição humana. Essa vocação [à sociabilidade] significa que temos uma necessidade imperiosa dos outros, não para satisfazer nossa vaidade, mas porque, marcados pela incompletude original devemos-lhes nossa própria existência.”* (LEOPOLDI, 2001).

Oliva, ao falar da felicidade que todo sujeito deseja e que muitas teorias prescrevem de forma diversa, diz que não é garantia, para solução da solidão da cidadania, minar o individualismo moderno com uma massificação de um coletivismo político. Escreve: *“É questionável o pressuposto de que a luta pela felicidade individual se decide no campo das batalhas coletivas. É perigosa a visão que se mostra obcecada em promover a uniformização dos projetos individuais sob a batuta de um modelo político de convivência supostamente centrado no primado coletivo. Quando chega ao poder, essa filosofia não tem pejo em exibir todo seu desrespeito às singularidades que exprimem a riqueza do gênero humano.”* (OLIVA, 2000). Fala-se dos males das sociedades modernas capitalistas. O que Oliva aponta aqui são os males das sociedades de economia planificada. O terceiro milênio começa ostentando esta incerteza. Acostumou-se opor ao individualismo o coletivismo, assim como, na sociologia, a sociedade ao indivíduo. Essas referências, no campo político, caducaram. Este é mais um fator de solidão, pois parece não haver

receita. Oliva mesmo acrescenta: “Quando está em questão especificar como ser feliz, os preceitos não têm como garantir que se mostrarão eficazes na conquista dos objetivos apregoados”.

Abandonados pela lei, lembrados, no entanto, como legitimadores daqueles que vão confeccionar a lei, os empobrecidos padecem mais que qualquer outro da solidão da cidadania. O “*mínimo eu*”, instância íntima que Lasch atribui a todo indivíduo, numa época de *sobrevivencialismo*, é muito mais “*mínimo*” no que toca ao cidadão empobrecido.

Conclusão:

Quis neste trabalho considerar muitas coisas em relação à representação que os indivíduos depauperados fazem do poder político. Considero que talvez tenha sido uma tarefa que não atendeu a seus propósitos como a questão merecia. Talvez não tenha desvendado o intrincado universo do poder que constrange, alicia, aparta e compromete os empobrecidos. Foucault, ao falar sobre o corpo e a disciplina, tendo o panoptismo de Bentham como referência, diz que a modernidade quanto mais se pautou pela transparência tanto mais foi competente em vigiar. Diz ainda que o instante mais glorioso dessa vigilância foi o sucesso em converter o vigiado em seu próprio vigilante. Quantos esforços não se economizaram? Vive-se um tempo de liberdades reguladas, vigiadas. Para muita gente a vida é de uma urgência tal que falar de liberdade parece discurso irreal, é preciso sobreviver. Isso é mais importante que teorizar sobre liberdade. Dar conta de sobreviver é por si só um milagre. A política, então, parece coisa extraterrena. Abandonar os sujeitos a seus empreendimentos solitários e dizer que ele é livre para sobreviver neste estado talvez tenha sido a melhor forma de regulação ou de sujeitamento.

Marc Auge escreve sobre os “*não-lugares*”, lugares transitórios, não-antropológicos, de pessoas que vão e vêm sem que se fundamente ali uma relação identitária íntima de comunhão entre pessoas. A democracia é um “*não-lugar*” por excelência ou, como afirma Chauí, um “*lugar-nazif*”. Deveria ser, para que o poder, que se acentua em certas personalidades perpétuas, ou usurpado também perpetuamente por uma determinada classe, seja relativizado e repartido. O mundo, para os empobrecidos, há muito “parece” um “*não-lugar*”. Vive-se num mundo “*registrado em cartório*”. Como cidadãos expulsos pelo sistema econômico, a exemplo dos camelôs e flanelinhas, é preciso “*entrar no negócio*” para comercializar o espaço público, copiando por baixo o sistema que é exercido por cima. Para muitos, vive-se aqui porque a vida em outro planeta é inviável. O sistema político tem o comportamento parecido ainda com o que Alvin Toffler descreve em *O Choque do Futuro*: pessoas que, no anonimato, se reúnem temporariamente num lugar neutro para viver experiências sem o menor comprometimento com um futuro imediato. Amizades provisórias e temporárias. Prazeres fugazes. A naturalidade das despedidas. Com este se parece o comparecimento do político de carne e osso diante da população empobrecida em épocas eleitorais: o futuro não é cogitado para uma coexistência par a par.

O modelo democrático é perverso na forma abstrata como foi cogitado. No entanto, qualquer lamentação sobre sua perversidade traduz-se na utopia de que, algum dia, uma democracia adequada seja instaurada. Uma democracia que (conforme especifica Dumont) não faça prevalecer o indivíduo como nas sociedades modernas/contemporâneas, nem faça (conforme pressupostos ocidentais) esmaecer o indivíduo em sociedades holistas; mas que faça prevalecer sujeitos concretos (como escreve Leopoldi), mais validos e mais felizes (conforme Oliva), menos humilhados, espero eu.

Referências bibliográficas

- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, Papirus, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001
- CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo, Cortez Editora, 1997.
- CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2000.
- _____. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1970.
- LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo - a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro, Imago, 1983.
- _____. **O mínimo eu --- sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- LEOPOLDI, José Sávio. **Igualdade: uma visão antropológica --- com especial referência às sociedades indígenas**. Tese de Doutorado, USP, 2001.
- OLIVA, Alberto. **A solidão da cidadania**. São Paulo, SENAC, 2000.
- TOFFLER, Alvin. **O choque do futuro**. Rio de Janeiro, Record, 1984.

O DESEJO E O INTERDITO NO *DESMUNDO*: (IN) POSSÍVEIS ENTRELAÇAMENTOS

Jussara Bittencourt de Sá²²
Liomar Vanderlan Fernandes²³

Resumo

Este artigo apresenta algumas reflexões sobre o romance *Desmundo*, de Ana Miranda e possíveis articulações com outras obras. Destaca-se a maneira peculiar como narrativa anuncia a trajetória de órfãs portuguesas que vêm para o Brasil para se casar e povoar o mundo novo. Ressalta-se como Oribela, a personagem-narradora, ao tentar nos sinalizar as cores e as formas que compõem seu *Desmundo*, consegue instaurar a dúvida de se estar lendo um diário, uma confissão, ou a própria celebração de um espetáculo de melancolia do corpo e da alma humana. Procura-se evidenciar o desejo e o interdito como elementos promovedores de reflexões e de intertextualidade como outras narrativas/obras.

Palavras-chave: Desejo, Interditos, Intertextualidades

Abstract

This article shows some reflections about the novel *Desmundo*, by Ana Miranda and possible articulations with another works. It is distinguished by its peculiar way as a narrative that announces the trajectory of Portuguese orphans who come to Brazil in order to be married and to populate the new world. The character-narrator appears as Oribela, when trying to signal us the colors and the shapes that compose her *Desmundo*. She is able to establish the doubt of one to be reading a newspaper, a confession, or the proper celebration of a melancholy spectacle of the human body and soul. This article attempts to evidence the desire and the interdict as generating elements of reflections and intertextualities as other narratives/works.

Key-words: Desire, Interdict, Intertextualities.

O romance *Desmundo*, da escritora Ana Miranda, publicado em 1996, foi para as telas de cinema em 2003²⁴. O trabalho de Alain Fresnot consagrou, assim, mais uma obra literária em filme, chamando a atenção não só dos leitores da escritora, mas também dos amantes da sétima arte.

Em seu texto, Ana Miranda narra a trajetória de órfãs que vêm para o Brasil, no início da colonização, para se casar.

Oribela, a personagem-narradora, tenta nos sinalizar as cores e as formas que tecem seu *Desmundo*. A trajetória da leitura nos conduz a movimentos tais e quais aos das ondas que a trouxe ao seu *Desmundo*. Assim, o fio foge juntamente com a nossa sensatez e compreensão. Oribela nos instiga a todo instante a adentrar em seu jogo onírico de números, cores, formas e significantes.

²² Professora e Pesquisadora da Universidade do Sul de Santa Catarina - Letras. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “A estética das linguagens verbais e não-verbais”. Texto publicado pela Revista Querubim em 2008 e ora republicado nesta coletânea.

²³ Mestre em Letras - UniversidadedoSuldeSantaCatarinaProf da rede estadual de Santa Catarina.

²⁴ FRESSNOT, Alain. *Desmundo*. Brasil: Sony Pictures. Drama, 2003, 101 minutos.

A composição visual da obra apresenta-se povoada por imagens gráficas muitas vezes indefiníveis, infidas, que traem a todo instante a nossa compreensão. A gravura da capa e as dos inícios das partes também remetem à não-exatidão, onde o humano e o animal se entrecruzam, se fundem e nos confundem. A busca pelo fio da trama, que entrelaçaria o conjunto de capítulos e partes, parece algo quase impossível.

A imperfeição do tempo passado, o infinitivo e das longas frases dos capítulos aprisionados nas páginas constituem também elementos que apontam para a indefinição, imprecisão deste jogo. E a numeração é um outro dado interessante. Os dois primeiros algarismos correspondem, muitas vezes, ao dobro da parte e o último refere-se ao capítulo.

Pretendemos, neste texto, todavia, focalizar mais especificamente alguns momentos da obra. A sétima parte, “A guerra”, por exemplo, nos conduziu a delinear uma leitura a partir de simbologias sugeridas no “Livro do Apocalipse”, do *Novo Testamento*. Neste, segundo São João, o sete indicaria, entre outros, a plenitude e totalidade. O Apóstolo, sobre a visão do Julgamento Final, se dirige a toda Igreja representada pelas comunidades da Ásia. São sete as estrelas que remetem às Igrejas e sete são os chefes, simbolizados pelos anjos das comunidades. Sete são os selos que lacram o livro do “Projeto de Deus”. Sete são as cabeças da Besta que subia do mar com dez chifres. Sendo que dez são as partes que constituem a obra. Sete são as taças de ouro, entre aos anjos, cheias do “Furor de Deus” que vive para sempre. É oportuno destacar que a grafia da letra sete, em especial, a letra “s” sugere a forma da cobra, os movimentos sinuosos e tortuosos que ela promove. Tal aspecto também pode nos remeter à Lilith, deusa misteriosa, a primeira mulher a ser criada por Deus no Paraíso, por ser demasiada rebelde para se submeter a Adão, fugiu do local e ficou a vagar pela noite. Lilith seria *succubi* (plural de succubus), por possuir várias formas, atrai e seduz os homens, sugando-lhes a energias. Como *succubi*, Lilith também teria sete letras em seu nome. Sete é, assim, o número que instiga divagações na história e também instaura articulações com outras.

Sobre a história, o enredo do *Desmundo*, cabe sublinhar que mesmo detectando que a presença do ideário, dos dogmas da Religião Católica, através dos interditos impostos principalmente à mulher, estar transitando pelas linhas da narrativa, observamos ainda ecoarem uma mescla de crenças e rituais populares.

No entanto essas outras crenças aos olhos do civilizado, aqui, representados por Oribela, revelam-se não como imagens idílicas, distanciando-se das imagens ilustradas na carta de Pero Vaz de Caminha. Para a narradora elas aparecem como imagens repugnantes. Percebemos que Oribela destaca os cristãos dos demais povos: “Despovoaram e roubaram quatro engenhos e comeram uns cristãos com grande crueldade, estorvando e desobedecendo ao governador e aos padres, e comeram um padre” (MIRANDA, 1996, p.143).

Oribela caracteriza os demais habitantes como outros tipos seres. Os índios, como os naturais “uns naturais selvagens que vendiam prisioneiros de suas guerras em vez de os comer...”. Constatamos que, apesar da atrocidade do ritual antropofágico, este não deixa de ser sagrado enquanto cerimônia, todavia, Oribela destituiu sua aura, na medida em que o ato dos vencedores comerem os vencidos para apreenderem sua força, é anulado pela venda. Contrapondo-o as imagens do poema de Gonçalves Dias: *I-Juca Pirama* “Convidam as tribos dos seus arredores/ Cuidadosos se incubem do vaso das cores/ Dos vários aprestos da honrosa função.”

A identidade das personagens que compõem o romance é outro dado peculiar. A mulher indígena é concebida como “a natural”, e possui filhotes. As escravas têm crias “Um tanto de suas escravas, com grandes cestos na cabeça carregados e mesmo uns filhotes fêmeas ou machos pendurados em suas tetas” (MIRANDA, 1996, p.142). Os brasileiros parecem até destituídos de

sentimentos, representados também pela nativa Temericó. Em uma passagem da obra, registrada em meio a muito sangue, Oribela comenta :

A pobre Temericó enxergava tudo, parada na mata feito uma pedra, depois de algumas gritas se curvou sobre a barriga e gemeu feito cantasse, uma coisa estranha de se ver. Mandei assentar ao meu lado, o que ela fez. Não sabia que brasil sente dor. (1996, p.144)

Assim nesta nação que é selva e tem nome de madeira, o limite entre os homens e os animais parece algo quase impossível de se definir. Esta característica aproxima mais uma vez à Lilith, o ser quimérico, meio mulher meio serpente.

Pelo viés de conflitos internos e externos a Oribela, este capítulo tenta registrar passagens de guerra por posses de territórios. A narradora encerra-o com sua fuga a cavalo, dos grillhões de seu marido, disfarçada com roupas masculinas “me dissimulei numa roupa de Francisco de Albuquerque”. Oribela que iniciava esta parte com as palavras “tudo se fazia sem palavras a mim...”, (MIRANDA, 1996, p.141) a finaliza “Feito cego no cavalo, sempre em frente, mas tonta de tal modo que me desfalecem as forças, no que vi vir em mim um esmorecedor e senti girara e girar e cair.” (1996, p.157)

Tudo ainda permanece muito confuso. Novamente uma anulação de identidade: escamotear para sobreviver.

Ainda sobre o número sete, reportemo-nos ao *Apocalipse*, das sete Igrejas que apontei anteriormente, destaco a de Tiatra, segundo o Versículo 18, Capítulo 2, onde Jesus teria revelado que “Mas há uma coisa que eu reprovo... Jazebel ... essa mulher que se diz profetisa. Vou lançá-la um leito de doenças e aos que cometerem adultério com ela lançá-los numa tribulação farei também que os filhos dela morram.” A partir destas reflexões, iniciamos a parte seguinte “O mouro”.

Nesta, o Mouro Ximeno lhe dá guarida, em sua casa, expressa sua fidelidade a Oribela “tudo faria por mim em minha suavidade mulheril”...(1996, p. 175), contudo percebemos a desconfiança de Oribela ao estrangeiro “repartida entre as interrogações dos motivos de Ximeno, nunca me ajudara ninguém em minha vida”... “o esperei com uma faca na mão”... (1996, p. 176) “No fim do dia me acordou o mouro Ximeno com frutas, um púcaro de água, uma fatia de peixe seco no pão e azeite...” (1996, p. 176) Presenciamos também, a agonia de dona Bernardina e a recaptura de Oribela, por Francisco Albuquerque.

O Mouro Ximeno Dias era o prometido a Izobel, moça de 14 anos, que havia se atirado ao mar, para que não mais fosse sete o número de órfãs e, sendo assim, não seriam amaldiçoadas.

Na cor avermelhada dos cabelos do Mouro, a idéia da cor do sangue e do fogo do inferno, que, segundo as crenças antigas, criou o mundo e o destruirá. O mouro representa também o que não é cristão, o oriental, o outro, o herege. O vermelho simboliza a vida, o calor e a geração, mas também sua destruição. Na simbologia cristã, o vermelho corresponde ao egoísmo, ao ódio ao amor infernal (a cor do diabo) (JULIEN, 1993, p. 113) O inferno em que Lúcifer foi confinado por ter se rebelado, por ter traído. O inferno a que estão condenados os que não são cristãos

À minha frente o mouro, com seus cabelos cobreados e sua barba por fazer, me olhava, havia nas mãos um púcaro e ao seu lado um cachorro preto muito alto... Como escapar dali? Onde estava eu? Que casa, aquela? Tinha morrido e era o inferno?... fora um sonho, como na verdade o que veio de outras. (MIRANDA, 1996, p. 163)

Jazebel, Oribela e Lilith(s) (*succubi*) nelas ecoa a traição. Nos nomes das primeiras o mesmo número de letras: sete, na segunda o sete está no que ela representa. Nelas percebemos que o duplo movimento da luz/escuridão/luz sugere também os movimentos da sedução, da traição.

É o desejo que possibilita um possível entrelaçamento de suas histórias. Da mesma maneira que Iracema, do romance homônimo de José de Alencar, a virgem prometida ao deus Tupã, rebelasse de sua predestinação e se entrega ao português, Martin, no meio da noite. Tal qual, Iracema, Oribela também velava o sono do Mouro, enquanto o desejava. Segundo Aducci Novaes, “Se desejamos mais do que aquilo que os nossos olhos dizem e do que prometem as paixões é porque existe um movimento vivo e secreto do desejo que nenhum pensamento revela inteiramente (NOVAES, 1988, p.12). Percorrendo pela significação da palavra desejo, consta-se que se derivando do verbo *desidero* (latim), que, por sua vez, deriva-se do substantivo *sidus/sidera* (plural), significando a figura formada por um conjunto de estrelas, isto é, as constelações. Empregado como palavra de louvor (o alto), na teologia astral é usado para indicar a influência dos astros sobre o destino humano e, por sua vez, *desiderare* significa cessar de olhar os astros. Desta maneira, para os latinos, desejar seria abandonar a referência, abandonar o alto, conduz a decisão de tomar o nosso próprio destino em nossas próprias mãos, e o desejo chama-se, então, vontade consciente nascida da liberação/libertação, o que os gregos denominavam de *boulésis*. Todavia, na medida em que se deixa de ver os astros significa que a perda do saber sobre o destino. E o não saber institui em nós uma imprecisão, uma dúvida. Já para os gregos, o desejo chama-seria a carência, o vazio que tende para fora de si a busca do preenchimento, *hornê*. Tais concepções nos sinalizam à ambigüidade do desejo. Mostra-nos o movimento duplo de decisão e carência. No *Desmundo*, Oribela comenta:

o sol fizera as sombras fazia a lua as luzes e avistei no catre o Ximeno adormecido, desnudado de suas vestes, eram seus pés de gente, fosse naquela noite, nas outras eu não sabia... E era tal, que atraí em tudo que há em mim e fui lhe sentir a boca, ele despertou e me tomou em seus braços num desatino e grandíssimo ímpeto, correndo as mãos pelo meu corpo... a me querer deixar feito as naturais, a mim dava um gosto bom...inferno gloriosos tirado do meu corpo... estando ele sobre mim vi entre seus cabelos os chifres, endureci a seus suspiros e me desfiz do encantamento. (1996, p. 179)

Em sua estada junto a Ximeno, Oribela observa um livro de capa preta e de letras em ouro “disse o Ximeno Dias ser aquele um com as peregrinações pelo mundo, riscados numa carta as baías, montes, lagos, os peixes avoadores...”(1996, p. 168). As mesmas gravuras que aparecem ilustrando a obra. Neste momento, suscito para uma nova significação da simbologia dos peixes, a da renovação universal da natureza, da fecundidade, cujo produto será o tema para a próxima etapa do romance.

A nona parte, “O filho”, apresenta seu retorno à casa de Francisco Albuquerque

“logo atou a meus calcanhares as suas cordas, de tamanho que pudesse eu ir pela casa e parasse à porta..” (1996, p.191).

A volta ao cárcere acontecia em meio às maldições de dona Branca e seu assassinato pelo filho Francisco Albuquerque:

E se ouviu entre os trovões a voz agastada de dona Branca e seu filho...dona branca a se vangloriar da nobreza de seu sobrenome e da pouquidade do meu sem nome...que me agasalhara em sua cama, que eu me entregava ao mouro.. e que o filho que trazia eu era uma bastardo chifrudo que ia nascer com os cabelos ruços...se ouviram gritos de dona Branca...com a faca na cintura, de punhal, o filho acutilava a mãe no peito.. com o sangue da mãe correu porta a fora ... na chuva, à luz dos raios e trovões, em joelhos gritou. Piedade...a visão de tal sofrimento que me certifiquei para sempre de estarmos no inferno. (1996, p. 198)

A maldição de dona Branca dessacralizava a Boa Nova, feita, por Gabriel, à Virgem Maria. O que presenciemos, contudo, é a anunciação da maldição lançada a Jazebel, a Iracema, a Lúcifer, a Lilith e a Adão e Eva (cuja soma de letras também é sete). A morte de dona Branca prenunciava um nascimento no inferno. A negação de toda esperança da vida.

Fizemos no Natal a matança de porcos. E se fez berbere, que se deu convite na cidade pelos sete dias da véspera do nascimento do filho de Deus...Era meu filho nascido no canto onde anoitece o mundo, cujo se deu nome de um pau ... Era o cabelo dele claro como a cor do mel...Vivi numa modorra de catre, servindo de vaca, meu filho chorava no lago da noite como um cão esfaimado...meu filho tinha os cabelos avermelhados, disso se falava em todo o país (1996, P. 204)

Ao pensarmos novamente em Iracema, que também possui sete letras no nome, Moacir, representa o produto da transgressão da predestinação indígena. Iracema, outorgando-se do livre arbítrio, da decisão sobre seu destino, desgraçou-se, e o fruto desta união chama-se filho da dor. Lilith, ao se rebelar contra Adão, transgride o que lhe foi predestinado, deseja a liberdade. Lilith foge para o deserto e, ao ser acolhida por Lúcifer, transforma-se na rainha do mal.

Oribela também transgride. A vinda da virgem ao Brasil partiu de uma decisão superior e religiosa, sugerindo o povoamento católico e caucasiano. A chegada de Lilith ao paraíso também é uma decisão superior e com a mesma finalidade, a procriação. A separação de Adão e Lilith foi o princípio da separação entre vida e conhecimento, a substituição da renovação pelo sacrifício. Representa o surgimento da obediência forçada e da repressão da paixão e luxúria, inerentes ao feminino. Em seu lugar, surgem o medo e a punição.

O desejo, o livre arbítrio das ações, o produto do desejo, do interdito é representado por seus filhos (de Iracema e Oribela), frutos também da miscigenação, como aqueles que “formariam” a identidade desta nação. “Que já vêm marcados antes de nascer”.

Não conseguindo definir onde fica o limite entre o pesadelo de Oribela e a realidade, a décima parte, “O fim”, inicia com Francisco de Albuquerque levando seu filho (1996, p. 209) e encerra “Ouvei o choro de meu filho, virei e na porta, atravessado pelos raios de sol, os cabelos em fogo puro, estava Ximeno com uma trouxa de criança no colo. Hou ha”(1996, p. 213) A imagem do sol trazendo e atravessando o mouro pode configurar-se como algo irreal. Ao ultrapassarem, os raios de sol, o deveria ser concreto, o mouro, o cabelo em fogo torna-se uma imagem que sugere multiplicidade de interpretações. No Gênesis, o sol manifesta a presença de Deus, a revelação e a doutrina. Todavia, a Sagrada Escritura atribui também, às vezes, a significação nefasta do ardor, do furor, do egoísmo, como no caso de Jó.

Finalizamos nossas reflexões suscitando mais uma vez os movimentos dúbios de encontros e desencontros, sonhos e realidade, interditos e permitidos que se inferem a Oríbela e como também a nossa condição humana.

Acreditamos que criamos, nos impusemos e nos impõem metamorfoses e que nos encontramos, muitas vezes, numa área limítrofe entre o abismo e o desejo. Fazemos parte de um show, de um jogo do velar-se em desvelar-se. Mediamos nossa representação quando nos posicionam ou nos posicionamos num confinamento, num lugar entre a busca de viver e a angústia do existir do outro lado, talvez de um espelho. Pensamos, contudo, que, mesmo tendo a consciência que a natureza última do desejo pode ser o interdito, o que pode ser impossível, nós desejamos e ao mesmo tempo nos cobrimos, nos cobrem para não nos descobrir. E é assim que navegamos pelo nosso fragmentado *Desmundo*, de desejos, interditos e decepções, onde navegar é preciso, viver é impreciso...

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Rosa T. Bonini de. *A Mulher do Século XXI: o resgate de Lilith*. São Paulo: Aquariana, 1989.
- BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Ed. Paulinas: 1987.
- JULIEN, Nádia. *Dicionário de Símbolos*. São Paulo: Rideel, 1993.
- MIRANDA, Ana. *Desmundo*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- NOVAES, Adauto. (Org) *O Desejo*. São Paulo: Cia das letras, 1988.
- OLIVEIRA, Clenir Bellezi. *Arte Literária: Portugal/Brasil*. São Paulo: Moderna, 1999.
- REYES, Alina. *Lilith*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- SICUTERI, Roberto. *Lilith: A lua negra; Tradução Norma Telles*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Referência Filmográfica

- FRESSNOT, Alain. *Desmundo*. Brasil: Sony Pictures. Drama, 2003, 101 minutos.

SANGUE LIMPO: AMOR E PRECONCEITO À DOR DA PELE

Jussara Bittencourt de Sá²⁵

Resumo

Este estudo apresenta uma leitura do drama *Sanguelimpo* (1863), evidenciando como o autor Paulo Eiró, representa, através das falas e do enredo, a dor e o preconceito sofridos por diferentes personagens. Observa-se que a opção pela análise de uma peça teatral do século XIX dá-se por entendermos a relevância do teatro para segmentos da sociedade brasileira. O teatro, instituído na vida social, foi (e é) promotor dos debates culturais. Destaca-se como a escritura teatral traz à cena a percepção peculiar do artista sobre a dor da personagem protagonista Luisa e outras personagens que representam escravas e escravos, índias e miscigenadas e miscigenados, na sociedade brasileira do século XIX. Ao ambientar a história em São Paulo, entre 25 de agosto e 7 de setembro de 1822, percebe-se como o dramaturgo procura moldar e modular o preconceito e a dor, enquanto experiência dessas brasileiras e brasileiros em face à Independência. Nesta leitura, evidencia-se como a cor da pele e a condição social, ao refletirem laços sanguíneos, podem provocar a dor. Dor que etimologicamente origina-se do latim *dolore*, em *Sangue Limpo* assume significados como sofrimento moral, discriminação, mágoa, pesar, aflição, compaixão, dentre outros.

Palavras-chave: Teatro. Preconceito. Dor

Abstract

This study presents a reading of the drama *Sanguelimpo* (1863), showing how the author Paulo Eiró, represents, through the lines and the plot, the pain and prejudice suffered by different characters. It is observed that the option for the analysis of a theatrical play from the 19th century is due to the understanding of the relevance of theater for segments of Brazilian society. Theater, established in social life, was (and is) a promoter of cultural debates. It is noteworthy how the theatrical writing brings to the scene the peculiar perception of the artist about the pain of the protagonist character Luisa and other characters who represent slaves and slaves, Indian and miscegenated and miscegenated, in the Brazilian society of the 19th century. When setting the story in São Paulo, between August 25 and September 7, 1822, it is clear how the playwright seeks to mold and modulate prejudice and pain, as an experience of these Brazilians in the face of Independence. In this reading, it is evident how skin color and social condition, by reflecting blood ties, can cause pain. Pain that etymologically originates from the Latin *dolore*, in *Sangue Limpo* takes on meanings such as moral suffering, discrimination, hurt, grief, affliction, compassion, among others.

Keywords: Theater. Preconception. Ache

Introdução

A percepção peculiar do artista sobre sentimentos como a dor aparece representada em muitas obras literárias. Pode-se verificar a maneira especial do poeta/prosador/dramaturgo de moldar e modular a dor fingida/sentida enquanto experiência universal. Nessas representações, a dor, que etimologicamente origina-se do latim *dolore*, se aproxima, dentre outros, do sofrimento moral, mágoa, pesar, aflição, dó, compaixão. Logo, o refletir sobre estas significações que a dor assume ao

²⁵Professora e Pesquisadora da Universidade do Sul de Santa Catarina - Letras. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “A estética das linguagens verbais não-verbais”. Texto publicado pela Revista Querubim em 2009 e ora republicado nesta coletânea.

perpassar as linhas de uma obra nos permitimos a maranhar para dentro de sua tessitura.

Neste sentido, este texto apresenta uma leitura do drama *Sangue limpo* (encenado em 1861 e publicado em 1863), de Paulo Eiró, sublinhando como uma emoção que conota tristeza recebe espaço em obra literária concebida para a encenação. Saliento que nesta leitura procuro evidenciar que a dor representada em *Sangue limpo* possibilita-nos o emaranhar na trama do tempo e do enredo.

Destaco que tanto a opção pelo texto teatral quanto ao recorte temporal, século XIX, decorrem de entender a relevância do teatro para os segmentos da sociedade brasileira e desse tempo para a formação de nossa nacionalidade.

O teatro: texto e contexto

O teatro, instituído na vida social, foi promotor dos debates culturais. Ir ao teatro era (fazia) parte do cotidiano, influenciando a elite da Corte.^[1]

Segundo Lilia Schwarcz:

Num pai sescravocrata fortemente hierarquizado, as festas dos “brancos” ocorriam – em sua maioria – no interior de palácios e teatro, cenários para bailes e saraus, ao passo que as festas dos “negros” se realizavam nas ruas das cidades e nas senzalas das fazendas. ^[2]

Jeffrey Needell comenta que a imprensa da época evidenciava a “importância cultural das reformas; não considerava o afrancesamento do Rio apenas como um conjunto saudável e eficiente de novas vias, mas também como símbolo e instrumento de reabilitação do país e de um futuro ‘civilizado’ (isto é europeu)”.^[3] O teatro funcionava como um dos elementos sintonizadores com a cultura européia, e também como instrumento que promovia parte da visão de mundo e da dominação social da elite. Logo, nesse contexto, trazer à cena personagens que desvelavam sentimentos de dor os dramaturgos sinalizavam para além da comoção.

***Sangue Limpo*: amor e preconceito à dor da pele**

O enredo de *Sangue limpo* é datado do período entre 25 de agosto e 7 de setembro de 1822. Na peça as personagens brasileiras que ganham voz ou são silenciadas em virtude da sua condição social. *Sangue limpo* não tende a ocultar fraturas e divisões na construção da identidade brasileira. Há, sim, uma preocupação com a alusão ao real, embora o autor utilize o recurso da ironia, conforme se presencia nos diálogos.

Sangue limpo anuncia a história de um romance proibido entre Luísa Proença, uma moça de sangue mestiço, e Aires de Saldanha, fidalgo português, tendo como pano de fundo o processo histórico da Independência e a manutenção da escravidão. A ação tem início com uma conversa entre um militar e D. José, o pai do jovem Aires, sobre a situação do Brasil. Em sua fala, D. José comenta que a rebeldia de D. Pedro I já era previsível:

Culpa têm os que impeliram em tal caminho. Não lhe sabiam da índole? D. Pedro de Alcântara não sabe receber ordens de quem quer que seja.[\[4\]](#)

Seu interlocutor, o militar português, afirma com veemência:

Como vos enganais! A desobediência do príncipe nunca teve por motivo o pundonor ofendido. Há muito que ele vive sonhando com uma coroa americana, de ouro, cravada de diamantes.[\[5\]](#)

Nota-se que, para o militar, o caráter e a posição de D. Pedro I, no Brasil, favoreceram-lhe a realização do desejo de infringir as ordens de Portugal, muito mais por convicção pessoal que por ambição política. Assim, a idéia de orgulho ou de ambição que se extrai deste diálogo leva-nos a constatar, já no início da trama, que a ironia é perceptível nas falas dos portugueses sobre o processo da Independência e o nascimento da nação brasileira.

Tal evidência, segundo Bakhtin, desvelaria que a consciência do autor guia e orienta as concepções e ações das personagens: “abrangida de todos os lados como em um círculo, pela consciência concludente do autor a respeito dele e do seu mundo”. [\[6\]](#) Percebe-se, nos discursos das personagens, o entendimento de Eiró sobre como seria a consciência de portugueses ante a rebeldia de D. Pedro I. Eiró discute, mais do que sobre retratos retocados do Brasil, o processo de Independência do país, o que confere maior verossimilhança a *Sangue limpo*. Ao colocar em cena o nobre e o militar lusitanos, o autor não atenua ou exalta tal acontecimento; procura, sim, representar diversas visões que emergem do referido processo.

Ao fato da peça *Sangue limpo* ser escrita em 1863, portanto *aposteriori* do tempo em que é ambientada a trama, 1822, é importante, inicialmente, observar que Machado de Assis ressalta que a atualidade espaço-temporal de uma obra não está em falar de fatos da realidade imediata, mas sim na identificação do escritor com seu momento histórico: o que se deve exigir dele, antes de tudo, é certo sentimento que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.[\[7\]](#)

Mesmo que a trama seja ambientada quarenta anos antes, o tempo da escritura/edição anuncia a consciência do autor sobre o seu tempo e seu contexto. Logo, a atualização do espaço e do tempo acontece também pelo viés das denúncias que emanam da trama de Eiró, demonstrando ser ele um homem de seu tempo, isto é, atento e preocupado com as questões que lhes são pertinentes.

É a partir desse olhar sobre as diferenças que, na cena XII, o irmão de Luísa, Rafael, de origem humilde e mulato, com certa ascensão social, em uma conversa com D. José, descreve um outro contexto. No enredo, nesse momento, D. José procura Rafael para tentar convencê-lo sobre a impossibilidade da união entre Luísa e Aires. Rafael, indignado, ilustra um outro panorama do Brasil.

Rafael, ao demonstrar sua dor, sua angústia, também dá voz aos que vivem injustiçados, discriminados. Rafael denuncia a existência de brasileiros vivendo abaixo da condição humana:

Por causa da minha cor? Tem razão. A sorte do homem pardo é tão miserável! O pobre pode chegar a fortuna; o plebeu pode alcançar honras e glória; mas o homem que traz em si o selo de duas raças diversas e inimigas, o que poderá fazer a êle? (...) (...) Sou filho de um escravo, e que tem isso?... onde está a mancha indelével?... O Brasil é uma terra de cativo. Sim, todos aqui são escravos. O negro que trabalha seminu, cantando aos raios do sol; o índio que por um miserável salário é empregado na feitura das estradas e capelas; o selvagem, que, fugindo às bandeiras, vaga de mata em mata; o pardo a que apenas reconhece o direito de viver esquecido; o branco enfim, o branco orgulhoso, que sofre de

má cara a insolência das Côrtes e o desdém dos europeus. Oh! Quando caírem todas estas cadeias, quando estes cativos todos se resgatarem, há de ser um belo e glorioso dia!^[8]

OssentimentosdeRafaeltrazemàcenaasituaçãodonegro,que,paraasociedade daquele tempo,nãoeraconsideradocidadão,tampoucoserhumano.Aonegro,ouaosseus descendentes, não há possibilidade de qualquer reconhecimento. Trocado, vendido, massacrado, o negro tem o estatuto de mercadoria. Ao exemplificar que mesmo o pobre pode almejar uma mudança de vida, Rafael deixa claro que, ao escravo, é vedada qualquer possibilidade de ascensão ou legitimação de direitos. Mesmo às vésperas da Independência, a intervenção de Rafael revela a existência de outros escravos – de acordo com suas palavras, “o Brasil é um país de cativos”.

Sobre a independência restrita, mais especificamente, sobre o contexto da escravidão que permeava essa época, já no prefácio Eiró denuncia a presença da “nódoa negra da escravidão” a manchar a Independência proclamada em 1822. Em suas palavras:

Penso eu (e este pensamento parece-me digno de ser divisa de todos aquêles que trabalham no magnífico edifício da arte nacional), penso eu que o presente deve ser preparador do futuro; e que é dever de quantos têm poder e inteligência, qualquer que seja a sua vocação e o seu pôsto, do poeta tanto como estadista, apagar essas raías odiosas, e combater os preconceitos iníquos que se opõem à emancipação completa de todos os indivíduos nascidos nesta nobre terra.(...) Não será dramático desenrolar a velha bandeira do Ipiranga, e nela apontar como antítese monstruosa a nódoa negra da escravidão, verme nojoso que rói a flor de nossas liberdades? Não será dramático mostrar o que fizeram nossos pais, e o que nós temos a fazer para coroar sua obra?^[9]

Já a partir do prefácio, este drama romântico, de fundo histórico, põe em xeque uma das grandes causas da edificação da nacionalidade, a Independência. Décio de Almeida Prado, ao incluir *Sangue Limpo* no painel dos dramas históricos, exalta-lhe a perspectiva de considerar o 7 de Setembro um ponto de partida, não de chegada. Conquistada a Independência, a luta seria, agora, contra os preconceitos sociais. ^[10] O contexto histórico da época mostra que, mesmo independente de Portugal, o Brasil ainda possuía população cativa, pois havia escravos, ou seja, mesmo com a Independência foram mantidas as estruturas da época colonial (latifúndio, escravismo e monocultura para exportação).

É a partir desta perspectiva lançada pela personagem Rafael, que se traz à análise, como representação do brasileiro, a personagem Liberato, um negro escravo. Na trama, Eiró concede a Liberato a função de libertador de Luísa e Aires. É pelas mãos deste negro que os apaixonados conseguem, no final da peça, poder viver o seu amor. Embora Liberato tenha possibilitado esta união, a ele não é dada a oportunidade de ser cidadão ou sequer sobreviver. Liberato é trocado, açoitado e morto. Outra vez, o escravo aparece como alguém que está a serviço da felicidade de outrem, mesmo que isto lhe custe a vida.

Na cena II do III ato, Liberato relata a dor que:

(...) teve três cativeiros. Primeiro senhor dêle era um velho muito bom. Dava esmola pra pobre: Liberato morria de fome. Senhor velho ouvia missa todos os dias, não saía da igreja: Liberato trabalhava sem parar, não tinha dinheiro, vendeu Liberato na fazenda. Foi uma mulher que comprou êle. Marido já tinha morrido. Era bonita... bonita... cara de anjo...fala dela era música. Negro apanhava todo dia, negro comia barro pra não morrer de fome, negro não tinha licença de dormir (...) Um dia mucama quebrou o espelho grande; sinhá

arrancou os olhos de mucama. Liberato não pode mais, fugiu. Foi gente atrás, e pegaram nele. Sinhá disse: Surrem até morrer. Liberato apanhou três dias(...).^[11]

Na seqüência da história, o escravo conta que fora comprado por D. José, que lhe pediu para ficar de vigília no quarto onde trancara o filho. Aires foge durante a noite e, ao perceber a fuga do filho, D. José obriga o escravo a se ajoelhar. Liberato, que havia jurado para si mesmo não se ajoelhar nunca mais, mata D. José com uma faca, antes de ganhar a primeira chicotada.

Eiró deixa registrado que tanto a ruptura de domínio do pai sobre o filho, como a viabilidade da união de Aires com Luísa, que decorrem da morte de D. José, é concedida pelo escravo Liberato. Eiró, ironicamente, coloca na smãos do escravo a possibilidade de promover tal mudança na vida destas personagens.

Na cena VI, do III ato, Liberato, após confessar o crime, suicida-se com a mesma faca que matara D. José. Logo, aquele que acenou, que promoveu tal atitude, encerra a vida de sofrimento e desespero descrita pelo cativo. O texto de Eiró denuncia, portanto, este outro panorama: para Liberato só restaram a submissão, assassinato e morte.

Ainda, no foco da escravidão, um outro aspecto importante nesta obra é a presença da personagem Onistalda—uma mestiça descendente de índio—que destaca outra situação reveladora da sociedade escravocrata da época. A discriminação também acontecia em vários espaços. A fronteira que separava a escravidão e o liberto era tênue, uma vez que existiam descendentes de escravos proprietários de negros, de mestiços.

A este respeito, José Murilo de Carvalho comenta que, “no Brasil certamente ninguém gostava de ser escravo, mas, muita gente, inclusive escravos libertos, gostaria de possuir um escravo”.^[12] Constata-se, nesta peça, a alusão à hierarquia social que havia na sociedade da época. E dentro dessa hierarquia a personagem Onistalda se encontra localizada nas últimas linhas da sociedade.

Vale salientar que, após a Independência, a Inglaterra pressionou o governo brasileiro para que se comprometesse a acabar com o tráfico de escravos em três anos. Em 1850, o país cedeu à pressão inglesa e proibiu o tráfico. Contudo, sua extinção, apoiada pelos industriais ingleses, não representava qualquer atitude humanitária, mas um meio de enfraquecer as regiões coloniais e anular as leis que davam a essas áreas o monopólio do comércio de gêneros agrícolas. O suposto fim da escravidão, em 13 de maio de 1888, é analisado por Bosi como um momento de profunda ambigüidade:

O treze de maio não é uma data apenas entre outras, número neutro, notação cronológica. É o momento crucial de um processo que avança em duas direções. Para fora: o homem negro é expulso de um Brasil moderno, cosmético, europeizado. Para dentro: o mesmo homem negro tangido para os porões do capitalismo nacional, sórdido, brutesco. O senhor liberta-se do escravo e traz ao seu domínio o assalariado, migrante ou não.^[13]

Diante desse panorama da escravidão, e das dificuldades do processo de abolição, somadas à construção ideológica de que o povo brasileiro resulta da miscigenação de três raças—mito da democracia racial—verifica-se, na peça de Paulo Eiró, no seu prefácio, que tais reflexões aparecem como prenúncio das dificuldades para a formação da nação brasileira.

Paulo Eiró alerta que:

todos sabem de que elementos heterogêneos se compõe a população brasileira, e os riscos iminentes que pressagia essa falta de unidade. Não somente a diferença do homem livre para o escravo; são as três raças humanas que crescem no mesmo solo, simultaneamente e quase sem se confundirem; são três colunas simbólicas que hão de reunir-se, formando a pirâmide eterna, ou tombarão esmagando operários. [14]

Na peça, o panorama da mestiçagem recebe concepções distintas. As falas de D. José permitem as associações entre “sangue puro” e “sangue limpo”, de Aires, que se contrapõem ao “sangue impuro”, “sangue sujo”, de Luísa.

No contexto, na cena XI, é Rafael que fala a D. José sobre Luísa, tentando convencê-lo a aceitar o amor entre a irmã e Aires:

Além disso, senhor...veja a minha Luíza. Não é bonita? Que brilho de saúde e de mocidade! Quando ela aparece em alguma Corte, no meio de uma mocidade elegante, quem não diria que nasceu em berço de riqueza, cercada de mimos e regalos? Quem não diria que nestas veias gira o sangue europeu, que...bem o sabe o senhor...é o único sangue puro que há? [15]

Nesta passagem, ao reafirmar a idéia de supremacia do povo europeu, Rafael o faz com ironia. Na seqüência, D. José, agora a sós com Rafael, comenta:

Acompanhando-os nesses sentimentos de filantropia e bem que não deseje ir de encontro às idéias recebidas, por absurdas e desumanas que sejam, saltaria por cima dêsse inconveniente a fim de assegurar a felicidade de Aires e a minha... pois são uma e a mesma coisa. O obstáculo que existe é outro e maior, direi mesmo invencível. Que importa uma ligeira modificação no sangue?...mas deixar pesar sôbre minha família uma nódoa indelével... Sargento Proença, seu pai era escravo?[16]

Rafael responde sobre sua ascendência, confirmando as suspeitas de D. José:

—Sim, mais um escravo: e para que concederia a liberdade? Que direitos lhe dava a êle esse pingão de sangue limpo que se lhe introduzira nas veias?[17]

No diálogo Eiró desvela, na expressão “sanguelimpo”, o contexto da escravidão. A pureza é a negação da miscigenação não só das raças, mas também das pátrias. O sangue europeu é o sangue limpo, na ironia de Rafael e no tom preconceituoso de D. José. Desta forma, os brasileiros, especialmente os mestiços como Luísa, já não são mais limpos, na medida em que sua história é marcada pela colonização e pela miscigenação com o negro.

A fala do nobre português afirma a unicidade da raça e sua indesejável mistura com o negro. Ao eleger como ideal de povo o europeu, a personagem portuguesa, pelo viés das expressões “sangue limpo” e “sangue puro”, procura negar a eventual mistura das raças, uma vez que ao negro, no contexto da época, era impossibilitada a cidadania, marcando as diferenças étnicas e sociais como um dado absoluto. D. José vê no cruzamento entre uma descendente de escravo e seu filho a diluição da identidade européia pura, colonizadora.

Tais aspectos tornam evidente a perspectiva de Eiró sobre a questão da escravidão que ainda se sustentava décadas depois da Independência do Brasil. Percebe-se, então, que em *Sangue limpo*, ao denunciar o drama do negro escravo, a impossibilidade de sua cidadania, Eiró mostra sua posição contrária à política escravista que transitava no seu tempo.

Segundo Alfredo Bosi, no Brasil, entre 1830 e 1850, o tráfico de negros foi o mais intenso de todos os tempos. Em suas palavras, “As autoridades, apesar de eventuais declarações em contrário, faziam vista grossa à pirataria que facultava o transporte de carne humana, formalmente ilegal desde o acordo com a Inglaterra em 1826 e a lei regencial de 7 de novembro de 1831”. [18] Na cena, tanto Negreiro como *Sangue Limpo* mostra as concepções do dramaturgo do século XIX quanto à presença da escravidão na sociedade brasileira de seu tempo. Eiró representa em sua obra como a personagem do escravo negro é anunciada, mesmo num tempo em que o Estado estava independente, legitimado e legalmente constituído. Ficam registrados em seu enredo os sentimentos, as dores anunciadas nas falas das personagens frente o panorama da escravidão no Brasil.

Outras reflexões

Nesta leitura procurou-se sublinhar o conflito de idéias, as mazelas e a ironia no trato do processo da Independência representados na peça *Sangue limpo*. Eiró tentou exprimir os antagonismos que, por serem tão evidentes, ao tornarem-se expostos à crua nudez da palavra que lhe dá emoção e arrebatamento, remetem irremediavelmente o leitor/espectador ao contraditório retrato neste amplo painel da sociedade de sua época, em uma espécie de jogo onde ficção e realidade caminham lado a lado, equivalendo-se muitas vezes. Demarca-se, então, a posição contrária deste dramaturgo em relação à política escravista que não se limita à relação hierárquica do branco livre com o negro escravo, mas também evidencia a relação do descendente de escravo livre com o negro escravo.

Eiró instiga-nos a adentrar nos poros da obra pela liquidez de suas palavras. Tal movimento nos permitiu sentir os vestígios de seus sentimentos sobre a dor desses brasileiros cativos. O dramaturgo não só tocou na ferida como também trouxe à cena as agressões físicas, os maus-tratos que sofriam os escravos negros, mostrando-nos que ainda que estabeleçamos critérios para ler a dor representada, estes podem ultrapassar a linha de distanciamento por nós demarcada. Ler e sentir ficam assim muito próximos, reafirmando a importância desta arte, do texto teatral, como representação da vida, com reflexão da vida.

Notas

[1] A peça *Sangue limpo*, de Paulo Eiró foi apresentada pela primeira vez em São Paulo. Cabe aqui sublinhar que o contexto teatral paulista, no século XIX, estava diretamente associado ao contexto acadêmico. Em São Paulo, merecem destaque a Casa de Ópera, utilizada por um determinado período pelo Teatro Acadêmico; o Teatro Harmonia Paulistana, que utilizou a sala de espetáculos do Palácio do Governo, onde foi apresentada a peça de Eiró. E, também, o Teatro São José, que substituiu a Casa de Ópera. HESSEL, Lothar; RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil: sob Dom Pedro II*. Porto Alegre: URGs/IEL, 1979, p. 189-194.

[2] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.258.

[3] NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p.68.

[4] EIRÓ, Paulo. *Sangue limpo*. São Paulo: Typographia Literária, 1949, p. 29.

[5] Ibid., p. 29.

- [6] BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p.11.
- [7] ASSIS, Machado de. *Instinto de nacionalidade e outros ensaios*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999, p.17-18.
- [8] EIRÓ, Paulo, op. cit., p.78-79. [9] *Ibid.*, p. 25-26.
- [10] PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro: 1570 a 1908*. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 68.
- [11] EIRÓ, Paulo, op. cit., p.84.
- [12] Essa hierarquia social do século XIX aparece definida por José Murilo de Carvalho da seguinte maneira: “situação jurídica (escravo ou livre), a cor (preto/mulato/branco), o gênero (mulher/homem) e a classe (pobre/rico).” Dentre dessa linha hierárquica a sociedade ficava assim estabelecida:(em ordem decrescente) homem branco livre de classe alta; mulher branca livre de classe alta; homem branco livre de classe média; mulher branca livre de classe média; homem mulato livre; mulher mulata livre; homem negro liberto; mulher negra liberta; homem negro escravo; mulher negra escrava. CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: Escritos da História e da Política*, op. cit., p.48-49.
- [13] BOSI, Alfredo. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.73.
- [14] EIRÓ, Paulo, op. cit., p.25.
- [15] *Ibid.*, p. 76. [16] *Ibid.*, p.78-79.
- [17] *Ibid.*, 79.
- [18] BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. In: *A dialética da colonização*, op.cit.,p.196.

Referências Bibliográficas

- ASSIS, Machado de. *Instinto de nacionalidade e outros ensaios*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: Escritos da História e da Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- EIRÓ, Paulo. *Sangue limpo*. São Paulo: Typographia Literária, 1949.
- FIGUEIREDO, Carlos. *100 Discursos Históricos*. Belo Horizonte: Leitura, 2002.
- HESSEL, Lothar; RAEDERS, Georges. *O teatro no Brasil: sob Dom Pedro II*. Porto Alegre: URG/IEL, 1979.
- PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro: 1570 a 1908*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILENCIAMENTO DOS SENTIDOS: RELATOS DE OBSERVAÇÃO DE AULAS DE LEITURA²⁶

Luiza Helena Oliveira da Silva²⁷

Ler é perceber que sentido por ser outro
Eni Orlandi

Resumo

Este trabalho analisa relatos de acadêmicos em formação referentes ao momento da observação, conferindo prioridade às atividades de leitura. Discute concepções de leitura e suas implicações na prática escolar. Embora devendo ser privilegiada nas aulas de língua materna e literatura, os relatos indicam a permanência de uma série de encaminhamentos e abordagens mal sucedidos, reiterando o fracasso na formação de leitores na escola pública.

Palavras-chave: concepções de leitura; formação de professores; ensino de língua materna

Abstract

This work analyzes stories of referring academics in formation to the moment of the comment, conferring priority to the activities of reading. It argues conceptions of reading and its implications in the practical pertaining to school. Although having to be privileged in the language lessons portuguese and literature, the stories indicate the permanence of a series of eproceduresand boardings badly succeeded, reiterating the failure in the formation of readers in the public school.

Word-key: conceptions of reading; formation of professors; language education portuguese

Introdução

Muito embora seja inerente à atividade escolar, constituindo-se como um dos primeiros saberes a merecer atenção desde os anos iniciais da escolaridade, a leitura continua sendo um desafio para docentes de língua e literatura.

Em Araguaína (TO), tendo em vista a relevância que a leitura deve ter nas escolas, instituiu-se na rede pública estadual o *Dia D*, que designa o *Dia da Leitura*. As reflexões de nosso trabalho partem desse primeiro enunciado. Para a história, o *Dia D* remete à invasão da Normandia pelos aliados na II Guerra Mundial. Marca o início da derrocada das forças de Hitler, sendo, pois, alusiva a um momento estratégico da resistência durante o conflito. Ao tomar emprestado o termo, enuncia-se uma outra estratégia, referente a um outro tipo de combate: a do enfrentamento das forças que alijam a leitura (ou o gosto e o prazer de ler) do universo escolar. Do mesmo modo que outras datas como o *Dia da Mulher* ou o *Dia do Índio* denunciam a necessidade de gestos e

²⁶ Texto apresentado em mesa-redonda, na III Semana Acadêmica de Letras de Araguaína: Ensino e Formação do Professor, em 21 de junho de 2007.

²⁷ Doutora em Estudos da Linguagem pela UFF – Universidade Federal Fluminense. Professora de Lingüística do Curso de Letras. PPGLetras da UFT, campus de Araguaína. Texto publicado pela Revista Querubim em 2007 e ora republicado nesta coletânea.

momentos simbólicos de renegociação dos lugares sociais desses segmentos, assim também esse nosso *Dia D* acaba por ressaltar pela afirmação a existência de um problema: a leitura é alvo de atenção, ganhando projetos e datas especiais, porque não é contemplada como se deveria segundo determinadas concepções teóricas, porque é ausente, porque é desvalorizada etc.

Ao mesmo tempo, porém, em que a data problematiza uma situação, aí reconhecemos um movimento em processo, um esforço no sentido de dar novos rumos no ensino, na busca de qualidade, aliando-se a outros projetos em curso.

Sem deixar de lado as complexidades do processo ensino-aprendizagem e as várias instâncias de intervenção que envolvem a prática educativa, voltamos nossa pesquisa para a leitura a partir da análise de relatos de observação²⁸ de acadêmicos do Curso de Letras da UFT, *campus* de Araguaína, referentes ao Estágio Supervisionado.

Nesse curso, os estagiários devem assistir, antes de iniciarem as aulas práticas, a pelo menos 5 aulas nas escolas da rede estadual. Diante da diversidade de aspectos a serem apreciados no momento da observação, estabelecemos um recorte. Solicitamos aos acadêmicos²⁹ que atentassem mais especificamente para o trato da leitura na sala de aula, considerando aspectos como a concepção de leitura do professor – subjacente ao modo de encaminhar as atividades –, o interesse e modos de participação dos alunos, o processo de seleção dos textos, os gêneros textuais privilegiados pelo docente.

Apesar do recorte e da orientação das professoras³⁰ que coordenam o trabalho, parte dos relatos inclui outros aspectos analisados na sala de aula, registrando tentativas de compreender fatores que interpretam como interferências negativas para o processo ensino-aprendizagem como problemas econômicos, falta de atenção dos pais quanto ao desempenho dos filhos, superlotação das salas. Embora relevantes, restringimo-nos aqui à descrição/interpretação de dados mais especificamente direcionados à leitura.

Acreditamos que o estágio é momento privilegiado para a promoção da reflexão sobre o processo ensino-aprendizagem e essa pesquisa é motivada justamente pela análise dos relatos de estágio dos anos anteriores, já discutidos em relatório parcial de projeto de iniciação científica de Lima (2007). A esse respeito, consideramos que os relatos fornecem aos docentes do curso de Letras elementos indispensáveis para compreender a complexidade que envolve a formação de docentes no âmbito da universidade.

Nesse sentido, muito embora o acadêmico tenha diante de si teorias que se voltam para a leitura, muitas delas explicitadas nos relatos reflexivos por citações, paráfrases, bibliografia, estas dificilmente encontram correspondência quando as buscamos nas atividades apresentadas: lá estão os exercícios para preenchimento de lacunas, a abordagem da literatura sem o texto literário, a interpretação reduzida à verificação de conteúdo etc. Assim, todo o arcabouço teórico não necessariamente se traduz nas aulas práticas, perpetuando-se triunfante a perspectiva tradicional,

²⁸ O *corpus* é constituído de 5 relatos individuais e 21 relatos referentes a duplas de alunos. Esses textos serão aqui identificados como R1, R2 etc.

²⁹ Participaram dessas atividades, acadêmicos dos 7º e 8º períodos do Curso de Letras de Araguaína, do turno noturno, no primeiro semestre letivo de 2007.

³⁰ A responsabilidade pelas aulas teóricas e supervisão dos estagiários foi dividida nestas turmas com a professora Nilsandra Martins de Castro, a quem agradeço o diálogo, a colaboração e a amizade.

marcando-se mais uma vez uma dissonância entre o discurso (que busca fundamentação no campo teórico) e a práxis (que repete estratégias consagradas/naturalizadas nas salas de aula, a despeito dos insucessos na formação de leitores críticos e reflexivos como propõe a pedagogia contemporânea).

Ao levarmos os acadêmicos a discutir a prática do outro, o professor, problematizando-a, visamos complexificar essas questões. É necessário um fazer diferente? Como seria fazer diferente? Que tipo de diferença pede passagem? Por que há necessidade de um *Dia D* e como este toma corpo na escola?

A proposta encaminhada aos acadêmicos parte de alguns pressupostos: 1. o de que não é possível pensar a prática como transposição direta de saberes teóricos; 2. que a formação docente se complexifica no processo de reflexão relativo à própria práxis; 3. que a contradição entre o que se diz, aquilo em que se acredita e aquilo que de fato se faz é prevista e constitutiva mesma do fazer; 4. que alunos e professores aprendem juntos, no processo de interação.

Desse modo, ao solicitarmos os relatos, buscamos, bem mais do que apenas uma descrição exaustiva das dinâmicas da sala de aula, levar o acadêmico a refletir sobre a práxis docente, problematizando-a, analisando-a à luz das contribuições teóricas sobre leitura e ensino de leitura³¹. O olhar lançado sobre a sala de aula não é, pois, neutro, mero registro técnico de percepções, mas mediado/constituído por discursos e teorias que remetem ao ensino e aos processos relativos à produção de sentido. Assim, diante da leitura, algumas questões fundamentais se impõem já inicialmente, como ressaltam Koch e Elias:

O que é ler? Para que ler? Como ler? Evidentemente, as perguntas poderão ser respondidas de diferentes modos, os quais revelarão uma concepção de leitura decorrente da concepção de sujeito, de língua de sentido e de texto que se adote. (KOCH & ELIAS, 2006, p. 9)

Conforme afirmam as lingüistas, além da polissemia inerente ao termo, o que está em questão é a própria concepção que se toma de leitura, incluindo nesse caso outras concepções a ela inerentes como a de sujeito, língua, sentido, texto. Tais concepções resultarão evidentemente em diferentes abordagens do texto na sala de aula, ainda que o professor que delas se utilize não tenha clareza a respeito das suas filiações e implicações, em certos casos por já ter incorporado como naturais algumas práticas escolares construídas ao longo de sua experiência docente.

Abordaremos aqui, rapidamente, algumas dessas concepções de leitura e suas implicações, passando, em seguida, à análise dos relatos. Como nossa análise pretende mostrar, as aulas de leitura, antes de representarem espaço de produção de sentidos, parecem caracterizar-se como instâncias de produção do silêncio. Nesse caso, ler vai se constituindo como sinônimo de calar-se e/ou fazer-calar pela manutenção da crença de um sentido unívoco e transparente, evidente para o professor (e/ou o livro didático) e inatingível pelo aluno.

Assim, pretendemos com nosso trabalho contrapor ao silêncio o ruído, deslocando-nos do lugar das certezas ao da dúvida, da tranquilidade à instabilidade, para que juntos pensemos, para que juntos possamos propor alguns outros caminhos.

³¹ Além das aulas destinadas a orientações de natureza teórico-prática, realizadas no *campus*, os acadêmicos contam nesse momento com duas disciplinas que problematizam a produção de sentido: Semiótica de Texto (7º. período) e Enunciação e Discurso (8º. período).

Concepções de leitura

Koch e Elias (2006) apresentam três concepções de leitura, a partir da ênfase dada ora ao autor, ora ao texto, ora à interação autor-texto-leitor.

Considerando o foco no autor, concebe-se a relação entre pensamento e linguagem como transparente. O autor controla os sentidos do que pretende comunicar, sendo o texto mera materialização do pensamento. Ler, nesse caso, é compreender as intenções do autor aí expressas de modo inequívoco. A esse tipo de abordagem correspondem questionamentos como “o que o autor quis dizer?”, “quais são as intenções do autor?”. Conforme as autoras (KOCH & ELIAS, 2006), ler passa a ser sinônimo de captação das idéias, desconsiderando-se o diálogo constitutivo do dizer. Ao leitor, cabe a função de sujeito passivo, não tomado como interlocutor, haja vista que, pela própria centralidade atribuída à figura do emissor, inerente à própria concepção de linguagem subjacente a essa perspectiva de leitura, a interlocução não é levada em conta.

Uma segunda concepção de leitura seria aquela cujo foco é atribuído ao texto. A concepção de língua que a subsidia é aquela que concebe a língua como estrutura, sistema, código, cabendo ao leitor identificar, reconhecer, pelo exercício da decodificação, os sentidos expressos na linearidade do texto. Também aí, conforme as autoras, não há lugar para o leitor, sua história de sujeito, sua história de leituras, seu conhecimento de mundo, os objetivos que o orientam. Se ler é decodificar, basta ao leitor conhecer o código para chegar à evidência dos sentidos. Exemplificam a crença nesse raciocínio exercícios que priorizam o vocabulário, na grande atenção atribuída ao dicionário, com a busca por sinônimos. Dirimidas as dúvidas quanto ao sentido “denotativo”, eliminar-se-iam os impasses para a decodificação. É o que vemos em alguns livros didáticos, quando o trabalho com o vocabulário antecede o trabalho da interpretação ou em atividades de mero reconhecimento de unidades do texto, sem exigir maior empenho por parte do leitor, como ocorre nas atividades de preenchimento de lacunas. Também é inerente a essa concepção o ensino descritivo/normativo da gramática como condição para a formação de leitores e produtores de texto mais competentes, ainda que isso seja objeto de questionamento mesmo por estudiosos da gramática como Perini (2004).

A terceira concepção, que orienta a proposta de Koch & Elias, compreende que a produção de sentido se dá na interação entre autor, texto e leitor:

Diferentemente das concepções anteriores, na concepção **interacional (dialógica) da língua**, os sujeitos são vistos como **atores/construtores sociais, sujeitos ativos que – dialogicamente – se constroem e são construídos no texto**, considerando o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores (KOCH & ELIAS, 2006, p. 10-11).

Nessa perspectiva teórica, para a produção de sentido, contam as experiências e conhecimentos do leitor, que mobiliza para isso saberes construídos socialmente, além de estratégias cognitivas como a seleção, a antecipação, a inferência e a verificação (KOCH & ELIAS, 2006). Para Kleiman, a compreensão de um texto é sempre tarefa complexa, tendo em vista justamente essa “multiplicidade de processos cognitivos que constituem a atividade em que o leitor se engaja para construir o sentido de um texto escrito” (KLEIMAN, 2002, p. 9), para o qual contribuem fundamentalmente ainda fatores como o conhecimento prévio sobre o que é abordado, a memória, os próprios objetivos que orientam a leitura.

A intencionalidade do autor é reconstituída pelas sinalizações, pelas escolhas que seu texto atualiza, devendo o leitor perceber essas marcas textuais, mobilizando conhecimentos que construiu na sua história de sujeito e de sujeito leitor. Com relação a essas marcas de intencionalidade, é importante considerar que, na perspectiva interativa, ao ler, o leitor reconstitui a intenção do autor prevista pelas escolhas textuais, não necessariamente coincidentes com o pensamento do autor. São as marcas que permitem inferir sobre as intenções, no processo de atribuição de sentidos.

Nessa abordagem, é possível depreender a multiplicidade de leituras possíveis para um texto, justamente porque os leitores não são iguais, seus saberes não são semelhantes. Numa aula de literatura, por exemplo, quando um professor seleciona um texto qualquer, cooperam para sua interpretação uma série de elementos, muitas vezes impossíveis de serem acessados pelos alunos em situação de igualdade. Ao analisar o fragmento de um sermão de Vieira, o professor possivelmente tenha lido todo o sermão, conhece uma série de trabalhos sobre o Barroco, as características da prosa desse autor, aspectos históricos que são aí contemplados etc. etc. O aluno, diante de apenas um fragmento sobre um autor desconhecido, com uma linguagem hermética para o qual o recorte não favorece, estaria diante das mesmas condições? Nesse caso, ao explicitar os sentidos que atribui ao texto, o professor leva o aluno a confirmar sua incapacidade para ler e interpretar, uma vez que muito dificilmente é capaz de chegar às mesmas conclusões, ao mesmo encantamento que o outro, o professor, atribui ao texto literário em discussão.

Para Coracini, embora pareça ser esta concepção a que hoje encontra maior aceitação entre os teóricos e docentes, dificilmente se materializa nas práticas de leitura escolares. A partir da análise de aulas de língua materna e estrangeira, a autora defende que, conquanto professores a adotem no discurso, suas posturas pedagógicas na sala de aula correspondem a perspectivas dela bem distantes:

Raramente se observa, na prática de sala de aula, a concepção de leitura enquanto processo interativo (leitor-texto-autor), a partir da recuperação explícita do que se acredita serem as marcas deixadas pelo autor, únicas responsáveis pelos sentidos possíveis. Mais raramente ainda, para não dizer nunca (...), a concepção discursiva se vê contemplada: raramente são permitidas, em aula, outras leituras que não sejam a do professor, ou melhor, do livro didático que o professor lê e respeita como portador da verdade, como representante fiel da ciência, já que constitui, muitas vezes, o único suporte teórico do conhecimento do professor e das aulas por ele ministradas (CORACINI, 1995).

Como expressa Coracini, apesar da abordagem interativa pretender conceder ao leitor o papel de sujeito ativo na produção de sentido, estamos diante de um problema. De certa forma, são as marcas textuais os elementos responsáveis pelos sentidos, o que denuncia a permanência da ênfase atribuída ao texto e ao autor. De um outro modo, nas três concepções abordadas, ainda está previsto um sentido já dado, ainda que à espera da competência do leitor para sua (re)constituição.

Na fala de Coracini, encontramos a alusão a uma outra concepção de leitura, a discursiva, não considerada por Koch e Elias (2006). Praticamente ausente das salas de aula, conforme expressa Coracini, na concepção discursiva, há outros fatores que devem ser considerados quanto ao processo de produção de sentido.

Fundamentando-se na Análise do Discurso francesa, a concepção discursiva desconstrói a hipótese de transparência da linguagem, que passa a ser considerada a partir de uma opacidade constitutiva. A opacidade não resulta da má elaboração de um texto, por um emissor desqualificado como usuário da língua, mas como característica inerente à linguagem. Há, segundo essa perspectiva teórica, uma diferença fundamental sobre o que se quer dizer (as intenções do autor) e os efeitos do que se diz; uma não consonância entre os sentidos que achamos ter explicitado e os sentidos que são atribuídos pelo Outro, o interlocutor. Assim, o sentido não é transparente, não podendo, pois, ser codificado por um emissor, que goza de plena consciência sobre os efeitos de sentido do que enuncia. O sujeito, para a Análise do Discurso (AD), é um sujeito descentrado, porque interpelado pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 1999). Esse sujeito fala a partir de sua inscrição na história e na ideologia. Assim, também, os “gestos de interpretação” se elaboram historicamente, no embate entre diferentes formulações de ordem ideológica, que orientam a produção do sentido. Conforme Orlandi, formulando a partir de Pêcheux, ler não é chegar a um sentido definitivo, último, mas expor-se à opacidade do texto, “saber que o sentido sempre pode ser outro” (ORLANDI, 1996a, p. 64).

Como conseqüência, não há um sentido literal no texto, nem nas palavras. O que ocorre é que, no embate das interpretações, surge uma versão hegemônica que se naturaliza como sentido literal, produzindo efeito de literalidade. Não há, pois, um sentido original, que pode ser perdido/contaminado posteriormente: o texto é sempre um “bólide de sentidos”, “sintoma de um sítio significante”, é sempre uma multiplicidade (ORLANDI, 1996a, p. 14), o que é diferente de dizer que a interpretação não seja regulada. Assim como há sentidos autorizados, legitimados, impostos, que não permitem que tudo possa se dito, há também leitores autorizados. No espaço da sala de aula, o professor assume muitas vezes esse papel de leitor autorizado, que “sabe o que o texto diz”, o que tem controle sobre a “verdadeira e última leitura”. O que fala por último. Ou que às vezes fala sozinho. Ou o que delega autoridade ao livro didático. Nesse último caso, acredita chegar à intenção do autor pelo caminho tortuoso das intenções do autor do livro didático, que formula questionamentos, que estabelece recortes, que orienta leitor-aluno e leitor-professor para fazer concluir o que está por ele previamente concluído.

Como defende Orlandi (1996), para a AD não há nem um autor onipotente, que consegue controlar toda a significação do que diz; nem um leitor onisciente, capaz de dar conta de toda a multiplicidade de sentidos e determinações de sentidos, mesmo mobilizando todo o seu conhecimento e habilidades cognitivas; nem um texto transparente, que permita ser decodificado, decifrado na sua totalidade. Isso é diferente de ler nas entrelinhas. Há bem mais do que linhas e entrelinhas jogando no processo de significação.

Vejamos um exemplo. Um aluno de uma unidade para menores infratores deparou-se diante do que julgava ser uma punição injusta. A professora argumentava: Menino, a justiça é cega. O menino respondeu: a justiça é mesmo cega. Embora o mesmo enunciado fosse repetido, os sentidos evocados pelo aluno e pela professora não eram os mesmos. Na representação da justiça, temos uma mulher com os olhos vendados, segurando uma balança. O que a princípio está declarado é a imparcialidade da justiça, da legitimidade do rigor das leis. Mas o menino fala de um outro lugar. Para ele, só mesmo sendo cega para que sejam permitidos a arbitrariedade e o desmando de que acreditava ser naquele momento vítima.

Passemos nesse momento a discutir os relatos de leitura, considerando as concepções que estão subjacentes às práticas descritas, buscando analisar, na interação inerente à sala de aula, os processos que envolvem a leitura e a negociação dos sentidos.

Relatos de práticas de leitura

Como dissemos anteriormente, os relatos são ricos de elementos a provocar reflexão, expressando não apenas *o que é visto*, mas *como é visto* pelos acadêmicos de Letras, o que nos revela ainda a que concepções (de leitura, de mundo, ideológicas) nossos alunos se filiam. Selecionamos alguns dos aspectos que julgamos mais significativos, na medida em que são também reiterados.

Resistência dos alunos, insistência do professor

O espaço da sala pode ser concebido como espaço de conflito em que sujeitos (alunos e professores) negociam a partir de diferentes lugares, interesses e crenças. Quando se discute a leitura no ambiente escolar, o que alguns relatos declaram é a resistência em relação a ler. Em R4, por exemplo, essa resistência pode ser interpretada pelo aparente descompasso entre o planejamento/escolhas do professor/escola e o interesse/objetivos dos alunos. Apesar das manifestações contrárias dos estudantes, explicitando as razões de tanto desânimo diante das aulas de leitura, a docente insiste na escolha de certos textos e na reiteração da metodologia das aulas, justificando que obedece a um projeto elaborado especificamente para essa clientela (turmas de correção de fluxo):

O método utilizado pela professora para conduzir este trabalho em sala de aula era uma leitura silenciosa, a qual teria uma data prevista para apresentação. Porém os alunos se mostravam interessados, devido ao fato de acharem as aulas repetitivas, ou seja, sempre trabalharem o mesmo gênero textual, mas a professora explicava que a escolha do gênero era devido a um projeto, o qual seria desenvolvido nas turmas de correção de fluxo.

(...) Isso fez com que as aulas se tornassem maçantes e monótonas. Os alunos propunham textos atuais, os quais retratassem suas dúvidas e os motivassem a sonhar. (R4)

Como vemos em R4, os alunos declaram estar dispostos a ler, desde que para isso fossem selecionados outros gêneros textuais, que os temas fossem atuais e que as aulas não fossem “repetitivas”, “monótonas”, o que implicaria que o projeto em andamento fosse reformulado. Como defender um projeto que não encontra aceitação? O professor parece reconhecer a legitimidade das reivindicações dos alunos, mas abdica de seu papel da responsabilidade pelas mudanças, atribuindo o critério das a algo exterior ao espaço da sala de aula: o problema deixa de ser do professor, passando a ser do projeto. Mas quem o elabora? Quem o assume? Que papel cabe ao professor? Temos aqui evidenciado um esforço em relação ao planejamento das atividades pela elaboração de projetos específicos para alunos com defasagem, mas o que R4 evidencia é a perspectiva burocrática que estes assumem. O professor parece abrir mão de seu papel de sujeito no processo conjunto de construção de saberes.

Leitura sem interpretação

Em R25, temos exemplo de uma aula em que o texto é o tema, mas não objeto de leitura. Discutem-se gêneros literários sem a presença de exemplos. Diante do único poema presente naquela aula, o procedimento didático se resume à leitura em voz alta e à explicação da distinção entre “medida nova e velha”, denunciando que o soneto lá se encontra apenas para exemplificar um aspecto formal da poesia. Temos aí reproduzida a escolarização da leitura: ler para identificar e classificar as rimas, para observar a métrica dos versos, as figuras de linguagem empregadas, para identificar a corrente literária ao qual o texto pertence, o gênero etc.

A aula de leitura torna-se, assim, aula de teoria literária e a docente, nesse caso, limita-se a seguir o roteiro do livro didático, confirmando a perspectiva que este apresenta:

A professora então pede que cada aluno leia uma parte do conteúdo e, a seu comando, pare para que ela explique.

É assim acontece. O aluno lê uma parte do livro e ela explica. Vai explicando o que é hino, para que serve; explicando que elegia é um canto triste; a écloga, uma canção pastoril. Enfim explica, mas nada é demonstrado, não há no livro nenhum exemplo.

Quanto chega ao soneto, finalmente temos um exemplo: o “Soneto da Fidelidade”, de Vinícius de Moraes. Após falar sobre a medida nova e a velha, a docente propõe a leitura conjunta do soneto por todos os alunos. A turma lê em conjunto o soneto ainda uma segunda vez. (R25)

Encerrada a leitura em voz alta, encerram-se as atividades da aula, o que deixa pressupor que, para a docente, o sentido é produzido na imediatez da leitura, sem necessidade de maiores reflexões, de interação, de que o texto seja problematizado. Assim, mesmo quando o texto é objeto de estudo, nem sempre é tomado como objeto de sentido.

Atente-se ainda para o fato de que nem sempre a leitura em voz alta – realizada por todos, individualmente, pela professora ou grupos de alunos –, tão comum no cotidiano escolar, consiste numa prática bem sucedida quando o que se tem em mente é a produção de sentido, como atesta Kleiman (2004): “...é durante a interação que o leitor mais experiente compreende o texto: não é durante a leitura silenciosa, nem durante a leitura em voz alta, mas durante a conversa sobre aspectos relevantes do texto”.

Conforme R25, a conversa a que se refere Kleiman é de todo ausente: a participação dos alunos obedece a um comando. Quem tem direito exclusivo à fala é a professora, cabendo alunos a leitura de fragmentos teóricos do livro didático à espera da explicação, ou a leitura dos textos individualmente ou em grupo. Ao relatar o que ocorre em uma outra turma, “mais adiantada”, R25 deixa claro não haver espaço para qualquer negociação, mesmo diante da insistência dos alunos que lutam para sair da condição passiva de ouvintes, de sujeitos silenciados:

Após explicar que vão trabalhar por enquanto apenas os gêneros literários, escolhe uma aluna para iniciar a leitura. A abordagem é a mesma, a leitura é seguida de explicação feita pela professora, mas nesta turma os alunos demonstram maior atenção e participação, inclusive fazendo perguntas quando não entendem o que foi explicado. Mas a docente não deixa espaço para muita discussão, justificando que na próxima aula trará um exemplo. (R25)

Semelhante resistência aparece em R3:

Ao verificarmos a postura discente diante da proposta de leitura dos textos, notamos uma inibição inicial detectada pela entonação da voz e recusa a se posicionarem à frente para ler os poemas. (R3)

Pode-se notar nos relatos a resistência dos alunos, negando-se em participar de atividades para as quais não conferem sentido. Quando o docente faz uso de sua autoridade, os alunos se submetem, mas encontram diferentes estratégias para expressar sua recusa em obedecer: a rebeldia, a desatenção, a apatia, o silêncio.

O silêncio e os mecanismos de silenciamento estão evidenciados em vários dos relatos. Em R3, estão relacionados dois momentos em que o silêncio é tematizado. No primeiro, a cena comum diz respeito ao momento em que a professora solicita que os alunos expressem oralmente sua interpretação sobre o que foi lido. Parte da dificuldade pode ser deduzida do vocabulário, como indicam os questionamentos que apontam para o desconhecimento sobre os animais presentes no texto. No segundo, o silêncio tem lugar diante da dificuldade da professora em responder ao que lhe fora perguntado:

Seqüencialmente, a regente da aula iniciou as atividades de interpretação dos textos, perguntando sobre o que os discentes haviam compreendido do texto. Estranhamente esse foi o único momento de silêncio durante toda a aula. Então a própria professora afirmou que o autor queria nos dizer o quanto os animais são importantes e precisamos preservá-los. Uma aluna interrogou sobre o que viria a ser um texugo; outro perguntou se vicunha seria a mesma ovelha (já que as duas dão lã), uma série de interrogações que já haviam perturbado a leitura vieram novamente causar o silêncio, só que agora da professora, que então passou como atividade extra a busca por cada palavra ou animal desconhecido. (R3)

As questões levantadas pelos alunos denunciam interesse por dados não explicitados pelo autor: vicunha é o mesmo que ovelha? Há aspectos do texto que parecem querer explorar, no entanto a interpretação pretendida já havia sido oferecida pela docente: *o autor queria nos dizer o quanto os animais são importantes e precisamos preservá-los.* A atividade “extra” caracteriza-se agora como uma busca no dicionário e, desse modo, temos esgotadas outras possibilidades de leitura e apreensão do texto.

Ler para avaliar

A superficialidade das atividades com os textos é registrada em R9. Aqui, o relato declara que os alunos têm a sua frente livros diante dos quais é produzida grande curiosidade. A atividade proposta consiste em registrar dados numa ficha de leitura, muito possivelmente idêntica para diferentes obras e autores. Em seguida, deveriam resumir a temática do livro selecionado, tendo a professora explicitado que os registros serviriam para avaliação:

A professora pede que façam a leitura silenciosamente. Todos ficam curiosos para ver o conteúdo do livro, pois o mesmo era bem ilustrado. (...) Passados alguns minutos, a professora distribui uma ficha, e pede que cada aluno a preencha corretamente e depois resuma em três linhas o assunto que escolheu para ler. (...) Passados alguns minutos, a professora recolhe as fichas e diz para seus alunos que iriam ser avaliados durante 30 dias com essas fichas. (...) Recolhemos os livros juntamente com a professora e deixamos sobre a mesa. A professora pede que os alunos façam uma redação. Coloca no quadro o tema: Redação – Fale sobre sua mãe ou todas as mães. (R9)

A leitura, como R9 relata, é feita silenciosamente, há obras diferentes, sem estar previsto um momento em que sejam discutidos os textos, estabelecendo-se qualquer forma de interação entre alunos, que realizam individualmente a tarefa, e o professor. A atividade proposta é mecânica, passando ao largo das especificidades de cada obra. O texto serve assim aos propósitos da avaliação. Comprovam-se com as fichas que as obras foram lidas, servem as fichas para os propósitos escolares. Finalizando a aula, a proposta de redação mostra-se totalmente divorciada das leituras realizadas. Não há explicitação do gênero textual a ser desenvolvido, não há co-relação com os temas das obras que até então vinham sendo alvo de atenção. Leitura e redação mostram-se divorciados, como também divorciados de significação. Assim como a leitura, a produção textual também dá mostras da escolarização da abordagem do texto.

Dia D

O que R20 põe em evidência é o fato de que o *Dia D* não é incorporado pelo professor como um projeto que atenda a seus anseios, com o qual deveria então comprometer-se, mas como uma imposição advinda de instâncias externas à escola à qual oferece, a seu modo, uma espécie de resistência. O docente parece limitar-se a cumprir uma obrigação determinada alhures, sem envolvimento e comprometimento, deixando os alunos sozinhos na sala, sem qualquer orientação. Entrega os “romances” e volta ao final da aula, quando dá início a uma outra atividade. O projeto, nesse caso, parece alheio a seu fazer, a seus objetivos, sendo o *Dia D* uma espécie de intromissão inconveniente na rotina das aulas, algo a que não atribui credibilidade:

Não houve nenhum acompanhamento e discussão do que foi lido – “não foi lido” –, pois a variedade de obras não permitia que se acompanhassem e discutissem sentidos ou concepções de sentidos. No mínimo, seria um absurdo imaginar que em três aulas pudessem ler obras tão extensas, discuti-las e produzir um texto usando o tema da obra (romance). A professora não se preocupou com que os alunos ao menos comesçassem a ler, imagine discutir os sentidos que a leitura propiciou a cada um desses alunos.

(...) Então, passada uma semana, voltei à mesma turma para fazer o acompanhamento ou continuação da leitura proposta pelo projeto da D.R.E., pois durante a semana não houve aula de língua portuguesa. Estava na esperança de ter acesso aos textos dos alunos, mas ninguém mais falou da aula passada, nenhum aluno entregou nenhum texto. A professora não deu continuidade à leitura das obras, nem lhe perguntaram se era para entregar algo à professora. Nada aconteceu do que esperava da continuidade da leitura. (R20)

Obviamente o professor sabe que o tempo destinado à leitura das obras disponibilizadas para as atividades para o *Dia D* em sua turma ultrapassa o tempo limitado das aulas, mas isso não parece preocupá-lo. No próximo dia do projeto as leituras seriam retomadas. Mas e até lá? Apesar da impossibilidade de lerem obras extensas, deveriam produzir textos (“poema, uma pequena narração, imaginar outro final etc.” – R20), que não são, contudo, solicitados com rigor, deixando

claro que o professor desacredita da possibilidade de que de fato possam ter sido produzidos a partir de contato tão precário e sem maiores orientações para a redação. Os romances não poderiam ser levados para casa? Há algum elemento em comum entre eles que pudesse ser explorado? O professor poderia ter selecionado algumas passagens para orientar os leitores? Outro aspecto é que a leitura surge como elemento para uma avaliação posterior: o aluno deve ler para produzir outro texto, ainda que de gênero bem diferente, já contando que o aluno domina esses gêneros na escrita.

O relato ainda esclarece que o professor desconhece o conteúdo das obras, o que certamente traz entraves à atividade. Como pôr-se como interlocutor? Como discutir o que as obras tematizam, como se estruturam, a que dizem respeito?

É bom lembrar que, quando perguntei à professora se ela havia lido as histórias, se as conhecia, a resposta dela foi negativa. Então podemos constatar que, se nem a professora conhecia, imagine os alunos que nem ao menos leram 5 ou 6 páginas. As três aulas, como imaginei, não seriam suficientes para atividades tão longas. (R20)

Em R13, o espaço destinado à leitura nas aulas de língua portuguesa também é problematizado, deixando antever que as expectativas quanto à formação de leitores ficam reduzidas às atividades do *Dia D*. Nas demais aulas, a leitura estaria ausente, para que se possa ensinar o conteúdo legítimo, a gramática:

Questionamos a professora quanto à ausência de leitura nas aulas de língua portuguesa, esclarecendo que os pressupostos teóricos que norteiam nosso currículo na academia pregam a leitura como algo imprescindível ao desenvolvimento do aluno em qualquer disciplina. Em resposta, a mesma nos informa que a escola realiza uma vez por mês, salvo engano, o dia “D” de leitura, quando os alunos são colocados diante de algumas obras, escolhidas a partir da disponibilidade da biblioteca local, e os professores realizam a leitura das mesmas até onde o horário permitir. Não concluindo a obra, fica para a próxima oportunidade. A mesma nos informou ainda que recomendara a leitura de “Amor de Perdição”, de Camilo Castelo Branco. (...) No universo das aulas de língua portuguesa, onde não há leitura, há gramática. (...) Diante dos fatos, percebemos que, na realidade, a leitura naquela escola não é tida como um hábito na rotina educativa, mas sim como algo excepcional que ocorre esporadicamente, e o pior, é totalmente extrínseca ao currículo das disciplinas, ou seja, “ora vamos à leitura... ora voltamos à disciplina”. (R13)

Como podemos constatar em R13, as aulas de língua portuguesa aqui se confundem com aulas de ensino de metalinguagem gramatical. Nestas, a leitura não é objeto de ensino, mas “algo excepcional”, com datas e horários previstos por um projeto institucional, não coincidindo com os objetivos e interesses da disciplina. A exceção ao *Dia D* surge com a solicitação da leitura de um autor português, Camilo Castelo Branco. Será que esses leitores, tão distantes de outros textos, não encontrarão dificuldades para ler um romance português do século XIX, trazendo termos e construções sintáticas tão diferentes do português brasileiro contemporâneo? Será que além dos autores tidos como clássicos outros autores ganham atenção nas aulas de língua e literatura? Se na divisão do tempo das aulas, a leitura fica condicionada às aulas de literatura, quando se consideram os textos não-literários? Que critérios empregar para a seleção dos textos? Outro problema é que nem mesmo as aulas de literatura podem significar necessariamente aulas de leitura, haja vista que, como denunciam os PCN, estas muitas vezes são confundidas como aulas de história da literatura (1999). Resultado: só no *Dia D* a leitura estaria presente. Mas como se dá essa presença?

Conclusão

Como se pode ver, há muito que se discutir, mas o que aqui buscamos evidenciar é a falta de sentido da leitura na escola. Mesmo que presente, justapondo-se à tendência tradicional de privilegiar o ensino de nomenclatura gramatical, a leitura parece um problema com que os docentes não se acham capazes de lidar fora da perspectiva escolarizante: preenchimento de fichas, respostas a questionários, exercícios de oralidade.

Conforme já dissemos a partir da citação de Coracini (1995), dificilmente se chega a uma concepção de leitura como interação e praticamente é inexistente a abordagem discursiva. Quando há sentido, há um sentido, o literal, exclusividade do professor ou do autor do livro didático, silenciando-se outras possibilidades de interpretação. Infelizmente, creio que isso não é exclusividade das escolas do Tocantins. Nem é problema exclusivo dos docentes aos quais nesse momento dirigimos nossa pesquisa. É problema nosso, responsáveis pela formação docente. É problema nosso, porque todos somos professores e dividimos acertos e equívocos num projeto conjunto de produção de conhecimento. É problema nosso para o qual atenção especial deve ser dada por que não há aprendizagem sem leitura e, portanto, ser urgente pensarmos juntos sobre o ensino de leitura.

Colegas professores, acadêmicos, o que há, enfim, por ser feito?

Referências Bibliográficas

- BRASIL. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC/SEMT, 1999.
- CORACINI, Maria José (org.). *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 8. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. *Oficina de leitura: teoria e prática*. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- _____. Avaliando a compreensão: letramento e discursividade nos testes de leitura. In: RIBEIRO, Vera M. (org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. 2.ed. São Paulo: Global, 2004a.
- KOCH, Ingedore V., ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.
- LIMA, Geovana Dias. ***Contribuições da teoria semiótica para as práticas de leitura na escola: relatório parcial de iniciação científica (PIBIC-FAPTO)***, UFT, 2007.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: EDUCAMP, 1993.
- _____. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993a.
- _____. *Interpretação, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas, SP: Pontes 1996a.
- _____. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998a.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 1999.
- NETO, Hugo Lorenzetti. Leitura, gênero e juízo: linguagem e “dever ser” em seqüências de atividades didáticas. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Gêneros catalisadores: letramento e formação do professor*. São Paulo: Parábola, 2006.

JOSÉ MAURO DE VASCONCELOS E O LIVRO *MEU PÉ DE LARANJA LIMA*

Pedro Albeirice da Rocha³²

Resúmen

El escritor José Mauro de Vasconcelos es uno de los más conocidos autores brasileños. Sus obras, principalmente el libro *Meu Pé de Laranja Lima* (1968) están traducidas y publicadas en muchos idiomas. Este artículo se ha preparado en tres partes: introducción; la obra de José Mauro en general; su libro más importante, *Mi planta de naranja lima*, que es una narrativa autobiográfica, con las acciones ubicadas en la ciudad de Rio de Janeiro. Cronológicamente, los hechos ocurren en la década de 1920. El objetivo es traer al centro de las discusiones una narrativa y un autor muchas veces considerado *menor*.

Palabras-clave: José Mauro de Vasconcelos; Mi Planta de Naranja Lima; literatura infantil.

Resumo

O escritor José Mauro de Vasconcelos é um dos mais conhecidos autores brasileiros. Suas obras, principalmente *Meu Pé de Laranja Lima* (1968) estão traduzidas e publicadas em muitos idiomas. Este artigo foi preparado em três partes: introdução; a obra de José Mauro em geral; seu livro mais importante, *Meu Pé de Laranja Lima*, que é uma narrativa autobiográfica, com ações localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Cronologicamente, os fatos ocorrem na década de 1920. O objetivo é trazer ao centro das discussões uma narrativa e um autor muitas vezes considerado menor.

Palavras-chave: José Mauro de Vasconcelos; Meu Pé de Laranja Lima; literatura infantil.

Introducción

En los años sesenta del siglo pasado, Brasil vivía momentos de tensión, siendo que su frágil democracia recibió un duro golpe de Estado el 31 de marzo de 1964. El momento más difícil de la década quizás fue el de las grandes demostraciones de 1968 en la Presidencia Costa e Silva. Esos movimientos eran ecos de las barricadas de París en el mismo año.

En el campo educativo, para perpetuarse en el poder, la dictadura trató de implantar en las escuelas primarias una asignatura moralizante (Educación Moral y Cívica), cuyo principal propósito era lo de refrendar el nuevo régimen. En todas las escuelas, los profesores fueron incentivados a la ejecución de músicas cívicas y militares. En las clases de portugués, obras literarias de Coelho Neto y Olavo Bilac (escritores de la década de 10 del siglo XX) pasaron a ser citados constantemente, agregando el ufanismo nacionalista de esos autores a los intereses dictatoriales. Y en el panorama de la literatura brasileña para niños en los años sesenta, todavía reinaban los textos de Monteiro Lobato. La poesía infantil de Cecília Meireles y las historias de Vovô (Abuelo) Felício también marcaban presencia en las escuelas y eran lecturas obligatorias.

Fue en ese momento difícil en el país que un fenómeno literario surgió: el inmediato éxito de la edición del libro *O Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro de Vasconcelos, en 1968. Fue un éxito extraordinario en todo el país. En pocos meses, las grandes ventas llamaron la atención de editoriales de otros países y pronto el libro aparecería en español, inglés, alemán y otras lenguas. Pero ese no fue el único éxito editorial de José Mauro. Nacido en Bangu, barrio pobre de la antigua capital federal de Brasil (Rio de Janeiro), el chico Zezé tuvo una infancia miserable. Con más o

³² Professor – Universidade Federal do Tocantins – Letras – Campus Araguaína.

menos once años se fue a vivir con sus tíos en Natal, estado de Rio Grande do Norte. En su adolescencia, Vasconcelos dividía su tiempo entre el hábito de nadar en el río Potengi y leer autores como Paulo Setúbal, Graciliano Ramos y José Lins do Rego, los dos últimos importantes escritores regionalistas. Esas lecturas y actividades de aventura alentarán el futuro escritor, actor de cinema y artista plástico. De espíritu libre, jamás se uniría a academias de escritores, eligiendo siempre seguir su propio camino, siempre solitario hasta su muerte, en 1984.

En Natal, Vasconcelos comenzó los estudios de la carrera de Medicina pero, después de dos años, volvió a Rio de Janeiro, empezando una vida de peregrino. Vivió en muchos lugares del Brasil, trabajando en actividades distintas, como entrenador de boxeo, cargador de bananas, profesor de primeras letras, pescador, mesero y otras. Pero lo más importante en su vida fue trabajar con los hermanos Villas-Boas, indigenistas, habiendo vivido en el Estado de Mato Grosso junto a los indios.

Como actor de cine, participó de los filmes *Carteira Modelo Dezenove* (1952), *Floradas na Serra* (1954), *Mulheres e Milhões* (1961), *A Ilha* (1963) entre otros.

El trabajo de José Mauro

Vasconcelos viajaba mucho. Y en sus viajes observaba los tipos humanos, percibía los diferentes accents. Brasil es un país muy grande, de habla portuguesa y, pese a tener la misma lengua mayoritaria en todo el largo territorio (8.511.965km²), hay muchos regionalismos. Hay palabras en el noreste, por ejemplo, que no son comprendidas en el sur, y viceversa. Como resultado de sus muchos viajes, el autor guardaba informaciones e historias que serían útiles en la construcción de sus historias y personajes. Su costumbre era mantener por muchos meses una historia en su mente y, al escribirla, lo hacía en pocos días. *O Meu Pé de Laranja Lima* fue escrito en muy poco tiempo.

El primer libro de Vasconcelos tenía raíz regionalista. Su nombre es *Banana Brava* (1942), y retrata la vida dura de los garimperos en los interiores, donde hoy se encuentran los Estados de Goiás, Tocantins y Mato Grosso. Otros libros con temáticas regionales son *Barro Branco* (1945), *Arara Vermelha* (1953), *Farinha Órfã* (1970) y *Chuva Crionla*(1972). Su convivência com los índios inspiró otras novelas, que son: *Longe da Terra* (1949), *Arraia de Fogo* (1955), *Rosinha, Minha Canoa* (1962), *O Garanhão das Praias* (1964), *As Confissões de Frei Abóbora* (1966) e *Kuryala Capitão e Carajá* (1979). El primero gran éxito de Vasconcelos fue *Rosinha, Minha Canoa*. En esa obra, la presencia del salvaje contrasta con lo “civilizado”.

Su mayor éxito fue *Meu Pé de Laranja Lima*, que será enfocado separadamente, el cual trata de la infancia del autor. Del mismo estilo, autobiográfico, son *Vamos Aquecer o Sol* (1972) y *Doidão*(1973). Con algunos rasgos autobiográficos, están también *Longe da Terra* y *As Confissões de Frei Abóbora*, anteriormente citados.

Ya con enredos existenciales, Vasconcelos publicó *Vazante*(1951), *Rua Descalça*(1969) e *A Ceia*(1975).

Los libros de Vasconcelos direccionados al público infantil son: *Coração de Vidro*(1964), *O Palácio Japonês*(1969), *O Veleiro de Cristal* (1973) y *O Menino Invisível*(1978). Y claro, *Meu Pé de Laranja Lima*.

Mi Planta de Naranja Lima

En los años 1960, los ecos de la extraordinaria ruptura lobatiana contra el conservadorismo en la literatura infantil aún eran escuchados. Los libros del escritor paulista eran leídos y solicitados en casi todas las escuelas. Ese éxito era enfatizado por las adaptaciones de sus obras a la televisión y al teatro. Maria José Dupré y Vicente Guimarães, entre otros, eran los “hijos” más conocidos del autor del *Sítio do Picapau Amarelo*.

En la segunda mitad de la década, Brasil vivía momentos difíciles. En el año 1967, el primer presidente de la Dictadura, Humberto de Alencar Castelo Branco (militar que deseaba entregar otra vez el poder a los civiles) fue sustituido por Arthur da Costa e Silva, mariscal de “línea dura”. Pocos meses después de dejar la presidencia, un accidente de aviación mal esclarecido se cobraba la vida de Castelo Branco. El régimen “endurecía”. En 1968 así se encontraba la dictadura la cual enfrentaba un enorme aislamiento. Las manifestaciones estudiantiles de aquel año habían reducido casi a cero el apoyo del régimen militar a la clase media. Ese aislamiento acabó favoreciendo el crecimiento, dentro de las Fuerzas Armadas, de la llamada “línea dura”. Y, como consecuencia de esa situación, fue promulgado a fines del mismo año, el Acto Institucional Número 5, que otorgaba al presidente de la República poderes extraordinarios, suspendiendo varias garantías constitucionales. Mientras pasaba eso, en las escuelas la presión de la dictadura incentivaba el civismo, incentivando enseñar el amor por el orden y la disciplina. Canciones cívicas se mezclaban a himnos militares creando en las criaturas y adolescentes una cierta simpatía por el régimen. Ese incentivo culminaría el año siguiente, con la creación de la asignatura Educación Moral y Cívica, con evidentes propósitos de preparar los futuros ciudadanos para el nuevo orden establecido por el golpe de 1964.

En ese contexto postlobatiano y anterior al *boom* de los años setenta, aparece en el mercado editorial el libro que sería un gran *bestseller* de la literatura brasileña: *Meu Pé de Laranja Lima* (BARROSO, 2006, p. 11). De carácter autobiográfico (pues narra la infancia del autor en Bangu, barrio obrero de la antigua capital nacional, Rio de Janeiro) este libro fue escrito con un lenguaje coloquial y se transformó en un gran éxito editorial, enfocando la miseria y, en su contexto, la vida de un niño muy pobre, travieso y no comprendido por su familia.

El *pé*, o sea, la planta, el árbol de naranja lima, con quién el chico Zezé conversaba por largas horas en sus devaneos de niño, se constituyó en la metáfora de la gran amistad que surgiría después con Don Manuel Valadares, el Portuga. La ternura que el niño tenía con el árbol sólo sería sustituida por aquella compartida entre Zezé y el portugués. Otra importante razón para que el libro cayera en el gusto popular fue la mezcla entre momentos de gran cariño y de situaciones graciosas.

En *Mi Planta de Naranja Lima*, ambientado en los años veinte, aparecen varias referencias que localizan la narrativa en el tiempo: los coches de esa época (con un neumático sobresaliente en la trasera, ideal para que los niños callejeros se agarrasen sin consentimiento de los dueños); las canciones de *serestas*, con destaque para los cantantes Vicente Celestino y Francisco Alves, cantadas por las calles por Zezé y su amigo don Ariovaldo; las *mariafumaças*, como se solía conocer las locomotoras a vapor (caso del *Mangaratiba*).

Como el contexto era muy patriarcal, el comportamiento de Zezé solía ser totalmente contrario a todo lo que se esperaba de un niño estereotipo. Travieso en extremo, con la imaginación muy fértil (no sorprende que vendría a ser un escritor de éxito en el futuro) Zezé creaba culebras con medias viejas de señoras y cortaba cordeles donde las ropas se secaban bajo el sol. Él aún tenía muchas otras travesuras. Esto él lo hacía conscientemente. Pero en otras ocasiones, hacía algo mal sin que lo comprendiera bien, como cuando cantó una canción pornográfica para su padre, sin tener en buena cuenta el significado de la letra.

La historia es exitosa también porque muestra el momento en que una criatura deja sus fantasías y empieza a conocer “la edad de la razón”, a participar del mundo sin gracia de los adultos. Y principalmente la obra es interesante por mezclar realidad y fantasía, cuya presencia otorga a la historia en su todo, un cierto *status* verosímil.

O Meu Pé de Laranja Lima fue traducido en muchos países de Europa y América Latina, y aún en Japón, Corea, China, Turquía, Tailandia y Estados Unidos (VASCONCELOS, 2005, p. 4 y 188) Su gran éxito llamó la atención de otros medios. La obra fue adaptada como telenovela en 1970 (TV Tupi), 1980 e 1998 (TV Bandeirantes), alcanzando gran audiencia. También recibió adaptaciones cinematográficas en 1970 y 2012 (MENDES, 2013).

Para Barroso (2006), la narrativa de Vasconcelos es exitosa porque él deja fluir toda su fantasía, con el buen uso de los recursos lingüísticos. Para ella, el autor enhebra los resortes lingüísticos – me interesa recalcar su fidelidad al habla y los modismos propios de la zona en que instala sus historias – y juega con el diálogo, que es en su profusión y acerto una de sus características.

En el mismo texto, Barroso (2006, p. XII), que es también la traductora de la obra al español, llama la atención para el lirismo mostrado por el narrador, que es “un poco poeta”, pero “no un poeta dramático, sino lírico” Y esa carga lírica del libro es su principal estrategia. Siempre que la novela *Mi Planta de Naranja Lima* es tema de alguna charla, la mayor parte de las personas comenta que, durante la lectura, no fue posible contener las lágrimas. Vasconcelos tenía la capacidad de provocar la emotividad de sus lectores pero no era una emoción sentimental, sino la manifestación de un sentimiento de tristeza ante la injusticia humana, la miseria y la incompreensión sobre los sentimientos de un niño.

O Meu Pé de Laranja Lima es una obra singular y, por eso, es digna de ser estudiada.

Referencias

- ARROYO, Leonardo. Literatura infantil brasileira: ensaio de preliminares para sua história e suas fontes. São Paulo: Melhoramentos, 1968.
- BARROSO, Haydée Maria Jofre. Introducción. In VASCONCELOS, José Mauro. *Mi Planta de Naranja Lima*. Tradução de HaydéeMariaJofe Barroso. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2006.
- ESPÍRITO SANTO, J..*Laços da Tradução: as Versões em Língua Espanhola de Laços de Família*, de Clarice Lispector, em um Estudo Baseado em Corpus. Tese de Doutorado. Florianópolis, UFSC, 2011.
- MENDES, L..*Filho de Leonardo estrela 'Meu pé de laranja lima': 'É difícil chorar de raiva'*, 2013. Disponibleen: <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2013/04/filho-de-leonardo-estrela-meu-pe-de-laranja-lima-é-difícil-chorar-de-raiva.html>. Accesoen: 15/03/2014
- VASCONCELOS, J. M. *Meu Pé de Laranja Lima*. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
- _____. *Mi Planta de Naranja Lima*. Tradução de HaydéeMariaJofe Barroso. Buenos Aires: Editorial El Ateneo, 2006.